

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Francine Pinto da Silva Joseph

**Mobilidade sócio-ocupacional: Mulheres Negras na
Região Rural e Fronteiriça – Brasil/Uruguai**

Porto Alegre
2025

Francine Pinto da Silva Joseph

**Mobilidade sócio-ocupacional: Mulheres Negras na
Região Rural e Fronteiriça – Brasil/Uruguai**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Linha de Pesquisa Sociedade, Economia e Emancipação, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Laura Cecília López

Porto Alegre
2025

J83m Joseph, Francine Pinto da Silva.
Mobilidade sócio-ocupacional : mulheres negras na
região rural e fronteira – Brasil/Uruguai / Francine Pinto
da Silva Joseph. – 2025.
168 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2025.
“Orientadora: Profª. Drª. Laura Cecília López”.

1. Mobilidade sócio-ocupacional. 2. Mulheres Negras.
3. Fronteira. 4. Rural. 5. Interseccionalidade. I. Título.

CDU 316.444

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster Ditbenner – CRB 10/2517)

Mobilidade sócio-ocupacional: Mulheres Negras na Região Rural e Fronteiriça – Brasil/Uruguai

Francine Pinto da Silva Joseph

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Laura Cecília López

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Linha de Pesquisa Sociedade, Economia e Emancipação, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Laura Cecília López (orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS-RS

Prof.^a Dra. Claudia Daiane Garcia Molet
Universidade Federal de Pelotas – UFPEL-RS

Prof.^a Dra. Luciana Garcia de Mello
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS-RS

Prof.^a Dra. Marília Verissimo Veronese
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS-RS

Prof.^a Dra. Miriam Steffen Vieira
Universidade Federal de Pelotas – UFPEL-RS

Fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas.

Cida Bento

Agradecimento

As mulheres negras fronteiriças da Comunidade Quilombola da Vila da Lata, especialmente à Sr^a. Gleci () e à Sr^a Neusa Maria, que foram o fio condutor no desenvolvimento da pesquisa; agradeço pelos contatos valiosos, pelas entrevistas, pelas vivências partilhadas, a minha gratidão.

À professora Laura Lopez pelas orientações e pelos encontros/discussões de pesquisa no Laboratório Interseccionalidade, Equidade e Saúde, especialmente durante a pandemia COVID-19, foi um acalento pessoal e acadêmico.

Às professoras Luciana Garcia de Mello, Claudia Daiane Garcia Molet, Marília Verissimo Veronese e Miriam Steffen Vieira, por terem aceitado o convite para participar na banca de defesa.

À Capes/Prosuc, agradeço a bolsa de estudo para realizar o doutorado no PPGCS/UNISINOS e pela sensibilidade em prorrogarem a bolsa em virtude da COVID-19 e na Catástrofe Climática do Rio Grande do Sul em 2024, a ciência também é feita de sensibilidade e afeto.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da UNISINOS, agradeço pelos recursos econômicos e apoios para realizar a pesquisa, bem como para apresentá-la em alguns seminários.

Aos membros da secretaria do PPGCS da UNISINOS, especialmente à Maristela Simon por não medir esforços no retorno das demandas que apresentava na secretaria, obrigada pela acolhida, especialmente nos momentos de aflição da COVID-19.

Aos amigos que fiz na fronteira desde a pesquisa de campo de mestrado em 2009 e que sempre me acolheram em suas casas em Bagé e Aceguá, e que me auxiliaram com caronas nas minhas idas e vindas para a região fronteiriça durante a pesquisa de campo do doutorado: Nébia Mara Maciel, Janaira Rodrigues, Fiame Lima, Ricardo Maciel (Cadico) e Flávia Maciel, gratidão pela acolhida.

Ao Handerson, pelo incentivo e companheirismo inimaginável para tudo que me proponho a fazer. Agradeço pela paciência, pela parceria durante o trabalho de campo e pela escuta incansável sobre a Vila da Lata, mulheres

negras, interseccionalidade, fronteira e Aceguá, enfim, pela força inabalável que me transmite, me inspira e me dá energia para continuar.

Aos meus pais, Paulo e Marília, que desde que eu era criança sempre se preocuparam em proporcionar a melhor formação educacional possível e por sempre acreditarem no caminho da educação. À minha mãe que como professora de português/francês sempre me incentivou na continuidade dos estudos, é como ela sempre diz: “professor(a) nunca pode parar de estudar”, “Francine o que estás lendo?”, “cobranças” de mãe/professora que nunca mediou esforços para incentivar e/ou proporcionar o melhor possível para o meu desenvolvimento intelectual. Agradeço também aos meus irmãos, especialmente à Paula, minha irmã mais velha, que sempre esteve de prontidão para me ajudar no que fosse preciso durante o processo de doutoramento, principalmente em relação ao cuidado com o pai e a mãe. Agradeço o apoio incansável de sempre.

Aos meus colegas do Centro de Ciências Sócio-organizacionais da Universidade Federal de Pelotas por terem aprovado por unanimidade o meu afastamento por 18 meses na reta final do doutorado para que eu pudesse me dedicar à pesquisa de campo e à escrita da tese. Aproveito para agradecer de modo especial aos alunos(as) pelas discussões, provocações e reflexões feitas nos encontros do Grupo de Estudo sobre Direitos Humanos e Políticas Públicas (UFPEL) e na disciplina de Direitos Humanos e Relações Étnico-raciais que ministrei, foram debates imprescindíveis para germinar a tese, gratidão é a palavra que cabe.

Ao movimento negro e aos negros (as) em movimento que desde sempre lutam pela igualdade racial nesse país, como diz Lélia Gonzalez “*A gente não nasce negro, a gente se torna negro [...] Essa identidade negra não é uma coisa pronta, acabada. Então, uma pessoa negra que tem consciência de sua negritude está na luta contra o racismo*”.

À minha colega de doutorado Carina, pela cumplicidade, força e acolhida que fizemos uma à outra desde o dia da prova e entrevista de seleção, e que se estenderam durante todo o processo de doutorado, mal sabíamos que enfrentaríamos a Pandemia COVID-19, adoecimento dos nossos pais, mudança de cidade, novos locais de trabalho, e, para finalizar, a catástrofe climática no Rio Grande do Sul/2024, enfim foram muitas angústias, dúvidas e aflições, mas

também muita felicidade pelos caminhos, encontros e reencontros que a pesquisa de doutorado me proporcionou.

Finalmente, a todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para que este trabalho fosse realizado, minha gratidão eterna.

RESUMO

Esta tese versa sobre a mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras na Região Rural e Fronteiriça-Brasil/Uruguai e articula-se a partir de três dimensões: 1. o mapeamento dos espaços ocupacionais de diferentes gerações de mulheres negras; 2. as estratégias de mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras; 3. a interseção de raça, gênero e classe no contexto da (i) mobilidade sócio-ocupacional das mulheres negras investigadas. O ponto central desta pesquisa qualitativa será a análise das dinâmicas e das estratégias de (i) mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras para compreender como se constitui a (i) mobilidade delas na estrutura social numa região rural e fronteiriça. Neste sentido, o foco da investigação são as mulheres negras de gerações distintas e originárias da Comunidade Quilombola Vila da Lata e articula-se a partir da Comunidade, mas desenvolve-se também em Aceguá-Brasil, Aceguá-Uruguai e Bagé.

Palavras-chave: Mobilidade sócio-ocupacional, Mulheres Negras, Fronteira, Rural, Interseccionalidade

ABSTRACT

This thesis addresses the socio-occupational mobility of black women in the rural and border region between Brazil and Uruguay and is structured around three dimensions: (1) the mapping of the occupational spaces of different generations of black women; (2) the socio-occupational mobility strategies of black women; and (3) the intersection of race, gender and class in the context of the socio-occupational (im)mobility of the black women participating in the study. The crux of this qualitative research will be to analyse the dynamics and strategies of socio-occupational (im)mobility of black women in order to understand how their (im)mobility is constituted in the social structure of a rural and border region. In exploring this theme, the focus of the research is on black women from different generations from the Vila da Lata Quilombo Community especially, developed in close articulation with this community, but also in Aceguá-Brazil, Aceguá-Uruguay and Bagé.

Keywords: Socio-occupational mobility, black women, international borders, rural areas, intersectionality

RESUMEN

Esta tesis aborda la movilidad socio-ocupacional de mujeres negras en la región rural y fronteriza entre Brasil y Uruguay, articulándose a partir de tres dimensiones: 1. el mapeo de los espacios ocupacionales de diferentes generaciones de mujeres negras; 2. las estrategias de movilidad socio-ocupacional de estas mujeres; 3. la intersección de raza, género y clase en el contexto de la (in)movilidad socio-ocupacional de las mujeres negras investigadas. El eje central de esta investigación cualitativa es el análisis de las dinámicas y estrategias de (in)movilidad socio-ocupacional de mujeres negras, con el objetivo de comprender cómo se configura su (in)movilidad dentro de la estructura social en una región rural y fronteriza. En este sentido, el foco de la investigación son mujeres negras de distintas generaciones originarias de la Comunidad quilombola Vila da Lata. Aunque la investigación se articula desde esta comunidad, también se desarrolla en Aceguá-Brasil, Aceguá-Uruguay y Bagé.

Palabras clave: Movilidad socio-ocupacional, Mujeres Negras, Frontera, Rural, Interseccionalidad.

RÉSUMÉ

Cette thèse porte sur la mobilité socioprofessionnelle des femmes noires dans la Région Rurale et Frontalière du Brésil/Uruguay et s'articule autour de trois dimensions : 1. la cartographie des espaces professionnels de différentes générations de femmes noires; 2. les stratégies de mobilité socioprofessionnelle des femmes noires; 3. l'intersection de la race, du genre et de la classe dans le contexte d'(im)mobilité socioprofessionnelle des femmes noires enquêtées. Le point central de cette recherche qualitative sera l'analyse des dynamiques et des stratégies d'(im)mobilité socioprofessionnelle des femmes noires pour comprendre comment se constitue leur (im)mobilité dans la structure sociale d'une région rurale et frontalière. Dans ce sens, l'objectif de la recherche se base sur les femmes noires de différentes générations et originaires de la Communauté Quilombola Vila da Lata et s'articule à partir de cette Communauté, mais se développe également à Aceguá-Brasil, Aceguá-Uruguay et Bagé.

Mots-clés: Mobilité socioprofessionnelle, Femmes Noires, Frontière, Rurale, Intersectionnalité.

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS, FIGURAS E TABELAS

Figura 1- Representantes da Comunidade Vila da Lata recebendo a Certificação da Fundação Cultural Palmares.....	19
Quadro1: Estratos ocupacionais, valores médios e ocupações representativas.....	26
Tabela 1: Posição no comércio (1950)	41
Tabela 2: Anos de escolaridade por <i>status</i> do pai segundo a cor – 1996 (%) ..	52
Tabela 3: Status atual por anos de escolaridade, segundo a cor – 1996 (%) ..	53
Gráfico 1: Afazeres domésticos no domicílio.....	59
Gráfico 2: Cuidado de pessoas e afazeres domésticos por sexo	62
Figura 2: Anúncio de venda de ama de leite no jornal	65
Gráfico 3: Pessoas em idade de trabalhar, na força de trabalho, desocupada e subutilizada, por raça/cor – 2021	69
Gráfico 4: Pessoas em ocupações informais, por raça e cor-2020	70
Tabela 4: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência	71
Tabela 5: Rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido por mês.....	72
Tabela 6: Distribuição das pessoas ocupadas por sexo e cor Brasil/1990.....	74
Tabela 7: Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas	76
Figura 3: Inserção das pessoas negras no mercado de trabalho	78
Tabela 8: Anos de escolaridade completados pela população de 7 a 24 anos de idade, por raça/cor – 1982	83
Tabela 9: Distribuição das pessoas ocupadas com 12 anos e mais de escolaridade, por sexo e raça/cor.....	86
Tabela 10: Ensino superior concluído por sexo e raça/cor	88
Tabela 11: Pessoas que frequentam o ensino superior por sexo e raça/cor.....	89
Gráfico 5: Panorama da educação – 2022	92
Figura 4 – Ide Fernandes, esposa de Ari Fernandes, e seus dois filhos na Vila da Lata.....	99
Figura 5 – Dona Neusa Maria na frente de sua casa de palha e lata em 2009.....	100
Figura 6 – Antiga casa de palha abandonada na Vila da Lata.....	101

Figura 7 – Leôncia Falleira Pereira.....	105
Tabela 12 – População Rio Grande do Sul – 1780-1887.....	108
Figura 8 – Carta de Liberdade de Rufina, escrava africana.....	111
Figura 9– Basílio Silveira na frente da sua casa em 2010.....	114
Figura 10- Dona Gleci Lima Diogo no cemitério da Vila da Lata.....	115
Figura 11- Estrada que liga o Município de Aceguá/BR à Vila da Lata.....	119
Figura 12- Entrada da Comunidade da Vila da Lata	119
Figura 13- Eu com a Sr. ^a Neusa Maria no interior de sua casa nova.....	120
Figura 14- Casa antiga da Sra. Neusa Maria.....	121
Figura 15- Casa nova da Sra. Neusa Maria.....	121
Figura 16– Sra. Gleci, o Sr. Genis e Tereza.....	126
Figura 17 – Tereza e eu.....	126
Quadro 2 – Perfil das entrevistadas.....	127
Quadro 3 – Classes sociais com base nas ocupações.....	141
Quadro 4- Classes sociais com base nas ocupações das Mulheres Negras originárias da Vila da Lata.....	143
Tabela 13- Brasil Urbano não metropolitano/ 1990 – Pessoas economicamente ocupadas por gênero e raça.....	148
Tabela 14-Brasil Urbano metropolitano/ 1990 – Pessoas economicamente ocupadas por gênero e raça.....	149
Tabela 15 – Brasil Rural/ 1990 – Pessoas economicamente ocupadas por gênero e raça.....	150
Quadro 5 – Mobilidade Intergeracional das Mulheres Negras Originárias da Vila da Lata.....	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCSO** – Centro de Ciências Sócio-organizacionais
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- PPGCS** – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
- PnadC** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
- PROUNI** – Programa Universidade para Todos
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UFPEL** – Universidade Federal de Pelotas
- UNISINOS** – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
- UNIFAP** – Universidade Federal do Amapá
- UNIPAMPA** – Universidade Federal do Pampa
- URCAMP** – Centro Universitário da Região da Campanha
- CETAP** – Centro de Tecnologias Alternativas Populares
- CONEN** – Coordenação Nacional de Entidades Negras

SUMÁRIO

1 – Introdução	14
1.1 Caminhos da tese.....	14
1.2 Problema de Pesquisa.....	18
1.3 Objetivo.....	21
1.3.1 Objetivo Geral.....	21
1.3.2 Objetivos Específicos.....	21
1.4 Procedimentos metodológicos.....	21
2 – A Mobilidade Social Negra e a intelectualidade brasileira.....	27
2.1 Década de 30 e 40: A integração de raça e classe como sinônimo de mobilidade social.....	27
2.2 Projeto UNESCO: Desvelando o racismo à brasileira e suas consequências na mobilidade social de pessoas negras.....	42
2.3 O racismo na produção da (i)mobilidade social das pessoas negras	50
3 – A mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras no Brasil.....	56
3.1 Divisão sexual e racial do trabalho: desigualdade das mulheres negras...	56
3.2 Mulheres Negras, educação e mobilidade sócio-ocupacional.....	80
4–Mobilidade Sócio-ocupacional: Mulheres Negras na Fronteira-Brasil/Uruguai.....	95
4.1 Aceguá: Uma história de estratificação racial e social na região fronteira – Brasil/Uruguai.....	96
4.2 Mobilidade Social: Interseccionalidade de Raça, Gênero e Classe.....	118
Conclusão.....	155
Referências bibliográficas.....	163

1. CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1 Caminhos da tese

Quando ingressei no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) em março de 2020, meu pré-projeto de tese visava à realização de um estudo sobre as dinâmicas da vida social de famílias inter-raciais e transnacionais brasileiras que vivem e transitam na região fronteira franco-brasileira. Esta proposta era um desdobramento de reflexões que vinha fazendo através dos projetos de pesquisa e de extensão¹ vinculados ao Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), instituição na qual trabalhava como professora efetiva no período do Processo Seletivo de Doutorado da UNISINOS.

Em 2021, quando volto ao Rio Grande do Sul para trabalhar como professora na Universidade Federal de Pelotas, lotada no Centro de Ciências Sócio-organizacionais (CCSO), lecionando nos cursos de Gestão Pública, Administração, Comércio Exterior e Processos Gerenciais, percebo que não havia a oferta de disciplinas específicas sobre as Relações Étnico-raciais, e foi então que fiz a proposta à Direção do CCSO/UFPEL para criar a disciplina de Direitos Humanos e Relações Étnico-raciais, sendo de pronto aprovada. A partir da oferta da disciplina começo a ser procurada por várias estudantes negras almejando estudar/pesquisar sobre a temática de raça, gênero e trabalho, especialmente sobre a mulher negra e o mercado de trabalho, o trabalho e a mulher negra em face da COVID/19, mulheres negras no Judiciário, mulheres negras em cargos de liderança, bem como a ascensão das mulheres negras no espaço laboral.

Essa inserção no campo de estudo sobre raça, gênero e trabalho foi fundamental para surgirem novas inquietações e outras questões a serem pesquisadas no universo social das mulheres negras e no espaço laboral, como

¹ Projeto de pesquisa em que era coordenadora, intitulado: “Casamento, etnicidade e migração na Fronteira Franco-Brasileira (Guiana Francesa e Amapá)” e os demais projetos em que atuei como colaboradora, como o projeto de pesquisa “Perfil socioeconômico e as dinâmicas da vida social dos migrantes no estado do Amapá, Fronteira Brasil-Guiana Francesa”, e os projetos de extensão, como o “Projeto de Apoio a Migrantes e Refugiados (PAMER)” e Criação e implementação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros NEAB/UNIFAP – Seminário de Políticas Afirmativas na Universidade Federal do Amapá/UNIFAP

a questão da mobilidade sócio-ocupacional, não somente no espaço urbano, mas também no meio rural. Assim, em julho de 2022, decidi reformular o projeto de pesquisa de tese e focar em questões que estavam pulsantes no trabalho como docente na UFPel, somando a isto, as pesquisas que vinha realizando com as estudantes também me fizeram indagar ainda mais sobre o lugar da mulher negra nos espaços laborais, tendo em vista que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 28% da população brasileira são de mulheres negras.

Desta forma, surgiu um conjunto de questões, tais como: Por que há tão poucas mulheres negras como professoras universitárias no Brasil? Por que não tive uma professora negra em toda a minha trajetória escolar e acadêmica? Por que em toda a minha trajetória discente, seja escolar ou acadêmica, era a única e no máximo havia uma ou duas crianças e/ou mulheres negras em sala de aula? Por que ainda temos pouca inserção de mulheres negras trabalhando em espaços em que não estejam vinculadas ao trabalho doméstico, ao ato de servir e da limpeza? Por que há pouca representação de mulheres negras no meu cotidiano ocupando profissões como médicas, dentistas, veterinárias, administradoras, advogadas, gerentes de bancos, empresárias, professoras universitárias? Por que em mais de vinte anos de vida profissional nunca fui subordinada a uma mulher negra no ambiente de trabalho?

Estas e outras indagações venho realizando com mais profundidade a partir de leituras e da minha inserção em diversos meios, sejam eles sociais e/ou acadêmicos, o que faz desvelar o quanto é profunda, estruturante e perversa a desigualdade racial, de gênero e de classe em nossa sociedade. Essas experiências e reflexões mostram o quanto é desproporcional a estrutura sócio-ocupacional para as mulheres negras no país, particularmente no Rio Grande do Sul, e o quanto de esforço físico, psicossocial e emocional as mulheres negras escravizadas e suas congêneres tiveram e continuam tendo de enfrentar para se moverem nessa estrutura engessada e extremamente racista, machista e sexista.

Assim, a partir dessas indagações e de tantas outras que lançam luz sobre as múltiplas formas de desigualdades, senti a necessidade de pesquisar sobre a mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras originárias de espaços que

foram construídos a partir do trabalho escravizado, tal como a região rural fronteiriça de Aceguá-Brasil/Uruguai.

Nesse sentido, ao retornar ao sul do país, decidi reformular o projeto de tese para visitar a Comunidade Quilombola Vila da Lata, onde realizei a pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) em 2010. Retornar após mais de uma década para essa região fronteiriça, que foi constituída através do trabalho forçado de pessoas negras, para estudar a correlação entre (i)mobilidade sócio-ocupacional² e desigualdade racial e de gênero de mulheres negras, se traduz como uma experiência para aferir as mudanças sociais ocorridas ou não na vida dessas mulheres.

Portanto, a problemática da tese se articula desde as dinâmicas e as estratégias de mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras para compreender como se constitui a (i)mobilidade delas na estrutura social na região rural e fronteiriça, principalmente no que tange ao aspecto ocupacional, a partir da experiência de vida e perspectiva de mulheres negras originárias da comunidade da Vila da Lata Aceguá – Fronteira Brasil/Uruguai.

Alguns marcadores sociais da diferença, como raça, gênero e classe, dentre outros, como o geracional, são imprescindíveis para o entendimento da (i)mobilidade sócio-ocupacional das mulheres, particularmente das mulheres negras, contribuindo assim para a análise dos processos e das estratégias utilizadas por elas no enfrentamento das desigualdades sociais, raciais e de gênero.

A pesquisa é também um exercício de investigação da realidade que está para além do reconhecimento da existência de marcadores sociais da diferença, mas que atravessa uma dimensão vivencial à medida que se compreende que estes não apenas existem, mas também se relacionam entre si, gerando consequências práticas na vida das pessoas, seja em relação a si mesmo, ou às

² José Pastore (1979, 1993, 2000) e Nelson do Valle Silva (1981, 1988, 1999, 2000), Carlos Hasenbalg (1988, 1999, 2005), Archibald Haller (1993), Maria Celi Scalon (1999), Marcia Lima (1999), Carlos Antônio Costa Ribeiro (2003, 2019) utilizam o termo mobilidade social nas suas pesquisas para analisar, dentre vários fatores, as mudanças de *status* social, ascendentes/descendentes e a mobilidade intrageracional e intergeracional das pessoas. Nesta pesquisa utilizarei estes autores, mas o termo adotado por mim será o de mobilidade sócio-ocupacional.

outras pessoas (CASTRO; LINO; GONZAGA; MAYORGA, 2017; CRENSHAW, 2002).

Assim, busco aprofundar a categoria de mobilidade sócio-ocupacional para investigar as suas possibilidades de ressignificação com base em uma análise relativa à ocupação dessas mulheres do ponto de vista interseccional. Pretendo expandir a perspectiva de análise disponível na literatura pesquisada, contribuindo teórica e empiricamente para os estudos sobre mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras originárias de comunidades rurais e em regiões fronteiriças.³

Para alcançar o objetivo da tese foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental a partir de publicações que abarcassem os temas da mobilidade social/ocupacional e a interseção de raça, gênero e classe. Além disso, em virtude de o período do doutorado ter coincidido com as restrições da COVID 19 (2020, 2021 e primeiro semestre de 2022), parte das entrevistas e dos contatos foi realizada por chamadas de vídeo, telefonemas, pesquisas remotas em redes sociais, como Facebook e WhatsApp.

Posteriormente a esses contatos, realizei entrevistas semiestruturadas, além da observação participante presencialmente em três etapas, em julho de 2022, setembro de 2023 e abril de 2024 nas cidades de Bagé, Aceguá/Brasil e Aceguá/Uruguai. Importante ressaltar que as entrevistas realizadas no meu mestrado em 2009 e 2010 também foram (re)utilizadas, pois os dados daquele período foram analisados com profundidade e com foco na mobilidade social e ocupacional das mulheres negras originárias da Vila da Lata, particularmente as consideradas como as mais velhas da comunidade e que foram o foco da pesquisa de mestrado.

Neste sentido, a tese está estruturada primeiramente com esta introdução, na qual mostro como surge a escolha do tema, bem como a relevância e a justificativa da temática da pesquisa, depois apresento o problema de tese, os objetivos e a metodologia; em seguida o foco cai na (i)mobilidade sócio-ocupacional negra e a intelectualidade brasileira; na sequência trago à

³ O trabalho refere-se às mulheres negras da comunidade Quilombola Vila da Lata, como aquelas mulheres negras que compraram lotes de terras de Eustáquio da Costa Fernandes e/ou ajudaram a construir a comunidade, bem como suas descendentes que vivem no local ou atualmente residem em outras cidades próximas de Aceguá, como Bagé.

tona uma reflexão sobre a (i)mobilidade social das mulheres negras no Brasil, versando a respeito da divisão sexual e racial do trabalho e o papel da educação na mobilidade sócio-ocupacional.

Por fim, abordarei a (i)mobilidade sócio-ocupacional desde a perspectiva das mulheres negras na Fronteira-Brasil/Uruguai, apresentando o histórico da estratificação racial e social presente na região fronteira de Aceguá-Brasil/Uruguai e, na sequência, uma reflexão sobre a interseccionalidade de raça, gênero e classe com base nas mulheres negras em situação de (i)mobilidade sócio-ocupacional.

1.2 Problema de pesquisa

As comunidades negras rurais, remanescentes de quilombos, terras de preto (ALMEIDA, 2006), revelam realidades singulares na América Latina e no Brasil, no que tange à sua constituição e vivência, e o fato de o estado do Rio Grande do Sul fazer fronteira com alguns países, dentre eles, a República Oriental do Uruguai, torna essa realidade ainda mais singular (JOSEPH, 2010). Isto implica reconhecer não somente as dificuldades históricas às quais as pessoas negras, especialmente as mulheres negras, foram e são submetidas desde a sua vinda da África para o Brasil, especialmente para o atual Rio Grande do Sul, mas também conhecer e reconhecer as dinâmicas e as estratégias de mobilidade sócio-ocupacional utilizadas por essas mulheres que se originam de territórios negros fronteiriços entre Brasil e Uruguai.

Ao promulgar-se a Carta Maior do Brasil de 1988, as comunidades negras rurais e remanescentes de quilombos passaram a ter maior visibilidade no país e políticas públicas voltadas para elas, tanto que a Comunidade Vila da Lata no 10 de fevereiro de 2009, em Assembleia realizada entre os moradores se autodefiniu como remanescente de quilombo, e partir disso encaminhou ao INCRA a solicitação do procedimento administrativo para a regularização fundiária com vista à aplicação do disposto no art. 68 ADCT/CF e do Decreto 4.887/0359 na comunidade. Já em 19 de fevereiro de 2010, a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura reconheceu a Comunidade Vila da Lata como remanescente de quilombo e entregou a Certidão de autorreconhecimento em cerimônia realizada na cidade de Pelotas, no Tourist

Executive Hotel. Assim, a autodefinição foi inscrita no Cadastro Geral da Fundação Cultural Palmares, que expediu a certidão de autorreconhecimento à Vila da Lata, conforme o Decreto 4887/03, artigo 2, §4^o (Joseph, 2010). No entanto, dados oficiais relativos à (i)mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras, especialmente quilombolas, demonstram que essa visibilidade e nem mesmo os direitos consagrados pela Constituição Federal/88, no que tange a igualdade racial e de gênero têm sido suficientes para garantir uma mobilidade significativa dessas mulheres na estrutura sócio-ocupacional.

Figura 1- Representantes da Comunidade Vila da Lata recebendo a Certificação da Fundação Cultural Palmares



Fonte: Fonte: Crédito meu, fevereiro de 2010, Pelotas

⁴ Importante salientar que no trabalho de campo realizado entre 2022 e 2024, a questão quilombola não apareceu com efervescência como em 2009 e 2010. A minha hipótese é que naquele período havia uma grande centralidade de políticas públicas de regularização fundiária em prol dessas comunidades e a proliferação de trabalhos acadêmicos voltados a questão quilombola, assim os debates públicos e acadêmicos foram mais intensos. Por outro lado, com o desmantelamento das políticas públicas em prol de comunidades tradicionais, especialmente das comunidades quilombolas, somado a crise econômica e política do Brasil, a meu ver fez com que a questão quilombola tivesse uma diminuição de espaço na agenda acadêmica e nas políticas públicas, interferindo diretamente no debate de várias questões em prol das comunidades quilombolas.

Assim, percebe-se que por séculos e décadas as mulheres negras permaneceram na base da pirâmide social e, quando se analisam os dados referentes a elas, se compreende o quão são alarmantes. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na publicação *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (2024)*,⁵ é possível perceber que a inserção da mulher branca no mercado de trabalho não significou uma igualdade de rendimentos médio mensal entre as mulheres, tendo em vista que a partir dos dados absolutos, as mulheres negras continuam tendo os menores rendimentos em comparação as mulheres brancas e homens brancos e negros. De acordo com os dados da referida pesquisa em 2023, os homens ganhavam R\$ 3.252,00, enquanto as mulheres ganhavam R\$ 2.386,00, ou seja, a remuneração das mulheres é 27% menor que a dos homens, mas ao incluírem o quesito raça, foi possível apreender que pessoas negras ganhavam R\$ 2.149,00, em média, enquanto pessoas brancas ganhavam R\$ 3.668,00, isto é, pessoas negras tem rendimento mensal médio 41% menor do que as pessoas brancas. Por fim, foi possível constatar que a maior desigualdade de renda no Brasil aparece ao comparar o rendimento médio da mulher negra, que era de R\$ 1.814,00, em relação ao homem branco que é de R\$ 4.248,00, ou seja, as mulheres negras recebem 57% a menos do que os homens brancos.

Deste modo, nota-se que o discurso da democracia racial no país é uma falácia, e que o combate ao racismo não tem sido eficaz. Assim, investigar os desafios enfrentados pelas mulheres negras procedentes da Vila da Lata para se moverem na estrutura sócio-ocupacional torna-se urgente para compreender o lugar do racismo na manutenção do sistema de desigualdade racial e social vivido de forma geracional por essas mulheres.

Nesse sentido, esse cenário sugere uma investigação com mulheres negras de gerações distintas originárias da Comunidade Quilombola Vila da Lata, por se tratar de uma região rural e fronteira onde penetrou a cultura escravagista de forma geracional. Portanto, esta pesquisa de tese se articula por meio de duas questões: Como se constitui a (i)mobilidade sócio-ocupacional das

⁵ O projeto nasceu em 2004 e atualmente é resultado de uma parceria entre IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres) e SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania).

mulheres negras originárias da Comunidade Quilombola Vila da Lata Aceguá – Fronteira Brasil/Uruguai? Quais são as dinâmicas e as estratégias mobilizadas por elas para se moverem na estrutura sócio-ocupacional rural e fronteira?

1.3 Objetivo

A seguir estão relacionados o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa.

1.3.1 Objetivo geral

Investigar a (i)mobilidade sócio-ocupacional das mulheres negras originárias da Comunidade Quilombola Vila da Lata Aceguá – Fronteira Brasil/Uruguai, a partir da perspectiva delas, ponto central para compreender a dimensão interseccional das categorias de raça, gênero e classe.

1.3.2 Objetivos específicos

- Estudar a (i)mobilidade sócio-ocupacional das mulheres negras na região rural e fronteira;
- Mapear os espaços ocupacionais de diferentes gerações de mulheres negras originárias da Vila da Lata;
- Investigar as estratégias mobilizadas por elas para se moverem na estrutura sócio-ocupacional;
- Contribuir para o campo de estudo sobre a desigualdade e a mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras em comunidades rurais e em regiões fronteiriças, a partir de uma perspectiva interseccional.

1.4 Procedimentos Metodológicos

A escolha da temática da mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras originárias da Comunidade Quilombola Vila da Lata tem vários sentidos para mim, além da possibilidade de revisita-la depois de mais de uma década, enquanto espaço para dialogar e construir conhecimento, a partir de questões que merecem ser discutidas com a devida profundidade teórica e empírica. Ainda possibilitará desvendar caminhos e estratégias percorridos por essas mulheres

no que tange às suas (i)mobilidades sócio-ocupacionais na região rural e fronteira.

Para desenvolver a pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica de livros, artigos, dissertações e teses sobre a temática. Não se trata de uma abordagem quantitativa da mobilidade sócio-ocupacional, mas de compreender, desde a perspectiva de diferentes gerações de mulheres negras, como são tecidos as dinâmicas e os processos que operam na elaboração de estratégias de mobilidade ocupacional, além de apreender como e em que medida a sua (i)mobilidade se relaciona com os marcadores sociais da diferença de raça, gênero e classe. Trata-se de uma abordagem qualitativa, sendo uma escolha metodológica muito utilizada em pesquisa social e aplicada ao estudo da “história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem os seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 2007, p. 57).

A opção pela abordagem qualitativa se adéqua ao objetivo desta pesquisa, pois privilegia os processos subjetivos das pessoas que, conseqüentemente, mostram a heterogeneidade de realidades objetivas; assim, a (i)mobilidade sócio-ocupacional extraída do cotidiano das interlocutoras serão as construções das suas subjetividades, implícitas nos seus discursos e representações. Essa abordagem permite conhecer os processos sociais referentes a grupos particulares raramente conhecidos, a construção de novas abordagens, a revisão, a formulação de novos conceitos e categorias durante a investigação. Ela ainda se caracteriza pela valorização dos dados empíricos e pela sistematização progressiva do conhecimento até entender-se a lógica interna do grupo ou o processo em estudo (MINAYO, 2008, JOSEPH, 2010).

Em relação às técnicas adotadas para a produção dos dados serão utilizadas a observação participante e a entrevista semiestruturada em profundidade. A observação participante é considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa, tanto é que alguns estudiosos a utilizam não apenas como uma estratégia no conjunto da investigação, mas também como um método em si mesmo para compreender a realidade (MINAYO, 2008). Já o campo de pesquisa qualitativa é entendido como “o

recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação” (MINAYO, 2006).

A pesquisa de campo foi realizada, de modo intercalado, na cidade de Aceguá/ Brasil, Aceguá/ Uruguai e Bagé, sendo que os dados foram coletados nos anos de 2009, 2010, 2022, 2023 e 2024. A escolha destes anos foi baseada na necessidade de haver dados empíricos em períodos distintos para que a análise sobre a (i)mobilidade dessas mulheres pudesse ser melhor pontuada. Oportuno mencionar que os dados de 2009 e 2010 são de suma importância, pois foram coletados durante a minha pesquisa de mestrado e na época consegui entrevistar as guardiãs e os guardiões da comunidade, com idade entre 65 e 85 anos naquela ocasião (hoje todos *in memoriam*, com exceção da Sr.^a. Maria). No doutorado, esses dados foram reanalisados com foco na (i)mobilidade sócio-ocupacional das mulheres negras da referida comunidade quilombola, visto que durante a pesquisa de mestrado a abordagem recaía nas dinâmicas territoriais e nos direitos étnico-raciais.

Na pesquisa de doutorado, o trabalho de campo foi desenvolvido em três etapas, em julho de 2022, setembro de 2023 e abril de 2024 nas cidades de Bagé, Aceguá/Brasil e Aceguá/Uruguai. Nessas três etapas, o foco da pesquisa se deu com as filhas, as sobrinhas e as netas daquelas mulheres entrevistadas e acompanhadas no mestrado. A faixa etária dessas mulheres descendentes está entre 25 e 55 anos.

Assim, na pesquisa de doutorado foram priorizados os dados e as entrevistas realizadas com as mulheres mais velhas da comunidade durante o mestrado, tendo em vista que a maioria dos moradores na época as indicavam como as guardiãs da história da comunidade, segundo Janaira, mulher negra da Vila da Lata: “elas sabem mais daqui elas moram há muito tempo aqui, são filhas das negras velhas que moravam aqui” (Vila da Lata, fevereiro de 2009).

Desta forma, as mulheres escolhidas para serem entrevistadas em 2022, 2023 e 2024 são da família da Sra. Gleci⁶ e da Sra. Neusa Maria, que já haviam participado da pesquisa de mestrado em 2009 e 2010, e sendo as únicas mulheres negras consideradas como guardiãs da comunidade que estavam vivas durante o trabalho de campo de doutorado. Ademais, investigar as suas

⁶ Em junho de 2024, recebi a ligação de Leocadia, sobrinha da Sr. Gleci, me comunicando o falecimento da Sra. Gleci Lima Diogo na cidade de Bagé.

filhas, netas e sobrinhas nos permite analisar a (i)mobilidade sócio-ocupacional de gerações distintas de mulheres negras de uma mesma família e/ou originárias da mesma comunidade quilombola e fronteiriça⁷.

A investigação foca também no exame de documentos, como carteira de trabalho, carteira de identidade, ações judiciais e relatórios técnicos, dentre outros, com o objetivo de analisar a (i)mobilidade sócio-ocupacional das mulheres negras da referida comunidade. Foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada e a observação participante com as mulheres negras da comunidade, que são foco da pesquisa, porém também entrevistei outras pessoas negras e não negras que residem em Aceguá/Brasil, Aceguá/Uruguai e Bagé.

Durante o doutorado, foram realizadas seis entrevistas com mulheres negras de idade variando de 25 a 85 anos. Além do mais, também foram reanalisadas oito entrevistas conduzidas em 2009 e 2010. Desta forma, o *corpus* da pesquisa de doutorado abrangeu um universo de 14 entrevistas. Analisar gerações diferentes de mulheres negras que se identificam e são identificadas como da Vila da Lata, e que são de distintas faixas etárias, foi estratégico para haver uma imersão em redes familiares intergeracionais e analisar com profundidade os coortes que vivenciaram diferentes contextos sociais, políticos e econômicos em âmbito local, regional, nacional e internacional.

No que tange aos conceitos adotados, tendo em vista a limitação dos estudos sobre mobilidade social quanto às variáveis sobre ocupação materna, particularmente nas cinco primeiras versões do suplemento de mobilidade sócio-ocupacional da PNAD (1973, 1976, 1982, 1988 e 1996), considerei para esta pesquisa a mobilidade intergeracional de ocupação como a comparação do estrato ocupacional da filha em relação à sua mãe.

⁷ Nesse trabalho, com exceção das guardiãs da comunidade Sra. Gleci e Sra. Neusa Maria optei por utilizar nome fictício para as demais mulheres negras investigadas e nas fotos borrar parte do rosto para evitar a sua identificação, por mais que tenha termo de consentimento para as entrevistas e para o uso de imagem. A minha opção se justifica por questões éticas na pesquisa e para resguardar a exposição das entrevistadas, tendo em vista que algumas informações nas entrevistas poderiam prejudicar de alguma forma as suas relações na cidade, especialmente no que tange a oportunidade de trabalho, visto se tratar de uma cidade pequena e que elas ainda fazem parte do grupo etário que representa potencial laboral para o setor produtivo na região.

Assim, para esta investigação será feita uma análise da primeira ocupação da filha em relação à mãe (ocupação da mãe quando a filha tinha 15 anos) e para o trabalho atual da filha em relação à condição materna; seguirei a mesma lógica entre sobrinha e tia, neta e avó, pois assim será possível uma pesquisa sobre as mudanças sócio-ocupacionais entre gerações distintas de mulheres negras originárias da Vila da Lata. Ressalta-se que relacionar a dimensão sócio-ocupacional da filha em relação ao estrato materno implicará ter dados mais fidedignos e entender melhor a (i)mobilidade dessas mulheres, visto que a probabilidade de conseguir comparar e relacionar as ocupações pelo fato de serem mulheres é maior.

Importante ressaltar que a adoção de uma escala de estrato no estudo da mobilidade intergeracional das mulheres negras da Vila da Lata é indispensável, pois permitirá analisar a mobilidade na estrutura sócio-ocupacional (JANNUZZI, 2004). Assim, na pesquisa utilizo os estratos ocupacionais propostos por Pastore, em seu primeiro trabalho (1979), bem como nos estudos posteriores (PASTORE; HALLER, 1993). Nestes estudos, Pastore usou seis estratos de uma escala socioeconômica construída a partir dos dados do Censo de 1970, mas como a classificação de ocupações do PNAD de 1996 foi mais extensa que aquela, foi preciso fazer uma compatibilização⁸ entre as classificações mencionadas. Portanto, a descrição dos estratos ocupacionais que utilizamos (quadro 1) adotou critérios de distância social que é medida pelo índice de *status* socioeconômico (diferenças de posição socioeconômica) e outros critérios, como as distinções manual/não manual e rural/urbano (PASTORE, 1979, HASENBALG; VALLE, 1999).

⁸ As regras de compatibilização adotaram dois critérios: em primeiro lugar, no caso do título ocupacional ser idêntico entre as duas classificações, respeitou-se a alocação aos grupos definidos no trabalho original; além disso, no caso de título ocupacional novo ou discrepante, buscou-se sua alocação mais adequada em termos tanto da descrição substantiva do grupo como do escore socioeconômico da ocupação e daquele que caracteriza o grupo.

QUADRO 1: ESTRATOS OCUPACIONAIS, VALORES MÉDIOS E OCUPAÇÕES REPRESENTATIVAS

Grupo ocupacional	Estrato	Ocupações representativas
1	Baixo inferior: trabalhadores rurais não qualificados	Produtores agropecuários autônomos; outros trabalhadores na agropecuária; pescadores
2	Baixo superior: trabalhadores urbanos não qualificados	Comerciantes por conta própria; vigias; serventes; trabalhadores braçais sem especificação; vendedores ambulantes; empregadas domésticas
3	Médio inferior: trabalhadores qualificados e semiqualificados	Motoristas; pedreiros, mecânicos de veículos; marceneiros; carpinteiros; pintores e caiadores; soldadores; eletricitas de instalações
4	Médio Médio: Trabalhadores não manuais, profissionais de nível baixo e pequenos proprietários	Pequenos proprietários na agricultura; administradores e gerentes na agropecuária; auxiliares administrativos e de escritório; reparadores de equipamentos; praticistas e viajantes comerciais; praças das Forças Armadas
5	Médio Superior: Profissionais de nível médio e médios proprietários	Criadores de gado bovino; diretores, assessores e chefes no Serviço Público; administradores e gerentes na indústria e no comércio; chefes e encarregados de seção; representantes comerciais
6	Alto: Profissionais de nível superior e grandes proprietários	Empresários na indústria; administradores e gerentes de empresas financeiras, imobiliárias e securitárias; engenheiros; médicos; contadores; professores de ensino superior; advogados; oficiais das Forças Armadas

Fonte: Pastore, 1979

Assim, nesta pesquisa, além de utilizar os dados das entrevistas e da observação participante, também utilizo os estratos ocupacionais elaborados por Pastore (quadro 1) como categorias analíticas para analisar a situação das mulheres negras originárias da Vila da Lata na estrutura de classe e identificar a (i)mobilidade sócio-ocupacional delas na região rural e (trans)fronteiriça de Aceguá Brasil -Uruguai.

2. CAPÍTULO 2 – (I)MOBILIDADE SOCIAL NEGRA E INTELLECTUALIDADE BRASILEIRA

A (i) mobilidade social tem sido objeto de pesquisas recorrentes na área das ciências sociais no país. Assim, mesmo que a presença de pessoas negras no topo da estrutura socioeconômica, especialmente de mulheres negras, ainda seja ínfima, o empenho científico em se debruçar sobre esse fenômeno tem sido cada vez maior, com a finalidade de apreender ou justificar os processos de (i) mobilidade sócio-ocupacional.

Deste modo, neste capítulo abordarei alguns estudos desenvolvidos sobre mobilidade social. Primeiramente, focarei nos estudos clássicos desenvolvidos nas décadas de 1930 e 1940 sobre mobilidade social e o foco nas pessoas negras; na sequência serão analisados alguns estudos realizados nas décadas de 1950 e 1960 do projeto UNESCO no Brasil, especialmente a interferência do racismo na (i) mobilidade social das pessoas racializadas como negras; e por fim, serão apresentados alguns trabalhos desenvolvidos sobre (i) mobilidade social tendo em vista bases estatísticas, abrangendo as décadas de 1980, 1990 e 2000 para contribuir na análise da (i) mobilidade de mulheres negras originárias da Comunidade Quilombola Vila da Lata.

2.1 Décadas de 30 e 40: A integração de raça e classe como sinônimo de (i) mobilidade social

Pesquisar a (i) mobilidade sócio-ocupacional das mulheres negras originárias da Comunidade Quilombola Vila da Lata requer um conhecimento sobre a construção histórica da estrutura social brasileira, inclusive acerca dos estudos desenvolvidos nas décadas de 1930 e 1940 que integraram as categorias de raça e classe no processo de (i) mobilidade social. Assim, ao estudar a trajetória ocupacional de mulheres negras, enquanto escravizadas e/ou trabalhadoras, deve-se compreender como foi construído socialmente o lugar do/de trabalho das pessoas negras, especialmente das mulheres negras ao longo da história deste país.

O processo de escravização implementado pelos colonizadores no Brasil demandou mão de obra, e foi implantado através do sistema escravagista de pessoas negras vindas da África. Foi a partir do referido sistema que a Colônia

passou a ter uma estratificação, primeiramente, entre homens brancos, que gozavam de sua liberdade e as pessoas negras, quando foi extraído o seu direito de liberdade pelos colonizadores. Na Colônia, o tratamento desumanizado aos escravizados africanos prevalecia e era imposto a eles: o trabalho de sol a sol,⁹ o fornecimento de uma alimentação precária, além de serem submetidos a castigos físicos.¹⁰

Mário Maestri (1993) sustentava que esses tratamentos dados aos negros escravizados tinham o propósito de aumentar a produção e os lucros dos colonizadores, sendo necessário majorar a “duração e o ritmo do trabalho além mesmo do humanamente suportável. Diminuir a ‘retribuição’ para os escravizados (alimentação, habitação etc.) era outra forma de maximizar os ganhos” (1993, p. 18). O referido historiador defendia que “o caráter mercantil da escravidão colonial foi responsável pelas condições extremamente duras [...] os senhores procuravam maximizar os lucros produzindo uma quantidade crescente de mercadorias com o mínimo de gastos” (p. 20).

Como bem salienta Lélia González, os espanhóis e os portugueses tinham sólida experiência de como articular as relações raciais, tanto que a força da hierarquia ficava explícita, inclusive nas formas nominais de tratamento, sendo desnecessário dizer que “nesse tipo de estrutura, onde tudo e todos têm um lugar certo, não há espaço para a igualdade, especialmente para diferentes grupos étnicos” (GONZÁLEZ, 2020, p. 143). Lélia González ressalta que sendo as sociedades latino-americanas sucessoras históricas e ideológicas da classificação racial e sexual das metrópoles ibéricas, se caracterizaram como hierárquicas, estratificando-se racialmente, resultando na superioridade dos brancos como grupos dominantes, e dos mestiços, índios e negros, como grupos dominados (GONZÁLEZ, 2020).

Desta forma, para analisar a estratificação sócio-ocupacional entre pessoas negras e brancas que ocorreu no período da escravização no Brasil, e entender como ela influenciou e influencia a (i)mobilidade sócio-ocupacional das

⁹ Habitados ao “sistema de trabalho coletivo, o negro se via forçado a trabalhar de graça, a integrar-se a um novo sistema de trabalho onde se estabelece uma relação de domínio do colonizador sobre o negro” (SILVA, 2000, p. 25).

¹⁰ “Um jovem e sadio africano reduzia-se a um bagaço após uma década de trabalho em uma fazenda escravista. Era comum que um escravo de um engenho açucareiro trabalhasse dezoito horas por dia e descansasse dois dias por mês” (MAESTRI, 1993, p 19).

peessoas negras nos dias de hoje, não tenho como não me reportar a alguns trabalhos clássicos, dentre eles, os desenvolvidos no país nas décadas de 30 e 40, tendo em vista que essa literatura construiu o mito de que pessoas negras que têm mobilidade sócio-ocupacional assimilaram os valores das pessoas brancas e, em contrapartida, romperam com o círculo social negro, aparecendo constantemente nessas literaturas a noção de branqueamento nas análises da mobilidade sócio-ocupacional negra.

Sob esse prisma, uma das obras importantes para analisar é *Casa Grande e Senzala* (2006 [1933]) e *Sobrados e Mucambos* (2004 [1936]), escritas pelo sociólogo Gilberto Freyre na década de 1930, tendo em vista que o autor narra o cotidiano, o dia a dia dos senhores e dos escravizados e da casa grande/senzala, o que nos possibilita apreender como o sistema de produção escravocrata, que tinha como base o latifúndio e a escravização, determinou as raízes da estratificação racial, de gênero e de classe no nosso país, tanto que o autor no prefácio do Livro *Casa Grande e Senzala*, mesmo não sendo inclinado ao materialismo histórico, descreve que:

temos que admitir a influência considerável, embora nem sempre preponderante, da técnica de produção econômica sobre a estrutura das sociedades; na caracterização da sua fisionomia moral. É uma influência sujeita à reação de outras; porém poderosa como nenhuma na capacidade de aristocratizar ou de democratizar as sociedades; de desenvolver tendências para a poligamia ou a monogamia; para a estratificação ou mobilidade (2006, p. 32).

Freyre, ao estudar antropologia na Universidade de Columbia, sob a orientação do professor e antropólogo Franz Boas, passa a ter grande influência acadêmica de seu orientador, tanto que sua obra valorizou a noção de cultura em detrimento da de raça. Ele descreve que aprendeu com Boas a considerar fundamental “a diferença entre raça e cultura, a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e do meio” (FREYRE, 2006, p. 32). De acordo com Peter Burke, a primeira vez em que Freyre mencionou o nome de Franz Boas foi no *Diário de Pernambuco* em 1921, Segunda ela:

As ideias desse combativo antropólogo Franz Boas eram praticamente desconhecidas de Freyre durante grande parte de seu período norte-americano. Deveria saber vagamente quem

era esse professor de Colúmbia e provavelmente estava mais ou menos a par, tanto pelo texto de Madison Grant quanto pelas ocasionais manifestações do antropólogo na imprensa, que Boas considerava ideias sobre raça divulgadas por Grant, Stoddard e outros autores como totalmente infundadas (PALLARES-BURKE, 2009, p. 301).

Se antes Freyre nitidamente aderira ao racismo científico, ao fenômeno do *passing*¹¹ e às teorias eugênicas, após os estudos com Franz Boas na década de 1930, ele passa a refletir sobre as influências do meio na vivência das pessoas em sociedade. Nesse período, o autor se diz intensamente preocupado com o destino do Brasil, pois, segundo ele: “era como se tudo dependesse de mim e dos da minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares, e dos problemas dos brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação” (2006, p. 31).

Freyre passa a abordar em suas obras a relação senhor-escravizado a partir da perspectiva da acomodação e da simbiose dos grupos étnicos, tendo como consequência a “criação” do mulato como mito fundador da nação moderna brasileira, ritualizando a fábula das três raças e o dilema da mestiçagem na visão racalista desenvolvida no Brasil no século XIX. Importante destacar que a intelectualidade branca brasileira, com os seus resquícios aristocráticos e patriarcais, particularmente Freyre, que se dizia preocupado com os problemas dos brasileiros, não conseguiu ou não quis analisar o país e seus problemas estruturais com o objetivo de transformá-la de fato em uma sociedade democrática que abarcasse a questão de raça, gênero e classe.

Apreende-se, com base nas abordagens de Freyre, que suas preocupações estavam mais centradas em construir a civilização brasileira, alicerçada no incentivo à miscigenação das pessoas negras com o imigrante branco, que culminaria no processo de embranquecimento da nação.¹² Em relação à ideologia do branqueamento é oportuno destacar que Gonzalez traz no texto “Por um feminismo afro-latino-americano” que:

a ideologia do branqueamento, tão bem analisada pelos cientistas brasileiros [...] reproduz e perpetua a crença de que as classificações e valores da cultura ocidental branca são os

¹¹ O termo teve origem nos Estados Unidos e serve para descrever uma pessoa que tenha herança genética mestiça, no qual está sujeita à segregação e à discriminação a partir de convenções sociais e legais de hipodescendência.

¹² Uma parte da intelectualidade branca racalista da época enxergava a miscigenação com maus olhos, tendo em vista que mestiço degenerava a raça.

únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca prova sua eficácia pelos efeitos da violenta desintegração e fragmentação da identidade étnica produzida por ele; o desejo de se tornar branco (“limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado com a consequente negação da própria raça, da própria cultura (GONZALEZ, 2020, p. 143-144).

Assim, o esforço de Freyre em construir teoricamente a tese de que as pessoas mestiças poderiam ter mobilidade social em detrimento das pessoas negras, além de ter um cunho ideológico vinculado ao processo de branqueamento da sociedade brasileira, também teve consequências de cunho psicossocial, pois introjetou nas pessoas negras a política de branqueamento arquitetada pela elite branca, em que a miscigenação passa a ser colocada como um fator para se conseguir ascender socialmente.

Neste aspecto, importa sublinhar que Freyre descreve em sua obra que as pessoas mestiças, ao contrário das pessoas negras, poderiam ter mobilidade e ascender socialmente, o que demonstra um esforço da intelectualidade branca em integrar raça e classe como sinônimos de mobilidade social. Essa construção teórico-ideológica representou tão bem os anseios da elite branca de modernizar o país que acabou se tornando um dos ícones defendidos pela classe política e por parte da intelectualidade branca da época, tanto que o Estado Novo acabou usando politicamente a noção de “modernidade” de Freyre para a construção da identidade nacional.

Diante de tudo isso, aparentemente, Freyre tentou romper com as teorias racistas defendidas pela intelectualidade branca brasileira do final do século XIX e início do século XX, ao sustentar a existência de uma democracia racial no país, alicerçado na justificativa de que as relações raciais no Brasil eram harmônicas, pois os mulatos bacharéis tinham a possibilidade de ascender socialmente, sendo utilizado como argumento de que não haveria preconceito racial no Brasil. Para Freyre, a possibilidade de mobilidade social ascendente dos mulatos seria uma “prova” de que não existiriam barreiras raciais que proibissem as pessoas de assumirem cargos de prestígio, ou mesmo de contraírem matrimônio com mulheres brancas.

Freyre, ao defender a democracia das relações raciais no Brasil, analisa a importância das três raças na formação do país e a proximidade física entre senhor e escravo com a finalidade de descrever um país harmonioso e mestiço.

Essa interação que cunha o mestiço, somada ao hibridismo cultural, foi utilizada por ele para findar a narrativa de hostilidade entre as raças e reforçar o seu argumento de que vivíamos numa democracia racial. Importante frisar que mesmo ele defendendo a existência de uma democracia racial no país, ao mesmo tempo e na mesma obra, descreve as tensões vivenciadas pelas pessoas negras que passam a se mobilizar de forma ascendente dentro da estrutura social brasileira.

Entretanto, ao mesmo tempo em que ele menciona a importância das três raças na formação do país, ele não problematiza como a “importância” das três raças era vista aos olhos dos colonizadores brancos e das pessoas negras escravizadas, tendo em vista que as três raças trabalharam de forma desigual para a construção do país, assim como tiveram frutos geracionais extremamente desiguais a partir desse “trabalho”. Sem dúvida, a divisão racial do “trabalho” feita pelos colonizadores brancos ocasionou a estratificação racial da sociedade, na qual as pessoas negras que trabalharam forçosamente para o enriquecimento do sistema colonial branco sempre estiveram na base da estrutura racial, social e de classe no Brasil e impossibilitados de uma mobilidade ascendente, por inúmeros mecanismos, tanto por parte do Estado como por parte da casa-grande.

Assim, é possível vislumbrar que essas obras, além de ajudarem a desvelar as estruturas raciais, sociais, econômicas e de gênero que estavam postas na época e que se propagaram no Brasil de norte a sul, também apreenderam como o Estado se utilizou de uma narrativa “científica” elaborada por representantes da intelectualidade branca aristocrática para manter o *status quo* que os privilegiavam.

Numa outra escala de análise, Cida Bento (2022) nos ajuda a perceber e mostra como se articula o privilégio da branquitude e sua manutenção no decorrer da história do país, inclusive utilizando o Estado na perpetuação desse privilégio. Segundo a autora, “quase nunca se fala da herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas” (2022, p. 23). Neste sentido, as obras de Freyre devem ser lidas criticamente, pois foram escritas na década de 1930 por um homem branco pertencente à elite aristocrática, que naturalizou o privilégio branco sustentado pelo trabalho forçado de pessoas negras.

Dadas essas condições, não se pode deixar de analisar criticamente essas obras ao pesquisar a (i)mobilidade social negra no país, particularmente das mulheres negras, tendo em vista que *Casa Grande e Senzala* retrata a vida privada entre pessoas brancas e negras, isto é, o cotidiano, o dia a dia nos casarões, nas fazendas e nas casas grandes. Além disso, também retratou a vida pública e as funções sociais determinadas a partir da estruturação racial e social existente no período, e por mais que tenham sido relatos muitas vezes romantizados e sem a devida criticidade, as narrativas são importantes para desvelarmos as raízes da desigualdade racial, de gênero e de classe no Brasil, até porque, como descreve Grada Kilomba, “a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e violência, pois cada lugar que usamos define o lugar de uma identidade” (2019, p.14).

Considerando a abordagem de Freyre sobre a questão da mestiçagem e da democracia racial no Brasil, o país passa a ser visto aos olhos da comunidade internacional, particularmente após o Holocausto e com a persistência da segregação racial nos Estados Unidos e na África do Sul, como referência no que se refere à integração racial, tanto que pesquisadores americanos começam a pesquisar o país de forma mais científica do que culturalista, como foi o caso do americano Donald Pierson, que fez pesquisas sobre as relações raciais no estado da Bahia no final da década de 1930 e início de 1940 (MAIO, 1995).

Pierson, influenciado pela tese da democracia racial de Gilberto Freyre e pela experiência das relações raciais no contexto americano em que o racismo institucionalizado foi o alicerce da organização social, inclusive com conflitos explícitos, acabou interpretando as exceções de mobilidade sócio-ocupacional das pessoas negras no Brasil como um indício de que haveria pouco preconceito racial no país, pois havia pessoas negras (pretos e pardos) em todos os estratos sociais. Em síntese, Pierson interpretou que houve no Brasil uma integração e uma convivência harmoniosa entre negros e brancos, a partir da ordem social escravocrata, que favoreceu a construção de relações raciais harmônicas de base íntima e pessoal, dando origem a um sistema multirracial e de classes.

Entretanto, quando Pierson se depara com a falta de representatividade de pessoas negras em lugares de prestígio no Brasil, ele sustenta que isto é devido ao passado escravagista e não pelo racismo institucionalizado, até

porque apoiava-se no argumento da harmonia racial, tanto que utilizou a mobilidade sócio-ocupacional do mestiço para evidenciar que o preconceito racial não criava obstáculos à mobilidade, mesmo tendo constatado inúmeras contradições na sociedade brasileira. Assim, o sociólogo americano passa a sustentar que o quesito raça não determinaria a (i)mobilidade social das pessoas, pois o preconceito de classe seria preponderante em face do preconceito racial.

Em linhas gerais, é preciso destacar que desde o período colonial a miscigenação foi incentivada pelos colonizadores no Brasil, fazendo parte do projeto colonial branco por inúmeros motivos,¹³ culminando na figura do “mestiço”, o que não aconteceu nos Estados Unidos. Na estratificação racial, social e econômica construída pelos colonizadores no período colonial, o “mestiço” foi colocado como um grupo intermediário da população, isto é, abaixo das pessoas brancas e acima das pessoas pretas, tanto que os colonizadores escolhiam os mestiços para tarefas domésticas mais leves, amas de criar, para serviços da casa, muitos aprendiam a ler e a escrever e eram autorizados pela estrutura social, jurídica e religiosa da época a serem batizados, a casarem legalmente e religiosamente.

Como aponta Oliveira Viana (1938), a sociedade rural brasileira do século XVIII era estratificada socialmente em classe superior, os senhores, em que prevaleciam os “brancos puros”; classe intermediária, os mulatos, “homens livres”, tendo como ocupação como artesãos, funcionários, rendeiros etc.; e a classe inferior, os escravizados, em que predominavam os pretos. Essa organização de classe vinculada à raça/cor das pessoas não durou muito tempo, pois a pessoa mulata passa a mover-se da classe intermediária para a superior, a partir do desenvolvimento das cidades e com o surgimento das academias superiores no século XIX, possibilitando oportunidades que anteriormente não eram possíveis, de tal modo que alguns tiveram acesso à classe dos profissionais liberais, particularmente como doutores e bacharéis (PIERSON, 1945).

Por conta dessa estratificação entre pessoas brancas, mulatas e pretas, criada e impulsionada pelos colonizadores, as pessoas mulatas acabaram tendo

¹³ Motivos da miscigenação.

mais oportunidades, outras profissões e, conseqüentemente, mais acesso à mobilidade sócio-ocupacional, tanto que ocuparam atividades diversas, como alfaiate, sapateiro, carpinteiro, dentre outras. Em síntese, como as pessoas mulatas eram libertas na maioria das vezes em prioridade às pretas, passaram a ser o maior número da classe de pessoas livres¹⁴ e, em decorrência disto, também tiveram uma mobilidade considerável na escala social, pois se estabeleceram em profissões manuais que as pessoas descendentes de europeus brancos desprezavam. Assim, algumas pessoas mulatas e pretas livres moveram-se na estrutura social, pois tornaram-se “pequenos lavradores, sitianteiros, rendeiros, artesãos, vendedores ambulantes, colocando-se ao lado de brancos de classe baixa que ainda não tinham subido ou que não possuíam, para isso, a necessária capacidade” (PIERSON, 1945, p. 223, 224).

No âmbito dessa discussão, cumpre salientar que desde o período colonial foi necessário criar mecanismos para conter a repugnância que as pessoas brancas tinham em frequentar os mesmos espaços das pessoas mulatas e pretas, então segregaram-se racialmente muitos espaços ocupacionais e sociais, como, por exemplo, o serviço militar, pois foram criados batalhões para pessoas brancas, pardas e pretas, assim como criaram-se organizações religiosas para pessoas brancas, pardas e pretas.

Outro ponto que é preciso ser observado na obra de Pierson em relação às estratégias utilizadas por pessoas mulatas livres de origem escrava para alcançarem a mobilidade sócio-ocupacional diz respeito à mobilidade espacial, isto é, à liberdade de locomoção, pois eles viajavam para lugares diversos ao de seu nascimento na busca de uma ocupação, já que nesses novos lugares se passariam por descendentes de pessoas livres e se esquivariam do estigma social de origem escrava, podendo se tornar funileiros, soldados, vendedores e chegar até a pequena burguesia (PIERSON, 1945).

Considerando o exposto, é importante ressaltar que Pierson não traz em seu texto casos de mobilidade sócio-ocupacional que tenham sido frutos de políticas de/do Estado ou de projetos dos ex-senhores de pessoas escravizadas com a finalidade de promoverem a mobilidade sócio-ocupacional de pessoas

¹⁴ Importante destacar que os pretos eram preteridos aos mulatos para serem libertos, havendo uma desproporção numérica. A título de exemplo: em 1822, os pretos livres no Maranhão eram calculados em 9.308, e os mulatos livres, em 25.111 (PIERSON, 1945, p. 223).

negras enquanto grupo, mas ao mesmo tempo o autor cobra das pessoas negras que estavam na estratificação racial e de classe mais fráguas estratégias de mobilidade sócio-ocupacional que não sejam individuais, mas sim coletivas.

É importante destacar que as estratégias de mobilidade ocupacional de pessoas mulatas e pretas não ocorreram por incentivo do Estado e das famílias escravagistas brancas que enriqueceram através do trabalho forçado de pessoas negras; as estratégias de mobilidade sócio-ocupacional de pessoas mulatas e pretas se deram, por vezes, de forma individual e, outras vezes, de forma coletiva, esta última com maior dificuldade, tendo em vista que elas estavam no interior de uma sociedade estruturalmente racista e estratificada racial, social e economicamente.

Assim, podemos observar que as análises de Pierson sobre as relações raciais no país estiveram sempre centradas no padrão de referência e nos valores das pessoas brancas, tanto que em diversas partes da obra ele descreve que as pessoas negras que tiveram mobilidade ascendente seriam meros assimiladores, e ele ainda as colocam em posição de passividade em relação às pessoas brancas, tanto que é destacado que a mobilidade sócio-ocupacional de muitas pessoas mulatas na obtenção de uma carreira ocorreu a partir do auxílio de pais brancos ou por outros parentes e amigos da classe branca dominante, colocando mais uma vez as pessoas negras não como agentes de sua própria história, inclusive de sua mobilidade sócio-ocupacional, mas as pessoas brancas como peça central da mobilidade negra.

Neste contexto, podemos observar que Pierson também faz um esforço em colocar a mobilidade sócio-ocupacional da pessoa mulata e da preta como favorecida pelo processo de emancipação do país, que no Brasil “libertou do ‘status’ servil, gradualmente e por indivíduos, a maior parte da camada mais baixa da sociedade, em circunstâncias favoráveis à continuação dos laços pessoais íntimos, tão vantajosos para um ‘liberto’” (p. 234).

Oportuno destacar que, mais uma vez, o pesquisador americano/branco coloca o mulato e o preto como “favorecidos” pelos “brancos emancipadores”, mas na verdade o que se sabe é que o colonizador nesse período tinha interesse em manter os “laços” com os libertos, não porque queria contribuir para a sua ascensão social, mas porque temia uma influência no Brasil da Guerra da

Secessão/ Guerra Civil Americana (1861-1865),¹⁵ que culminou com a abolição das pessoas escravizadas nos Estados Unidos em 1 de janeiro de 1863, com a Lei de Emancipação dos Escravos.

Por conseguinte, de maneira ardilosa, a elite branca, aristocrática e escravagista, sabendo das consequências da Guerra da Secessão dos Estados Unidos e ciente de que não havia como implementar a industrialização no país sem o abolicionismo, adotou o modelo de emancipação gradual e individual, pois assim deixaria muitas pessoas mulatas e pretas libertas dependentes das pessoas brancas, pois as libertariam sem direito a terra, sem garantia de trabalho, sem direito à saúde, sem dinheiro para reconstruir as suas vidas enquanto pessoas libertas. De tal modo, que a continuidade dos laços pessoais com as pessoas brancas tornou-se inevitável e arriscaria dizer que, na maioria das vezes, foi a única estratégia de sobrevivência possível das pessoas negras naquele momento, visto que essa emancipação artificiosa protagonizada pelas brancas ao mesmo tempo em que libertou as pessoas negras, não as emancipou de fato.

Na mesma linha de pensamento de Freyre e Pierson, o estudo de Thales de Azevedo (1955) sobre a mobilidade social das pessoas negras na Bahia também utilizou o discurso da democracia racial. Na obra *As Elites de Cor*, que advém de uma pesquisa realizada na cidade de Salvador, o autor descreve que as oportunidades de mobilidade social seriam iguais para pessoas negras e brancas, tendo em vista que no Brasil não haveria racismo. Para Azevedo, a mobilidade sócio-ocupacional das pessoas decorreria do mérito individual, independente da raça/cor (Azevedo, 1955).

Nesse viés, o discurso da democracia racial, a tese do branqueamento e a naturalização do racismo se fizeram tão presentes em sua obra que o americano Charles Wagley, da Universidade da Columbia (EUA), ao escrever o prefácio do livro *As Elites de Cor*, salienta que um dos aspectos interessantes da cidade em análise é o fato de as pessoas de diferentes raças viverem em harmonia, “sem muitas das discórdias e frustrações que caracterizam as relações inter-raciais em outras partes do mundo, parece até que o ideal brasileiro de democracia racial em nenhuma parte se realiza como ali” (1955, p.

¹⁵ Para saber mais sobre a Guerra da Secessão/Guerra Civil Americana, ler *A Guerra da Secessão (1861-1865)*, de Farid Aneur (2005).

7). Wagley, ao escrever o prefácio da obra, sustenta que no Brasil não há racismo e, conseqüentemente, que há uma harmonia e uma democracia racial, pelo fato de o país não apresentar as mesmas características das relações inter-raciais presentes em outras partes do mundo.

Nesse íterim, é preciso destacar que ao mesmo tempo em que Azevedo sustenta que a Bahia foi escolhida por ser considerada tradicionalmente um exemplo de harmonia racial no país, o próprio autor, tanto no título da obra como em todo o texto, se refere às pessoas negras como pessoas de cor, abstraindo do contexto “harmonioso” de que as pessoas brancas também são racializadas. Somado a isto, na própria introdução do livro, ao trazer o plano de trabalho da pesquisa, ele menciona que um dos propósitos do estudo é examinar “as opiniões e atitudes dos baianos, brancos e de cor, em referência ao problema da aquisição de *status* e de prestígio por parte dos últimos” (AZEVEDO, 1955, p. 13).

Com base no exposto e a partir do plano de pesquisa do autor, percebe-se que a “democracia racial” no país não passa de um mito construído pela elite branca, tendo em vista que só as pessoas negras são racializadas e têm o seu *status* e prestígio abordados como um problema. Sob esse prisma, a obra apresenta inúmeras contradições em relação à tese da democracia e da harmonia racial defendida por Azevedo e o que de fato acontecia nas relações inter-raciais no cotidiano baiano.

Essas contradições ficam perceptíveis ao abordar o aspecto ocupacional, isto é, quando as pessoas negras ocupam e/ou procuram ocupar espaços laborais que foram construídos socialmente como pertencentes às pessoas brancas, como, por exemplo, lugares considerados de prestígio e de *status* sociais para a sociedade. Em diversos trechos da obra é possível apreender essas contradições, pois o racismo e/ou a naturalização do racismo construíram a ideia de que pessoas negras são inferiores, e por este motivo deveriam se manter em espaços laborais subalternizados e de serventia, mesmo que estejam no interior de uma sociedade dita racialmente democrática.

Assim, ao analisar a (i)mobilidade sócio-ocupacional na obra, se percebe que as pessoas negras, ao adentrarem os espaços laborais considerados como superiores, estão adentrando nos espaços brancos, portanto, os espaços ocupacionais considerados como superiores são apreendidos como sinônimos

de brancos, tendo esta interpretação um cruzamento intencional e ideológico entre raça e classe, conforme podemos perceber no apontamento de Azevedo:

Não havendo propriamente castas, mas simplesmente classes, as pessoas de cor ingressam no mundo dos brancos mesmo que tenham traços acentuados; necessitam, porém, identificar-se com os padrões de comportamento do grupo superior [...] os brancos esperam que as pessoas de cor, especialmente as mais escuras, sejam comedidas em seus gestos, modestas e que, apesar dos seus méritos pessoais, guardem certa distância delas (1955, p. 72).

A partir da citação acima, surgem algumas indagações, dentre elas: numa democracia racial e numa sociedade de classes existe mundo dos brancos e mundo dos negros, como o autor nitidamente descreve? Numa sociedade de classe o comportamento das pessoas estará vinculado ao grupo econômico a que pertencem ou essa vinculação será ideologicamente e intencionalmente racializada, colocando a riqueza como sinônimo de brancura e a pobreza como sinônimo de negrura?

Somadas a essas indagações ainda surgem outras questões, como, por exemplo: existe espaço ocupacional de branco e de negro numa sociedade racialmente democrática?; Numa sociedade racialmente democrática, por que os lugares ocupacionais de prestígio e de *status* social eram/são designados como lugares de brancos?; Se as pessoas naquela época viviam numa dita democracia e harmonia racial, por que esperavam que pessoas negras fossem comedidas e modestas ao adentrarem em espaços ocupacionais de grupos ditos como superiores e deveriam manter distância de pessoas brancas?

Dito isto, podemos vislumbrar através da própria obra uma contradição em relação à narrativa construída sobre a democracia racial e o que ocorria de fato nas relações raciais no Brasil, particularmente no que tange ao aspecto ocupacional. Essas contradições são facilmente percebidas na obra, como no capítulo intitulado “Opinião sobre a gente de cor”, pois ao mesmo tempo em que ele descreve que na Bahia os livros didáticos, os políticos, os jornais e as notícias fazem menção à valiosa contribuição dos escravizados africanos para o desenvolvimento econômico do país, ele também enfatiza que comumente o folclore e as propagandas turísticas são representados por uma “mulata bahiana”, com vestimentas ligadas ao candomblé.

Aqui é oportuno mencionar que Azevedo, ao apresentar o capítulo “Um mínimo de tensões sociais”, descreve que no candomblé “é muito generalizado o sentimento de que os seus ritos são manifestações de atraso e barbárie, que se devem suprimir por constituírem motivo de vergonha diante dos turistas” (1955, p. 42). O autor salienta que o funcionamento desses cultos tinha uma liberdade relativa, pois dependiam de uma licença policial e por vezes eram proibidos e findados violentamente por autoridades civis (AZEVEDO, 1955).

No entanto, somado às contradições descritas acima, ao lermos o capítulo da obra “Canais de Ascensão Social”, no item que trata do comércio, é possível nos depararmos com a seguinte descrição:

As grandes lojas de fazendas, de modas, de joias, de artigos femininos preferem, para vendedores de balcão, empregados de “boa aparência”, eufemismo usado para significar pessoas brancas ou de traços muito próximos dos de brancos. Ainda há poucos anos um dos maiores magazines da cidade anunciava pelos jornais que tinham vagas para vendedores que fossem de físico forte, cor branca, idade mínima de 18 anos [...] A verdadeira razão, explicou a informante, é que as freguesas não gostam de ser atendidas por vendedores negros. As moças de cor, quando leem anúncios nos jornais procurando emprego de boa aparência, não se apresentam porque já sabem que preferem as brancas (AZEVEDO, 1955, p. 96-97).

Percebe-se que a estratificação ocupacional baseada na raça/cor da sociedade baiana apresentada acima serve de mais um subsídio para vislumbrar a contradição da tese da democracia racial defendida pelo autor. Inclusive é possível ratificar mais uma vez a debilidade desta tese ao analisar os dados do Gabinete de Identificação da Polícia Estadual de alguns meses de 1950, trazidos pelo próprio autor na obra. De acordo com os dados da Polícia Estadual, dos 273 tipos físicos de pessoas registradas como comerciantes e empregados em casas comerciais, a maioria dos comerciantes era de pessoas brancas, enquanto os empregados e os comerciários são em sua maioria pessoas negras, conforme a tabela 1 abaixo:

TABELA 1 – POSIÇÃO NO COMÉRCIO (1950)

Posição no comércio	Número total	Brancos	Pretos	Morenos	Pardos	Mestiços
Comerciantes						
Homem	46	28	-	12	6	-
Mulher	1	1	-	-	-	-
	206	80	10	63	42	13
Comerciários						
Homem	18	8	-	8	2	-
Mulher	-	-	-	-	-	-
	273	117	10	83	50	13

Fonte: Livro *Elites de Cor* (1955, p. 98)

Sob o prisma da tabela 1, a “explicação” dada ao fato de as pessoas brancas serem predominantes na profissão de comerciante foi sustentada em razão de que em parte “a ascensão social nesse setor depende de recursos financeiros, de que os grupos socialmente inferiores não dispõem” (1955, p. 99). A partir da “explicação” apreende-se que o racismo e a naturalização do racismo construíram a ideia de que as pessoas negras são grupos socialmente inferiores e que essas pessoas são as únicas responsáveis por não conseguirem ter uma mobilidade sócio-ocupacional como comerciantes, abstraindo-se completamente a sociedade comprovadamente racista em que viviam e vivemos, e que os comerciantes não hesitavam em publicar anúncios em jornais com vagas de trabalho restritas a pessoas brancas.

No entanto, é importante frisar que é principalmente na disputa dos espaços ocupacionais que há a reprodução de práticas racistas engendradas do sistema escravagista, e que por consequência se reconfiguraram no pós-abolição em novas práticas racistas e/ou que naturalizaram o racismo. Assim, ao “explicarem” o porquê de as pessoas brancas serem predominantes entre os comerciantes, seria de suma importância destacar que a sociedade brasileira, particularmente a baiana, foi construída a partir da lógica escravagista, na qual as pessoas negras foram obrigadas a trabalhar de forma forçada e sem remuneração por quase quatrocentos anos. Essa falta de remuneração

geracional entre as pessoas negras tem consequências até os dias de hoje, pois enquanto o grupo negro “trabalhava” sem remuneração, o grupo branco usufruía do privilégio de maximizar o lucro da sua exploração, inclusive para as futuras gerações.

Assim, a história da colonização, do trabalho escravizado de pessoas negras e a forma como o racismo estruturou racial e economicamente a sociedade precisam ser difundidas de forma séria para compreendermos as raízes das desigualdades raciais, de gênero e de classe presentes no país, e principalmente para apreendermos o porquê de as pessoas negras não conseguiram de forma expressiva acumular recursos para serem comerciantes, seja nas décadas em análise, ou atualmente.

Feitas essas teorizações, chega-se ao fecho, que os estudos de Freyre (1933, 1936), Pierson (1945, 1971) e Azevedo (1955) não conseguiram ou não quiseram vislumbrar a sociedade brasileira como estruturalmente racista e, por consequência, o racismo como causa das desigualdades raciais, de gênero e de classe, o que interfere diretamente na imobilidade sócio-ocupacional das pessoas negras. Portanto, ao não conjecturarem o racismo como um agravante para a imobilidade ocupacional de pessoas negras, especialmente de mulheres negras, tanto Freyre como Pierson e Azevedo acabam defendendo em suas obras a tese da democracia racial e do branqueamento no país.

2.2 – Projeto UNESCO: Desvelando o racismo à brasileira e suas consequências na mobilidade social de pessoas negras

A partir das abordagens realizadas nas décadas de 1930 e 1940 sobre as relações raciais no Brasil, particularmente as de Gilberto Freyre, Donald Pierson e Thales de Azevedo, se construíram a ideia e a narrativa da democracia racial no país, tanto que pesquisadores de outros países começaram a pesquisar as relações inter-raciais no contexto brasileiro para tentar compreendê-la.

Como anteriormente visto, os intelectuais dessa época sustentaram e construíram diversas narrativas em relação à democracia e à harmonia racial no país, dentre elas, de que a ordem social escravocrata favoreceu a constituição de relações raciais harmônicas de base íntima e pessoal, criando, por

consequência, uma sociedade com pouco preconceito racial, tanto que, segundo eles, havia a presença de pessoas negras em todos os estratos sociais.

A partir da propagação intelectual de que havia no Brasil uma democracia racial, empreendimentos foram feitos na década de 1950 com o objetivo de anunciar para o mundo o modelo de democracia racial existente no país. Neste panorama, a UNESCO nos anos 1950 financiou projetos de pesquisa que investigassem a temática das relações raciais no país, conforme Marcos Chor Maio:

O objetivo político da UNESCO, procurando apresentar a sociabilidade brasileira como modelo para o mundo, não impediu que logo no início da montagem do projeto – resultado do trabalho conjunto entre cientistas sociais nacionais e estrangeiros – este viesse a cumprir, de fato, a resolução da UNESCO de organizar no Brasil uma investigação sobre contatos entre raças ou grupos étnicos, com o objetivo de determinar os fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e psicológicos favoráveis ou desfavoráveis à existência de relações harmoniosas entre raças e grupo étnicos (MAIO, 2007, p.12).

Nesse viés, algumas pesquisas desenvolvidas pelo projeto UNESCO representaram na época um verdadeiro avanço nos estudos sobre raça e classe, em comparação com as pesquisas até então desenvolvidas no país, tanto que projetou alguns pesquisadores em nível internacional. Esses avanços nos estudos das relações raciais através do projeto UNESCO também foram imprescindíveis para o amadurecimento intelectual de uma geração de pesquisadores no país, tanto que alguns, inclusive, foram responsáveis pelo processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, dentre eles, podemos destacar os sociólogos Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Oracy Nogueira.

Importante destacar que a obra de Oracy Nogueira (1985), intitulada *Tanto preto, quanto branco: estudo de relações raciais*, contribuiu de forma pioneira para as pesquisas das relações raciais entre brancos e negros no país. A pesquisa do sociólogo revelou o *modus operandi* do racismo brasileiro e norte-americano, e apontou como o preconceito racial restringiu direitos e diminuiu oportunidades de mobilidade social para os grupos discriminados racialmente, produzindo desigualdades raciais, mesmo em contexto sem que não há o conflito racial acirrado.

De acordo com Nogueira (1985), a maioria das pesquisas sociológicas e antropológicas das décadas de 1930 e 1940 negava o preconceito racial, enquanto as suas pesquisas se detinham em compreender o *modus operandi* do racismo no Brasil. Os seus estudos evidenciam um rompimento com as ideias sustentadas por alguns intelectuais brancos que vimos anteriormente, como as de Donald Pierson (1945), Azevedo (1955) e Freyre (1933). Nogueira não subestimou e nem negou a existência do racismo no país, pelo contrário, denunciou a sua existência e a negligência de pesquisadores em relação ao tema, como muito bem observa na passagem abaixo:

a tendência do intelectual brasileiro – geralmente branco – a negar ou subestimar o preconceito, tal como ocorre no Brasil, e a incapacidade do observador norte-americano em percebê-lo estão em contradição com a impressão generalizada da própria população de cor do país (NOGUEIRA, 1985, p. 77).

Oportuno destacar que durante anos pesquisadores defenderam que no Brasil não havia preconceito e discriminação racial, e transformaram essa sustentação em uma das bases da ideologia da democracia racial do país, como Freire (1933) e Pierson (1945). Para os defensores desta tese, a presença de mestiços e pretos, apesar de ínfima nas camadas mais altas da sociedade brasileira, demonstrava a ausência de preconceito e discriminação racial, isto é, de barreiras raciais, à mobilidade sócio-ocupacional das pessoas negras.

Somado a isso, também defendiam que as camadas mais baixas do país eram ocupadas por pretos e mestiços devido à proximidade com a escravidão, mas que essa desigualdade social seria resolvida com o desenvolvimento econômico do país, tendo em vista que o problema para eles não era de ordem racial, mas sim de ordem social.

Como resposta a essas teses e narrativas formuladas nas décadas de 1930 e 1940, Nogueira (1985, 1998) advertiu que muitos dos pardos e mulatos, que de algum modo conseguiram ter mobilidade ocupacional e alcançaram posições de destaque na estrutura social, descendiam ou eram filhos da elite branca, sendo a sua cor interpretada como um passaporte para a mobilidade social e, assim, a mobilidade social estava atrelada à cor.

Corroborando essa informação, Nogueira (1998) salienta que, mesmo o país tendo nesse período três classes sociais, sendo elas, alta, média e baixa,

os pretos e os pardos não permaneciam na classe média e alta, mas na classe baixa. Este dado, segundo ele, reforça que a cor das pessoas determinava as oportunidades de mobilidade social e, conseqüentemente, o seu *status* social, particularmente das pessoas negras na estrutura social do país.

Há de se ressaltar, por oportuno, conforme observação de Nogueira (1998), que as pessoas negras pertencentes às camadas baixas não tinham experimentado a mobilidade sócio-ocupacional, pois permaneciam nas mesmas atividades no pós-abolição, e as que atingiam a classe média, mesmo sendo um número ínfimo, permaneciam na mesma posição, sem perspectiva de mobilidade ascendente para a classe alta.

Em consonância com a pesquisa conduzida por Nogueira, Costa Pinto também buscou romper com a folclorização da ideia de paraíso racial no país, pois, segundo ele, mesmo que no Brasil o racismo não se operasse como na África do Sul e nos EUA, a desigualdade racial seria um atributo característico do país. Diferentemente da finalidade do projeto UNESCO, a pesquisa empreendida por Costa Pinto, apresentada no livro *O Negro no Rio de Janeiro* (1998), tira o véu das abordagens romantizadas acerca das desigualdades raciais no Brasil, que tenderiam a explicá-las a partir de causas econômicas.

O estudo de Pinto aponta que para analisar as desigualdades sociais no país era preciso dar ênfase à questão étnico-racial, tendo em vista que, com todas as mudanças estruturais ocorridas com a industrialização na década de 50, elas não exprimiram uma democratização e reestruturação social e racial, mas sim uma manutenção das mesmas estruturas raciais e sociais de dominação no país.

As análises desenvolvidas por Pinto sobre a mobilidade social de pessoas negras foram inovadoras naquele período, pois ele examinou as tensões raciais experimentadas por pessoas negras em processo de ascensão social, a partir do racismo e da desigualdade racial, e não sob a ótica restrita da ideologia do branqueamento (AZEVEDO, 1966) e do “desajuste social” (PIERSON, 1971). Costa Pinto (1998), ao analisar a mobilidade social de pessoas negras, afirma que, ao ocuparem lugares de prestígio, elas tenderiam a sofrer mais discriminação racial, pois iriam de encontro aos lugares histórico, social e racialmente construídos para elas. Em síntese, o autor descreve que:

a ascensão social do negro e o seu afastamento da posição tradicional que tem ocupado na sociedade brasileira, dentro da qual se formou a ideologia também tradicional do branco sobre a posição que o negro deve ocupar no sistema de posições sociais, está sendo o fator principal das discriminações que ele vem sofrendo, em escala crescente, nos últimos tempos, neste país (1998, p. 277).

De modo semelhante à pesquisa de Nogueira (1985) e Costa Pinto (1998), o estudo realizado por Florestan Fernandes (2021) no âmbito do projeto UNESCO também demonstrou oposição às ideias defendidas por pesquisadores da década de 1930 e 1940, tanto que Fernandes vai cunhar o termo “mito da democracia racial” no país, tendo em vista que essa ideologia, segundo ele, foi construída a partir de uma demanda do contexto republicano e que combinou com a necessidade da elite branca em manter os seus privilégios, interferindo diretamente na mobilidade das pessoas negras. Fernandes (2021) descreve na obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* o mito da democracia racial no país:

Imposta de cima para baixo, como algo essencial à respeitabilidade do brasileiro, ao funcionamento normal das instituições e ao equilíbrio da ordem nacional, aquele mito acabou caracterizando a ideologia “racial brasileira”, perdendo-se por completo as identificações que o confinavam à ideologia e às técnicas de dominação de uma classe social (2021, p. 198).

Nesta perspectiva, Fernandes (2021) compreende que o mito da democracia racial e a negação do racismo no país foram causas primordiais para a perpetuação da desigualdade racial, produzindo, inclusive, uma “acomodação” tanto nas pessoas negras como nas pessoas brancas. Em relação às pessoas negras, foram cruciais para desarticular, em grande medida, a perspectiva de mobilização baseada na questão étnico-racial; em relação às pessoas brancas também ocorreu um acomodamento, pois o discurso e a ideologia garantiram o *status quo* no qual as pessoas brancas eram beneficiadas.

Na obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (2021), Florestan, ao analisar a mobilidade social e as dificuldades de integração das pessoas negras na sociedade de classes, a partir da perspectiva do racismo, descreve que o fim do regime escravocrata e senhorial se operou sem que os senhores fossem responsabilizados pela “manutenção e segurança dos libertos,

sem que a Igreja ou outra qualquer instituição assumisse encargos especiais, que tivessem como objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho” (FERNANDES, 2021, p. 59).

Há de se ressaltar, por oportuno, que o liberto sem nenhum preparo e sem passar por um processo de transição foi inserido num sistema de trabalho livre e numa economia competitiva, sem nenhum respaldo do Estado e das famílias brancas que lucraram por séculos com a escravização das pessoas negras. Em consequência disto, as oportunidades de trabalho para os libertos no pós-abolição ficaram concentradas nas atividades mais modestas e menos compensadoras (FERNANDES, 2021).

De acordo com o exposto, é possível apreender que a integração das pessoas negras na sociedade de classes enfrentou diversas barreiras, tendo em vista que após a Abolição elas se viram abandonadas na incipiente sociedade de classes, de ordem competitiva e que se vislumbrou como um autêntico e fechado mundo dos brancos; posteriormente, com o processo de industrialização e urbanização, as pessoas negras, mais uma vez, foram preteridas em relação à integração, pois só passaram a se inserir na sociedade como cidadãos de segunda classe (FERNANDES, 2021). Nas palavras deste autor,

percebe-se com facilidade como a degradação pela escravidão, a anomia social, a pauperização e a integração deficiente combinam-se entre si para engendrar um padrão de isolamento econômico e sociocultural do negro e do mulato que é aberrante em uma sociedade competitiva, aberta e democrática. Se as impulsões econômicas, sociais e políticas que orientaram a formação e o desenvolvimento ulterior imediato do regime de classes fossem mais poderosas, concentradas e tenazes, parece provável que os mecanismos espontâneos de reação societária seriam suficientes para compelir o “negro” aos ajustamentos dinâmicos, requeridos pela situação histórico-social. Como essas impulsões não se objetivaram socialmente, o destino da “população de cor” ficou entregue às potencialidades dinâmicas de um equipamento adaptativo e integrativo basicamente modelado para funcionar na sociedade de castas. Ele era apropriado para promover ajustamentos que resguardam ao máximo a distância social existente entre o “branco” e o “negro”, como se este ainda vivesse sob o jugo da dominação do senhor. Por isso, operava como um fator de preservação e de reintegração, na ordem social competitiva, do padrão de isolamento sociocultural em que se fundava o equilíbrio de relações raciais e o domínio da “raça branca” no regime escravocrata (2021, p. 269).

É preciso observar e destacar que, mesmo após a Abolição, se preservou uma relação intrínseca entre a sociedade de castas e a sociedade de classes, tanto que o sistema antigo não se apagou por completo em face disso. Florestan Fernandes enfatiza que “persistiu na mentalidade, no comportamento e até na organização das relações sociais dos homens, mesmo daqueles que deveriam estar interessados numa subversão total do antigo regime” (2021, p. 269).

O referido autor nos chama a atenção para o fato de que a Abolição projetou a população negra no seio da plebe, num período de implementação da ordem social competitiva e do regime de classes (2021). Neste sentido, é preciso pôr em evidência o lugar destinado às pessoas negras no pós-Abolição, para que possamos elucidar as “genealogias” da degradação socioeconômica das pessoas negras no passado e no presente. No âmbito dessa discussão, o autor destaca que:

à rede de relações raciais como ela se apresenta em nossos dias, poderia parecer que a desigualdade econômica, social e política, existente entre o “negro” e o “branco”, fosse fruto do preconceito de cor e da discriminação racial. A análise histórico-sociológica patenteia, porém, que esses mecanismos possuem outra função: a de manter a distância social e o padrão correspondente de isolamento sociocultural, conservados em bloco pela simples perpetuação indefinida de estruturas parciais arcaicas. Portanto, qualquer que venha a ser, posteriormente, a importância dinâmica do preconceito de cor e da discriminação racial, eles não criaram a realidade pungente que nos preocupa. Esta foi herdada como parte de nossas dificuldades em superar os padrões de relações raciais inerentes à ordem social escravocrata e senhorial. Graças a isso, ambos não visavam, desde o advento da Abolição, instituir privilégios econômicos, sociais e políticos para beneficiar a “raça branca”. Tinham por função defender as barreiras que resguardavam, estrutural e dinamicamente, privilégios já estabelecidos e a própria posição do “branco” em face do “negro”, como raça dominante (2021, p. 270).

Enfatiza-se que, mesmo após a Abolição e o Estado republicano, no qual se teve a implementação de um novo regime jurídico e político, a democracia racial não se consolidou, pois a democracia incipiente permaneceu nos moldes do regime de castas, sendo rígida e reprimindo a autonomia social das pessoas negras. De tal modo que nesse período a democracia racial não passava de um mito, pois as relações entre “negros” e “brancos” ocorriam a partir dos interesses sociais da raça/cor dominante, a branca. Nesta perspectiva, apreende-se que

houve uma continuidade parcial dos velhos mecanismos que tendiam “a promover a perpetuação, em bloco, de relações e processos de dominação que concentravam o poder nas mãos dos mencionados círculos dirigentes da “raça branca”, como sucedera no recente passado escravista” (2021, p. 282).

Neste contexto, Fernandes observa nas pesquisas desenvolvidas na década de 1960 que, mesmo havendo um avanço significativo no processo de modernização capitalista do país, não houve uma transição da sociedade de *status* para a sociedade de classes, do mesmo modo os modelos de relações raciais continuaram nos mesmos moldes aos do regime servil. O entendimento de Fernandes (2021) é a de que mesmo o país passando por uma reconfiguração política e jurídica, ela não foi suficiente para mudar a ordem das relações raciais, pois a estrutura socioeconômica do país permaneceu nos moldes da sociedade de castas, na qual os negros e os brancos se mantiveram nos mesmos espaços ocupacionais que detinham no passado.

Assim, ao analisar a mobilidade social ascendente de pessoas negras, Fernandes (2021) interpretava como ínfima, tendo em vista que se traduzia como resultado da tenacidade da desigualdade racial perpetuada por anos. Este tipo de mobilidade não tinha um fluxo contínuo, mas um caráter de exceção à regra da imobilidade social das pessoas negras.

Diferentemente de alguns pesquisadores que entendiam a mobilidade social ascendente de pessoas negras como um sinal de ausência de preconceito racial no país, Fernandes notou que essa mobilidade não se traduzia “em alterações radicais na posição social do negro. Este continua a ser pobre. A se concentrar em ocupações mal remuneradas e de pouco ou nenhum prestígio e ao fornecer ralas elites, mais ou menos isoladas e fechadas, como no passado” (2021, p. 529). Os resultados do estudo do autor demonstraram que:

se a ordem social competitiva se associa a um padrão inalterável de dominação racial, a equiparação de negros e brancos poderá se desenvolver em diversos níveis de integração do sistema de posições sociais e de organização de poder. Nunca, porém, em termos de igualdade econômica, social e política, perfeita ou simplesmente balanceada, dos estoques raciais em interação [...] em outras palavras, a sociedade inclusiva tem se limitado a fazer pressão para compelir aquela população a se identificar com o sistema de normas, interesses e valores da ordem social competitiva, resguardadas as atribuições e as funções da raça branca como raça dominante. [...] Dessa perspectiva, o ímpeto, o alcance e a regularidade dos processos de ascensão social do

negro e do mulato dependeram da própria vitalidade econômica, social e política lograda pela população de cor. Em face da sociedade inclusiva, os proventos que esta população colheu na esfera da mobilidade social vertical são meros efeitos indiretos e não visados dos êxitos da pressão assimilacionista (2021, p. 694).

Em face das discussões empreendidas por Fernandes, os dados das suas pesquisas demonstraram que a mobilidade social vertical das pessoas negras não se explicava pela ausência de preconceito racial, pelo contrário, pois evidenciaram que essa mobilidade ocorreu mesmo com a prática sistêmica do preconceito racial. Ele sugere que a mobilidade social ascendente das pessoas negras “se processou, está se processando e se processará no futuro, apesar da existência e dos efeitos inibidores do ‘preconceito de cor’” (2021, p. 694). Passa-se, agora, a examinar as consequências do racismo na (i)mobilidade social de pessoas negras.

2.3 – O racismo na produção da (i)mobilidade social das pessoas negras

Os estudos relacionados à mobilidade social de pessoas negras entre as décadas de 1970 a 1990 trouxeram novos incrementos metodológicos para analisar o racismo na produção das desigualdades raciais e cumulativas. Nesse período de produção de conhecimento sobre mobilidade e desigualdade racial no Brasil, pesquisadores passaram a utilizar dados estatísticos com a finalidade de evidenciar o racismo como produtor da desigualdade entre pessoas negras e brancas no país.

No livro *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil* (1979), de autoria de José Pastore, é possível perceber, nas palavras do autor, o início dessa nova fase relativa à produção de conhecimento. Segundo o autor, a obra

são resultado da boa vontade e do esforço conjunto de várias pessoas e instituições. A matéria-prima – os dados – foi provida pela Fundação IBGE, que vem realizando com esmero e carinho as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios – PNAD [...]. A Fundação IBGE entrou recentemente em uma fase muito frutífera caracterizada pelo estímulo aos pesquisadores para que utilizem seus dados científicos [...] vários estímulos vieram também da Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho que, agora também em nova fase, vem se destacando pelo seu alto interesse por conhecer objetivamente o que vem

ocorrendo no mercado de trabalho brasileiro (PASTORE, 1979, s/p).

Na obra, Pastore (1979) analisa dados do IBGE e PNAD sobre a mobilidade social, a desigualdade, os modelos explicativos de mobilidade social, as oportunidades ocupacionais no país, a mobilidade e o desenvolvimento social, a mobilidade intra e intergeracional, dentre outros fatores que interferem e/ou determinam a (i)mobilidade social dos brasileiros. Com essas primeiras análises de dados referentes à mobilidade social no país, foi possível ampliar novos horizontes de pesquisas sobre o tema, dentre elas, as alusivas à mobilidade sócio-ocupacional abordando raça, gênero e classe.

Já no livro *Mobilidade Social no Brasil*, José Pastore e Nelson do Valle da Silva (2000) compararam as bases estatísticas sobre mobilidade social do Brasil de 1973 com dados semelhantes de 1996. Dentro do escopo da obra, no capítulo 7, intitulado “Cor e Mobilidade Ocupacional”, os autores analisaram a partir dos dados do PNAD/1996 o papel da “raça/cor” no processo de mobilidade social¹⁶ e mostraram a existência da desigualdade racial no país no que tange à educação, ocupação e renda entre pessoas negras e brancas, acarretando, segundo eles, desvantagens cumulativas para as pessoas negras, o que interfere no seu processo de (i)mobilidade social.

Pastore e Silva (2000), ao analisarem a distribuição ocupacional no país, constataram que, independente do grupo ocupacional de origem, as pessoas negras encontravam-se em maior concentração nos estratos ocupacionais inferiores. Ainda nesse cenário, os autores, ao considerarem a distribuição de oportunidades de mobilidade social entre os grupos chamados de “cor”, verificaram que os dados estatísticos indicavam que os não brancos experimentavam menores oportunidades de mobilidade ascendente, ocasionando um déficit de mobilidade das pessoas negras em relação às pessoas brancas.

Ainda com base nos dados do PNAD/1996, Pastore e Silva (2000) observaram como a posição de origem das pessoas se converte em realizações educacionais, tendo em vista que “para todos os estratos de origem, indicados pelo estrato ocupacional do pai, as distribuições educacionais dos entrevistados

¹⁶ De acordo com as linhas gerais estabelecidas por Hasenbalg (1985).

não brancos estão consideravelmente mais concentradas nas faixas de escolaridade inferiores” (2000, p. 92). Esses dados podem ser constatados, por exemplo, ao analisarem os filhos de trabalhadores rurais não qualificados, em que 62,6% dos não brancos não ultrapassam três anos de escolaridade, enquanto os brancos nessa mesma situação são somente 36,5%.

De maneira oposta, ao analisarem todos os estratos de origem, indicados pelo estrato ocupacional do pai, no que tange ao acesso ao ensino superior, indicado pela categoria 12 e mais anos de escolaridade, Pastore e Silva (2000) verificaram que a proporção de pessoas brancas é duas ou três vezes maior que as não brancas. Os autores ainda indicam que as pessoas não brancas nascidas nos estratos mais altos têm maiores dificuldades em realizar a conversão da posição de classe de origem em realizações educacionais, pois “dependendo do estrato social de origem, as pessoas do grupo não branco contam com uma severa desvantagem no acesso a um recurso crucial na competição por posições na estrutura social, como a educação formal” (PASTORE; SILVA, 2000, p. 94), conforme se percebe-se nos dados da tabela 2 abaixo.

TABELA 2 – ANOS DE ESCOLARIDADE POR STATUS DO PAI SEGUNDO A COR-1996 (%)

Status do Pai	Cor	Anos de Escolaridade					
		Me-nos de 1	1 a 3	4	5 a 8	9 a 11	12 e mais
1- Baixo-Inferior	Branca	14,3	22,2	28,1	21,1	9,4	5,0
	Não Branca	36,1	26,5	17,2	14,4	4,4	1,5
2-Baixo-superior	Branca	2,7	8,4	14,7	29,1	25,1	19,8
	Não Branca	11,0	15,2	17,6	29,9	19,6	6,7
3-Médio- inferior	Branca	2,8	6,4	15,6	33,1	26,0	16,1
	Não Branca	7,0	13,1	19,2	35,8	18,4	6,6
4-Médio- médio	Branca	2,9	3,5	11,3	23,7	25,9	32,7
	Não Branca	8,0	11,8	16,0	26,2	26,7	11,3
5-Médio-superior	Branca	3,1	3,7	6,8	13,6	25,3	47,4

	Não Branca	7,1	9,0	10,3	32,9	23,3	17,4
6-Alto	Branca	0,2	1,8	3,8	7,6	21,9	64,8
	Não Branca	4,7	3,7	9,3	19,6	38,3	24,3
Total	Branca	8,3	13,8	20,3	23,7	17,5	16,4
	Não Branca	26,3	21,7	17,3	20,3	10,4	4,1

Fonte: Pastore e Silva (2000, p. 93)

Pastore e Silva (2000) também observaram a partir dos dados do PNAD de 1996 que há uma relação entre educação e raça/cor no país, tendo em vista que as diferenças raciais são muito significativas nos processos de escolarização. Ao analisarem os processos de mobilidade social individual que é a “forma como a escolaridade adquirida se traduz no preenchimento de posição na hierarquia ocupacional” (PASTOE; SILVA, 2000, p. 94), os dados mais uma vez indicaram, conforme a tabela 3 abaixo, que as pessoas não brancas têm uma desvantagem em converterem a educação formal em posições ocupacionais compatíveis com o seu grau de formação educacional. De acordo com os autores, essa desvantagem pode estar ligada aos processos de discriminação racial no ambiente laboral.

TABELA 3 – STATUS ATUAL POR ANOS DE ESCOLARIDADE, SEGUNDO A COR-1996 (%)

Anos de Escola	Cor	1- Baixo-Inferior	2- Baixo-superior	3- Médio-inferior	4- Médio-médio	5- Médio-superior	6-Alto
Menos de 1	Branca	48,9	25,9	19,3	4,5	1,2	0,2
	Não Branca	58,3	21,6	16,0	3,1	1,1	0,0
1 a 3	Branca	31,1	23,5	35,5	6,2	2,7	0,9
	Não Branca	35,7	25,6	32,1	3,9	2,4	0,3
4	Branca	19,6	23,7	41,5	9,4	4,5	1,3
	Não Branca	16,6	26,8	45,1	7,5	3,5	0,6
5 a 8	Branca	10,1	25,0	40,2	15,2	6,9	2,6
	Não Branca	7,2	28,2	44,2	14,7	4,3	1,4

9 a 11	Branca	2,4	17,9	21,3	31,5	19,4	7,5
	Não Branca	2,7	18,9	24,9	34,8	13,6	5,1
12 e mais	Branca	1,0	7,0	4,2	22,6	28,6	36,7
	Não Branca	1,0	7,4	8,1	26,8	27,3	29,3
Total	Branca	15,1	20,3	28,7	16,1	11,3	8,5
	Não Branca	27,2	23,8	30,9	10,9	4,9	2,3

Fonte: Pastore e Silva (2000, p. 95)

Desse modo, Pastore e Silva (2000) convergiram na mesma direção que Hasenbalg, que entende que as pessoas negras “sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social individual. Suas possibilidades de escapar às limitações de uma posição social baixa são menores que as das pessoas brancas na mesma origem social” (HASENBALG; SILVA, 1988, p. 177).

De acordo com Hasenbalg no livro *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (2005), embora as pessoas negras no Brasil sejam expostas a estruturas de dominação de classe, elas também padecem de uma desvantagem competitiva que advém de sua condição racial. Nessa linha, ele enfatiza que, pelo distanciamento existente entre os ideais e as práticas raciais brasileiras, a “democracia racial” deveria ser encarada por todos como um poderoso mito, tendo em vista que sua função é servir de “instrumento ideológico de controle social, é legitimar a estrutura vigente de desigualdades raciais e impedir que a situação real se transforme numa questão pública (HASENBALG, 2005, p. 19).

Para Hasenbalg, é preciso desenfatizar a herança do escravismo para explicar as relações raciais na contemporaneidade e focar na análise do racismo e na discriminação pós-Abolição como as principais causas da subordinação social das pessoas não brancas e seu recrutamento para espaços socialmente inferiores. Considerando a raça como atributo socialmente elaborado, o autor analisa “como um critério eficaz dentre os mecanismos que regulam o preenchimento de posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social” (2005, p. 20).

A pesquisa de Hasenbalg (2005) indica que a mobilidade social ascendente de pessoas negras no pós-Abolição foi tão ínfima que a desigualdade racial é uma marca da sociedade brasileira até hoje. O autor

também chama a atenção para o fato de a mobilidade social individual das pessoas não brancas ser insuficiente para atingir a chamada “democracia racial”. Para ele, a baixa recorrência de mobilidade social negra seria um indício do racismo presente na estrutura social brasileira.

Desse modo, Hasenbalg (2005) ratifica na obra que há diferenças interraciais de mobilidade vertical advindas da discriminação racial e de estruturas racistas, pois além de as pessoas negras terem menor probabilidade de mobilidade social ascendente que as brancas da mesma origem, em termos de “mobilidade social intergeracional quanto intrageracional, as não brancas sofrem uma desvantagem competitiva em todas as fases da sequência de transmissão de *status*” (2005, p. 24).

Neste capítulo, nós nos propusemos a abordar alguns estudos desenvolvidos sobre mobilidade social e pessoas negras a partir de obras consideradas clássicas desenvolvidas nas décadas de 1930 e 1940; também nos debruçamos sobre produções bibliográficas da década de 1950 e 1960 que tratavam da temática da mobilidade social a partir da influência do racismo. Por último, foram utilizados trabalhos desenvolvidos sobre mobilidade social a partir das bases estatísticas (décadas de 1980, 1990 e 2000) para aprofundar a reflexão sobre (i)mobilidade de mulheres negras originárias da Vila da Lata. No próximo capítulo, discorrer-se-á sobre a mobilidade sócio-ocupacional das mulheres negras no país, focando a análise na divisão sexual e racial do trabalho, além de trazeremos a variável educação para pensar sobre a (l)mobilidade sócio-ocupacional das mulheres negras originárias da Vila da Lata.

CAPÍTULO 3 – A MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Para avançarmos na reflexão sobre a mobilidade sócio-ocupacional das mulheres negras no país, torna-se necessário uma análise da divisão sexual e racial do trabalho para compreendermos como as construções sociais determinaram e determinam os espaços ocupacionais e a mobilidade social de mulheres racializadas como negras no Brasil. A compreensão dessas divisões, somada à variável educação, torna-se imprescindível para apreender as consequências para (i) mobilidade sócio-ocupacional das mulheres negras originárias da Comunidade Quilombola Vila da Lata.

3.1 – Divisão sexual e racial do trabalho: desigualdade das mulheres negras

No artigo escrito por Daniele Kergoat para o *Dicionário Crítico do Feminismo* (2009), intitulado “Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo”, a socióloga descreve que homens e mulheres são produtos de construções sociais e não produtos de um destino biológico. Segundo Kergoat, homens e mulheres estariam envolvidos numa relação social de sexo, e essa relação teria como base material o trabalho, que se “exprime por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho” (2009, p. 67).

No âmbito material, as relações sociais de sexo ancoradas no trabalho acabam sendo divididas entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, no qual há prevalência dos homens no primeiro e da mulher no segundo. Assim, o trabalho produtivo, assalariado, produtor de mais-valia, ligado à esfera pública é destinado aos homens, enquanto o trabalho reprodutivo, que é caracterizado como emocional, rotineiro, manual, ligado ao cuidado, à limpeza, à cozinha e a alimentação, está vinculado à esfera privada, e é direcionado às mulheres (ÁVILA, 2010; PORFÍRIO, 2021).

De acordo com Helena Hirata e Daniele Kergoat (2007), o termo “divisão sexual do trabalho” na França possui dois significados distintos. Por um lado, se tem uma abordagem sociográfica, na qual se observa a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho e suas alterações no tempo e no espaço e como ela opera na divisão desigual do trabalho doméstico. Enquanto

a segunda abordagem entende que a divisão sexual do trabalho é mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e, além disso, descreve o real com a finalidade de refletir “sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades e, portanto, os sexos, em suma, para criar sistemas de gênero” (2007, p. 596).

Em resumo, a primeira abordagem se detém nas análises em relação à divisão sexual do trabalho focado na constatação das desigualdades entre homens e mulheres, enquanto a segunda abordagem estuda a origem dessas desigualdades, com a finalidade de compreender a “genealogia” sistêmica que as origina. No texto *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*, Hirata e Kergoat (2007) trazem a definição do conceito de divisão sexual do trabalho como:

a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (político, religioso, militares etc.) (2007, p. 599).

Considerando esta conceituação, por mais que quase todo mundo estivesse de acordo, Hirata e Kergoat acreditavam que era preciso ir além desta definição, e por este motivo elaboraram os princípios da divisão sexual do trabalho e suas modalidades. Para as autoras, existem dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho, sendo eles:

o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicadas mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (2007, p. 600).

Neste aspecto, as autoras sublinham que tanto o princípio da separação quanto o hierárquico estão presentes em todas as sociedades conhecidas e têm seu fundamento alicerçado na ideologia naturalista. Contudo, isto não significa que seja imutável, pelo contrário, pois suas modalidades variam no

tempo e no espaço. Elas ressaltam ainda que há uma estabilidade em relação à manutenção da distância entre os grupos de sexo e não em relação às situações, tendo em vista que estas evoluem sempre (HIRATA; KERGOAT, 2007).

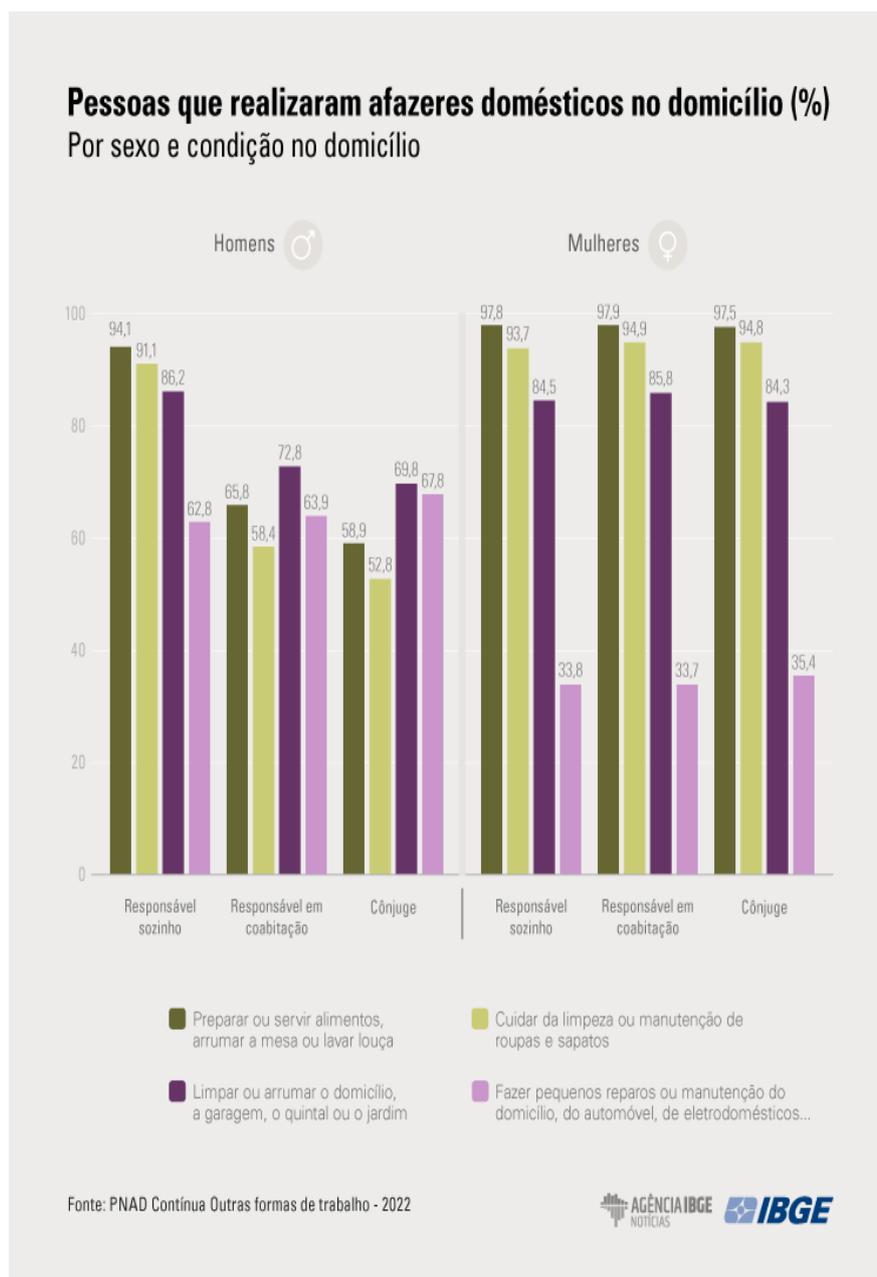
Na análise de Biroli (2018), a divisão sexual do trabalho produz gênero, mesmo que não seja de forma isolada. A autora mobiliza toda uma bibliografia para destacar que a divisão sexual do trabalho serve como base para oprimir as mulheres. Biroli ainda salienta que a aceção das mulheres estaria elencada como classe, cujos interesses estariam em dissonância com a classe dos homens, que as explora. Neste sentido, a autora descreve:

a divisão sexual do trabalho como base para a opressão das mulheres: gênero é assim, produzido na formada exploração do trabalho das mulheres e da vulnerabilidade relativa que incide sobre elas. Para ser mais precisa, diferenças codificadas como “naturalmente” femininas e masculinas, imprimindo às vivências uma concepção dual e binária de gênero, decorrem da atribuição distinta de habilidades, tarefas e alternativas na construção da vida de mulheres e homens. Essas diferenças não se estabelecem da mesma forma para elas e para eles, uma vez que presumem normas masculinas e são mobilizadas para justificar as desvantagens econômicas das mulheres (2018, p. 35).

Para Biroli (2018), a divisão sexual do trabalho permite observar uma forma comum de opressão contra as mulheres, que afeta as mulheres enquanto grupo. Assim, é preciso notabilizar que há uma exploração de fato, tanto que o trabalho doméstico é realizado pelas mulheres, por mais que saibamos que esse trabalho como forma de exploração não é feito da mesma maneira por “mulheres brancas e negras, pelas mais ricas e pelas mais pobres ou por mulheres de diferentes partes do mundo” (p. 36).

Dentro desse quadro, é perceptível a exploração das mulheres no trabalho doméstico, que se apresenta de forma desigual em relação aos homens nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - Outras Formas de Trabalho (2022), que trouxe, dentre vários dados, o dos afazeres domésticos no domicílio, por sexo, conforme podemos ver abaixo:

GRÁFICO 1: AFAZERES DOMÉSTICOS NO DOMICÍLIO



Fonte: PNADC Outras formas de trabalho – 2022

Observando os dados do PNAD Contínua Outras formas de trabalho – 2022, é possível apreender que, dentre as atividades dos afazeres domésticos no domicílio, a única atividade em que os homens predominam são os pequenos reparos, manutenção do domicílio, do automóvel e de eletrodomésticos. As taxas nessa atividade quando responsável sozinho é de 62,8%, em coabitação de 63,0% e como cônjuge 67,8%.

Em relação aos homens, é importante destacar ainda que, mesmo sendo responsável sozinho pelos seus afazeres domésticos no domicílio, as mulheres continuam com as taxas mais altas em todas as atividades, com exceção apenas das atividades de pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel e de eletrodomésticos (PNAD – Contínua Outras formas de trabalho – 2022).

Neste sentido, a partir dos dados do PNAD Contínua Outras formas de trabalho – 2022, vê-se que as mulheres prevalecem na maioria das atividades, como: lavar a louça, arrumar a mesa, preparar e servir alimentos, limpar e arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim; além disso, também cuidam da limpeza ou da manutenção de roupas e sapatos, independentemente se são responsáveis sozinhas, em coabitação ou com o cônjuge.

Estes dados evidenciam o que Andrea de Souza Gama (2012) destaca no seu artigo “Trabalho e responsabilidades familiares no Brasil: reflexões sobre o direito do trabalho”. Segundo a autora, há um caráter ideológico na noção de trabalho doméstico não remunerado concebido como oposto da objetificação, tendo em vista que a noção está ligada

às relações afetivas no interior da família e baseada na disponibilidade de tempo das mulheres. Sendo a forma privilegiada de expressão do “amor” na esfera dita “privada”, os gestos repetitivos e os atos cotidianos de manutenção do lar, da saúde e da educação de crianças, idosos e doentes são naturalizados e atribuídos às mulheres. Nos debates sobre o tema, a existência de uma perpétua hesitação entre o trabalho assalariado, de um lado, e o trabalho doméstico, de outro, nada mais é do que um indicador de que essas duas questões se interpenetram sem, no entanto, se confundirem (2012, p. 152).

Os estudos de Gama (2012) e de tantas outras possibilitam uma reflexão de que realmente o trabalho doméstico e o trabalho assalariado não se confundem, de tal maneira que mesmo com todos os avanços em relação ao mercado de trabalho e igualdade de gênero, o trabalho doméstico continua vinculado às relações afetivas, e sendo invisibilizado,¹⁷ gratuito, naturalizado e atribuído às mulheres. Em resumo, a autora considera que:

o advento do modo de produção capitalista subverte as condições de produção material, mas também as condições de produção de seres humanos. Esse modo de produção enseja uma nova concepção de trabalho e de reprodução social: o

¹⁷ Segundo Gama (2014), essa invisibilidade advém de duas causas: a família, definida como espaço de consumo, deixando para trás o seu caráter produtivo, a partir da Revolução Industrial; e a naturalização da divisão sexual do trabalho no interior das famílias.

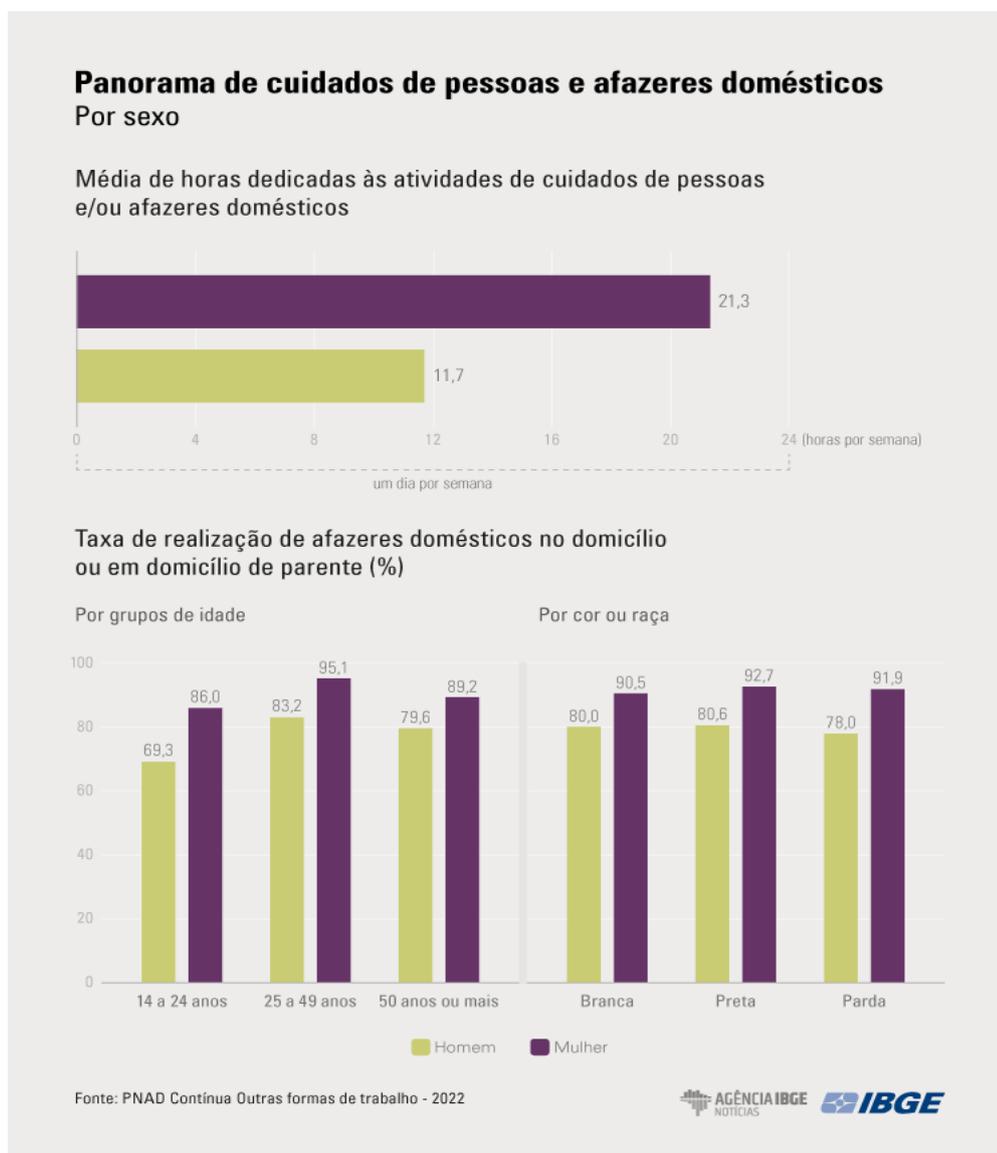
trabalho como uma atividade que pode ser objetificada, mediada pela relação de assalariamento que se desenrola em torno da apropriação do tempo do assalariado pelo capitalista, constituindo interesses de diferentes classes sociais. Esta relação de assalariamento também estabelece uma série de alterações na relação entre produção e reprodução social, como: contrato sexual, a invisibilidade do trabalho reprodutivo, o *status* inferiorizado das mulheres e o teor e a natureza das relações familiares. Estas passam a ser vistas e interpretadas como uma unidade de consumo, subsumidas e separadas de maneira desigual, de forma que a produção tenha maior importância do que a reprodução social [...] A família e o Estado são mecanismos indiretos de produção de mais-valia pela divisão do custo social de exploração da força de trabalho. Na família, este custo é invisibilizado, naturalizado socialmente e absorvido iminentemente pelas mulheres (2012, p. 151).

A partir do exposto e dos próprios dados, é importante ressaltar que o pensamento feminista materialista vem fazendo um trabalho duro para desmistificar o trabalho doméstico gratuito dessas mulheres, tornando-o um trabalho de fato, por isso a importância do conceito de divisão sexual do trabalho não somente pensar as desigualdades relativas dessa divisão, mas também refletir o que se entende por trabalho numa sociedade sexualmente desigual (HIRATA; KERGOAT, 2007; PORFÍRIO, 2021)

Desta forma, percebe-se que, mesmo havendo inúmeros avanços em relação à igualdade de gênero e à participação das mulheres no mercado de trabalho, esses avanços ainda não foram suficientes para promover mudanças estruturais e culturais quanto à divisão sexual do trabalho, pois essa divisão ainda determina privilégios para uns e desvantagens para outros, produzindo separações e hierarquias sexuais nas ocupações.

O Gráfico 2 contém dados relativos ao panorama de cuidados de pessoas e afazeres domésticos por sexo, no que tange à média de horas dedicadas às atividades e à taxa de realização de afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente por grupos de idade e por cor/raça, como podemos visualizar abaixo:

GRÁFICO 2 – CUIDADO DE PESSOAS E AFAZERES DOMÉSTICOS POR SEXO



Fonte: PNADC Outras formas de trabalho – 2022

Conforme os dados levantados pelo PNAD Contínua Outras formas de trabalho – 2022, é possível visualizar que entre a média de horas dedicadas às atividades de cuidado de pessoas e/ou afazeres domésticos por sexo, os homens possuem as menores taxas de realização dessas atividades, ficando com 11,7%, enquanto as mulheres ficam com 21,3%. Analisando essas taxas não há como não lembrar do que descreve Flávia Biroli, no livro *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*: “falar de divisão sexual do trabalho é tocar no que vem sendo definido, historicamente, como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher. E, claro, nas consequências

dessas classificações” (2018, p. 21). Esses dados sobre a média de horas dedicadas aos afazeres domésticos por sexo mostram claramente as consequências desiguais da divisão sexual do trabalho.

Em relação aos afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente, os homens jovens realizam menos atividades em comparação com as mulheres jovens, tendo os homens uma taxa de 69,3%, enquanto a taxa das mulheres jovens é de 86,0%. Já no grupo das mulheres adultas a taxa de realização desses afazeres também segue superior à dos homens, tendo em vista que entre as mulheres de 25 a 49 anos a taxa ficou em 95,1% e para os homens em 83,2%; e na faixa etária de 50 anos ou mais, o grupo das mulheres apresentou a taxa de 89,2%, enquanto os homens alcançam 79,6%.

À luz desses dados¹⁸ convém destacar que eles evidenciam a persistência de uma cultura sexista-geracional da divisão sexual do trabalho, que atrela as mulheres aos cuidados de pessoas e afazeres domésticos, tanto que as taxas das mulheres em relação aos homens são sempre mais elevadas, independentemente da idade que elas tenham.

Já os resultados dos dados do PNAD Continua Outras formas de trabalho – 2022 quanto à taxa de realização de afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente por cor/raça mostraram que, além da divisão sexual do trabalho, também há a divisão racial do trabalho. Ao examinar os dados da taxa de realização de afazeres por cor/raça percebemos que as taxas das mulheres brancas ficaram em 90,5%, as pretas em 92,7% e as pardas em 91,9%.

Sobre os dados é possível notar que as mulheres negras (pretas e pardas) são as que mais realizam afazeres domésticos em comparação com as mulheres brancas. Na mesma linha, é possível notar que as mulheres negras também são as que mais realizam afazeres domésticos (pretas 92,7% e pardas 91,9%) em comparação com os homens brancos, pretos e pardos, cujas taxas de realização são respectivamente de 80,0% (brancos), 80,6% (pretos) e 78,0% (pardos).

A partir dos dados observados no gráfico 2 (PNAD Contínua Outras formas de trabalho – 2022), é preciso destacar que a divisão sexual do trabalho

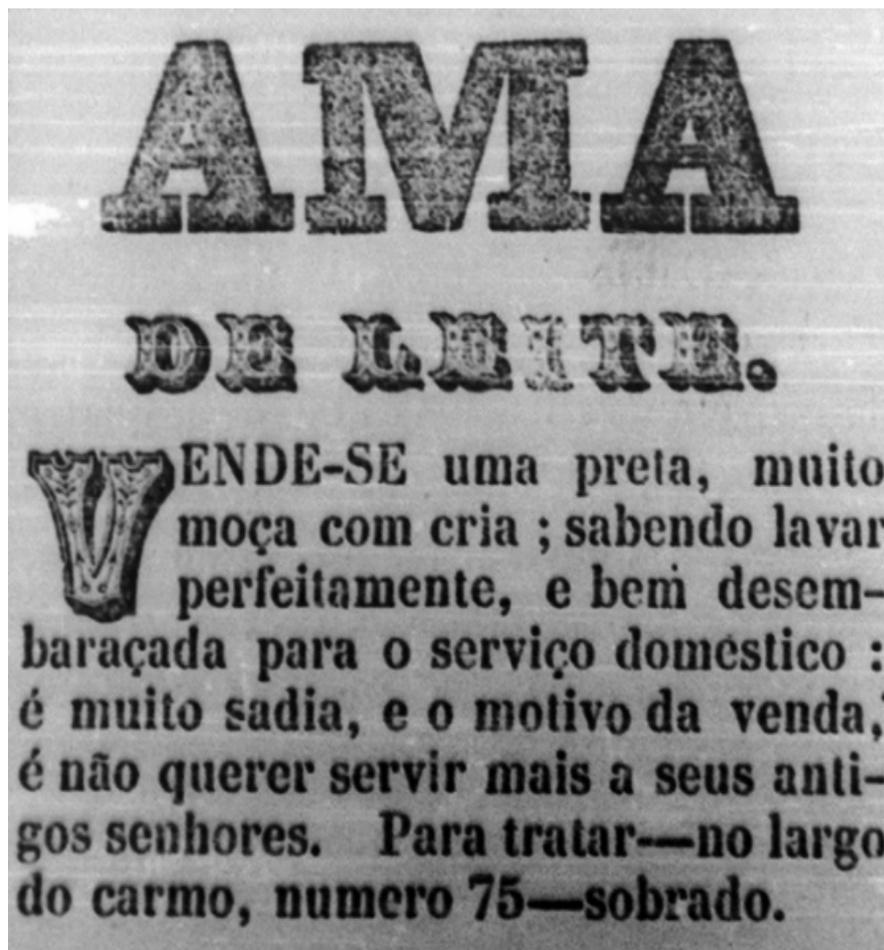
¹⁸ Média de horas e grupos por idade.

não produz somente gênero, mas também produz racismo, tanto que as mulheres racializadas como negras possuem as maiores taxas relativas aos afazeres domésticos, afetando a realização de outras ocupações por parte dessas mulheres.

Feitas essas considerações, torna-se imprescindível, a partir de agora, examinar a divisão racial do trabalho de forma relacional à divisão sexual do trabalho no que se refere às mulheres negras, tendo em vista que elas são o foco desta pesquisa. Ao ler o livro *A Cor das empregadas: a invisibilidade racial no debate do trabalho doméstico remunerado* (2021), a autora Tamis Porfírio descreve que a divisão racial do trabalho é das mais “segregadoras por operar tanto nos trabalhos ditos ‘femininos’, quanto nos ‘masculinos’. Segrega mulheres negras a determinados setores, tipos e condições de trabalho dentro de uma divisão sexual e faz o mesmo com os homens” (p. 68).

Diante disto, percebe-se que a divisão sexual do trabalho e a divisão racial do trabalho construiu e constrói, desde a colonização/ escravização, tipos e condições de trabalho para as mulheres negras. Um exemplo prático pode ser apreendido ao se analisarem as ocupações dessas mulheres no período escravocrata no país, cujos “trabalhos” se alocavam em servir pessoas brancas, tais como: amas de leite, mucambas e trabalhos subalternos, como podemos visualizar na figura 1 que trata do anúncio de venda de ama de leite no jornal:

FIGURA 2: ANÚNCIO DE VENDA DE AMA DE LEITE NO JORNAL



Créditos: São Paulo Antiga

Percebe-se que a divisão sexual e racial do trabalho define, desde a escravização, o tipo, como e quem ocupará determinados trabalhos, criando verdadeiros “guetos laborais racializados” no país. As pessoas negras, independente do sexo, passam a ser vistas como unidades de trabalho lucrativas, sendo muitas vezes desprovidas de gênero. Como muito bem descreve Ângela Davis, no livro *Mulheres, raça e classe*:

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade, já que as mulheres eram vistas, não menos do que homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos, elas poderiam ser desprovidas de gênero. Nas palavras de um acadêmico, “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para o seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa (2016, p. 17).

Importante destacar que essas divisões, tanto de cunho sexual como racial, fizeram com que as mulheres negras, no período da escravização, padecessem no “ambiente do trabalho”, passando por diversos tipos de violências que somente elas poderiam sofrer, como, por exemplo, o abuso sexual por parte de seus patrões, sendo o estupro utilizado por eles como forma de mostrar o seu domínio econômico e de controlar o trabalho das mulheres negras (DAVIS, 2016).

A divisão sexual e racial do trabalho não apenas segregou os trabalhos ditos para mulheres negras, mas também impingiu nesse período as punições voltadas para essas mulheres, visto que muitas dessas punições eram relacionadas à sua sexualidade, como o estupro. No âmbito dessa discussão, Davis (2016) traz à tona o modo de relação conduzida pela conveniência que os senhores mantinham com suas escravas, conveniência alicerçada, a nosso ver, pela divisão sexual e racial do trabalho forçado, pois quando era “vantajoso” para o “trabalho”, o senhor não acionava a divisão sexual, inclusive desprovia o gênero das mulheres negras, como podemos ver abaixo:

a postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmea (2016, p. 19).

É preciso sublinhar, aqui, que a forma como os colonizadores e senhores construiu o gênero da mulher negra foi muito diferente do das mulheres brancas. Enquanto o conceito de feminilidade da mulher branca foi interligado aos ideais de domesticidade, o da mulher negra foi vinculado ao trabalho. Davis (2016) salienta que a julgar pelo papel crescente da “ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães, protetoras, parceiras, donas de casa e amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias” (p. 18).

Na mesma linha de Davis (2016), Carby (2014) também ressalta que a ideologia da feminilidade branca difere da construção da feminilidade negra ou negação da feminilidade negra, pois, de acordo com a autora:

Las ideologías de la sexualidad femenina negra no provienen originalmente de la familia negra. El modo en el que se construye el género de las mujeres negras difiere de las construcciones de la feminidad blanca, puesto que también está sometido al

racismo [...] Esta condición existe tanto en situaciones coloniales como metropolitanas. Las ideologías de la domesticidad y la maternidad femeninas negras se han construido a través de su trabajo (o de la condición de esclavas) como empleadas domésticas as madres sustitutas en las familias blancas, más que en relación con sus propias familias.

Porfirio (2021) e Carby (2014) também observam que a ideologia da domesticidade e a ideologia da maternidade das mulheres negras “são construídas por meio do seu trabalho (desde a sua condição de escrava), como empregadas domésticas, babás, cozinheiras etc... mais do que em relação com suas próprias famílias” (PORFIRIO, 2021, p. 69). Uma demonstração nítida da forma desigual como se construíam a domesticidade e a maternidade para as mulheres negras se percebe na análise que Davis (2016) fez sobre “mães” e “reprodutoras”. Segundo a autora:

Quando a abolição do tráfico internacional de mão de obra escrava começou a ameaçar a expansão da jovem e crescente indústria do algodão, a classe proprietária de escravos foi forçada a contar com a reprodução natural como o método mais seguro para repor e ampliar a população de escravas e escravos domésticos. Por isso, a capacidade reprodutiva das escravas passou a ser valorizada [...] as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função da fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze, ou mais filhos era cobiçada como um verdadeiro tesouro. Mas isso não significa que, como mães, as mulheres negras gozassem de uma condição mais respeitável do que a que tinham como trabalhadoras. A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas (2016, p. 19).

Com base no exposto, apreende-se que a realidade das mulheres negras, no que tange à feminilidade no período escravocrata e no pós-Abolição, foi muito similar em qualquer lugar do mundo. A feminilidade delas não se constituiu como sexo frágil, como mães e donas de casa, mas como “trabalhadoras”, de tal maneira que a maternidade, ideologia exaltada no século XIX, não contemplou as mulheres negras, que eram vistas como potencial reprodutoras de mão de obra escrava (DAVIS, 2016).

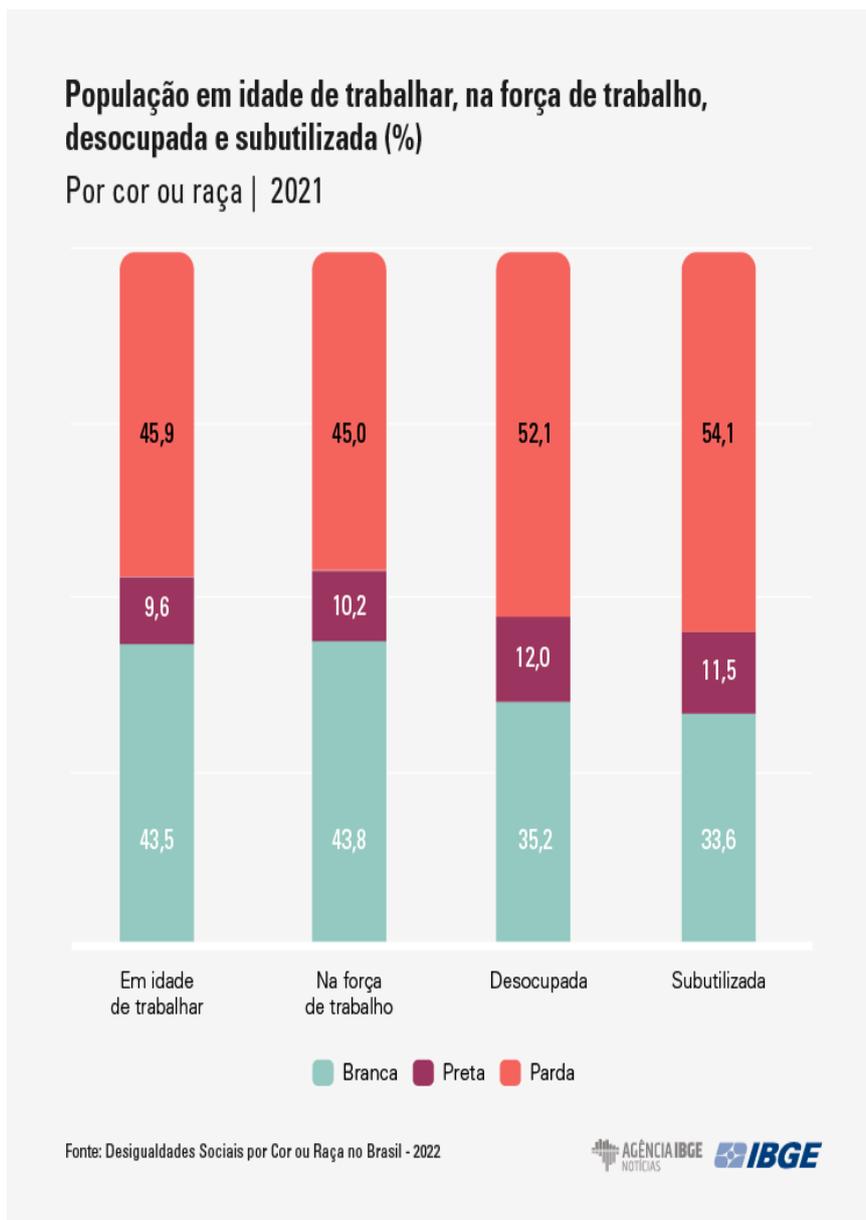
Nota-se que o regime escravocrata construiu práticas sexistas e racistas que fundamentaram e de certa forma ainda fundamentam o “modus operante” das relações de trabalho no país, sendo as pessoas negras as mais lesadas, seja no processo de produção, seja no de mercado (GONZALES, 2020). Assim, ao analisar as relações de trabalho no período colonial, como na contemporaneidade, nota-se que mesmo os países “vítimas do colonialismo, quando capitalistas, agregam sempre as “sujeiras” da pré-modernidade, rompendo com um ideal purista de capitalismo” (GONZALES, 2020, p. 70).

Sob essa ótica, Gonzáles anuncia que o racismo enquanto “articulação ideológica e conjunto de práticas denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas” (2020, p. 35). Logo, a divisão racial do trabalho causada pelo racismo passou a ser um critério primordial do sistema capitalista na modernidade, mesmo que suas raízes históricas estejam no período colonial.

Assim, para garantir a manutenção e o recrutamento das ocupações na estrutura de classe e nos sistemas de estratificação social das sociedades capitalistas, o racismo passa a ser um dos critérios mais importantes, sendo as pessoas negras as mais lesadas com a manutenção desse “critério”, e por consequência acabam por constituir a maioria na massa marginal e/ou exército de reserva (GONZALES, 2020).

Considerando os dizeres de Gonzales (2020), é possível observar nitidamente a manutenção do racismo como “critério” das ocupações laborais e suas consequências na divisão racial do trabalho nos dados do IBGE – Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil 2022 (Gráfico 3) e no gráfico do IBGE – Síntese dos indicadores sociais (Gráfico 4), que seguem na sequência abaixo:

GRÁFICO3 – PESSOAS EM IDADE DE TRABALHAR, NA FORÇA DE TRABALHO, DESOCUPADA E SUBUTILIZADA, POR RAÇA/COR – 2021

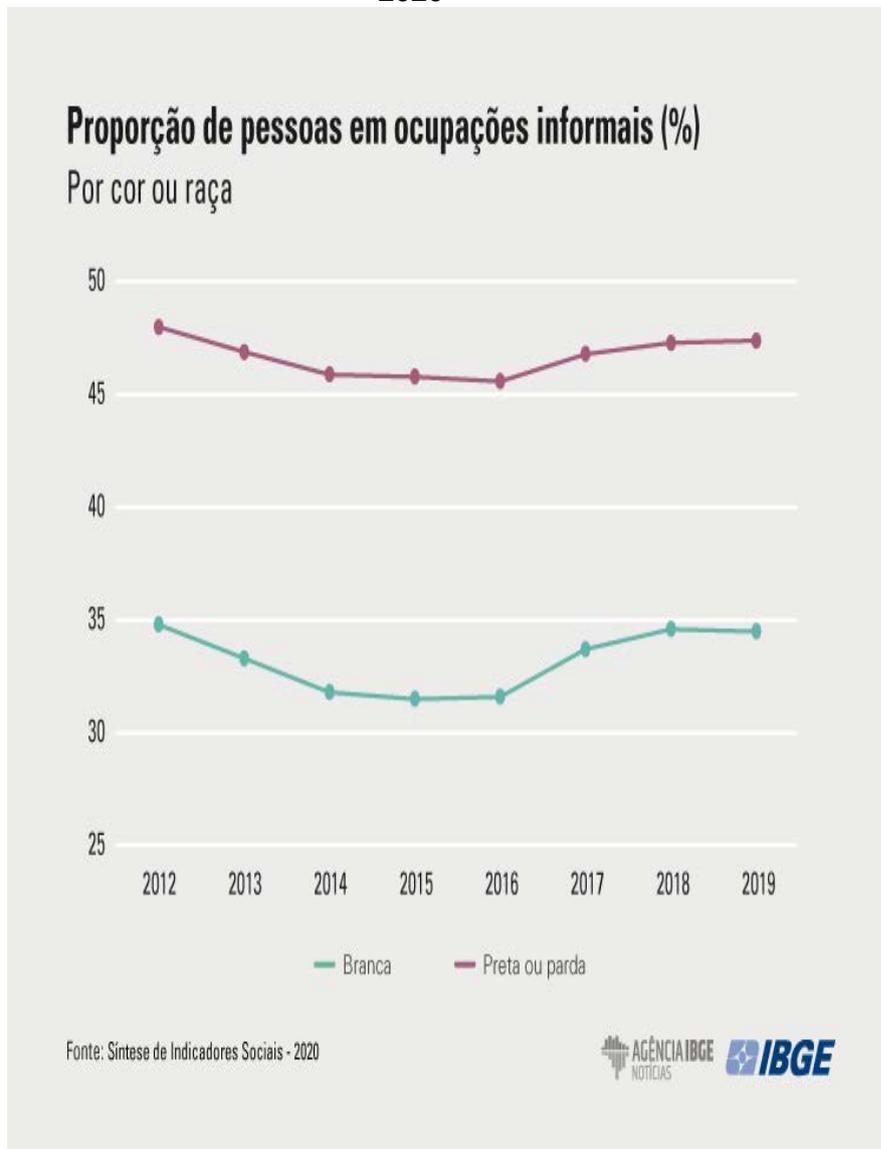


Fonte: Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil – 2022 (IBGE)

Ao analisar o gráfico 3, registram-se os efeitos da perpetuação do racismo como “critério” de manutenção ideológica da divisão racial do trabalho, tendo por consequência a alocação da população negra como a maioria na massa marginal e/ou exército de reserva. Percebe-se que entre a população em idade para trabalhar, as pessoas negras (pretas e pardas) possuem os maiores índices de pessoas desocupadas, somando 64,1%, enquanto as pessoas brancas são 35,2%. Em relação aos dados indicativos sobre a subutilização da população no

país, a população negra (pretas e pardas) mais uma vez encontra-se em desvantagem, totalizando 65,6%, enquanto a população branca são 33,6%.

GRÁFICO 4 – PESSOAS EM OCUPAÇÕES INFORMAIS, POR RAÇA E COR –2020



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais – 2020 (IBGE)

Tal como o gráfico 3, o gráfico 4 também demonstra como o racismo e a divisão racial do trabalho sustentam a manutenção do sistema de estratificação ocupacional baseado na raça/cor no país, tendo em vista que, dentre as pessoas em ocupações informais, as pessoas negras (pretas e pardas) apresentam, mais uma vez, os piores percentuais, emplacando acima de 45%, enquanto as pessoas brancas são menos de 35%.

Por outro lado, ao analisarmos os dados referentes à pesquisa do IBGE e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – 2022¹⁹ alusivos às pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, cor ou raça (tabela 4), constataremos que as pessoas negras (pretas e pardas) são as mais ocupadas (54,2%) em relação às brancas (44,7%), conforme abaixo:

TABELA 4 – PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA

Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência					
Distribuição percentual (%)					
Cor ou raça (1)		Sexo e cor ou raça (1)			
Branca	Preta ou parda	Homem branco	Homem preto ou pardo	Mulher branca	Mulher preta ou parda
44,7	54,2	24,6	32,0	20,1	22,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022 (acumulado de quintas visitas). Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022

No entanto, ao confrontar os dados da tabela 4 com os da tabela 5 do IBGE/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – 2022, que trata do rendimento médio real do trabalho principal recebido por mês pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, percebe-se que, mesmo as pessoas negras (pretas e pardas) estando em maior número em ocupação (tabela 4), isto não é o suficiente para se traduzir em rendimento médio mais alto ou pelo menos igual ao das pessoas brancas, como é possível ver na tabela 5.

¹⁹ Segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios das Capitais – Brasil

TABELA 5 – RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO PRINCIPAL HABITUALMENTE RECEBIDO POR MÊS

Rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido por mês (R\$)					
Cor ou raça (1)		Sexo e cor ou raça (1)			
Branca	Preta ou parda	Homem branco	Homem preto ou pardo	Mulher branca	Mulher preta ou parda
3. 273	1. 994	3.680	2 .170	2 .766	1. 735

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022 (acumulado de quintas visitas). Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022

De tal modo, que ao analisar os dados da tabela 5 percebe-se a disparidade no rendimento médio real do trabalho principal entre as pessoas brancas e negras, pois em 2022 o rendimento das pessoas brancas foi de R\$ 3.273 (homens brancos R\$ 3.680 e mulheres brancas R\$ 2.766), enquanto o das pessoas negras (pretas e pardas) foi de R\$1.994 (homens negros R\$ 2.170 e mulheres negras R\$1.735). Estes dados nos remetem ao artigo “Mulher Negra no Mercado de Trabalho” (1995), de Cida Bento, na década de 90, no qual ela mostra que no *Mapa de Trabalho IBGE* (1990) a média nacional em salários-mínimos para os homens brancos era de 63 e dos homens negros, 29, enquanto para as mulheres brancas era 36 e das mulheres negras, 17.

Logo, o resultado das pesquisas do IBGE presente na tabela 5 (2022) e no *Mapa de Trabalho IBGE* (1990)²⁰ permite constatar que, passados mais de trinta anos, a disparidade de rendimentos entre pessoas brancas e negras persiste nos levantamentos feitos pelo IBGE, inclusive com a persistência da ordem de desigualdade de gênero e raça no que tange aos rendimentos.

Há de se ressaltar, por oportuno, como vimos no capítulo 2, que os dados acima vão de encontro ao que defendiam alguns intelectuais brasileiros na década de 1950, como, por exemplo, Florestan Fernandes. O sociólogo sustentava que a desigualdade racial presente no pós-Abolição acabaria com o sistema capitalista, pois com o novo sistema econômico as pessoas negras estariam no processo produtivo como trabalhadores (FERNANDES, 2021).

²⁰ Mencionados no artigo “Mulher Negra no Mercado de Trabalho”, de Cida Bento (1995).

Nesse ínterim, merecem destaque os dizeres de Cida Bento sobre a tese desses intelectuais:

ao explorarem a intersecção entre raça e classe estes estudiosos reconheciam as desigualdades raciais no período pós-abolição, no entanto postulavam que o desenvolvimento do capitalismo eliminaria naturalmente a raça como categoria classificatória, uma vez que, ao se tornarem trabalhadores, os negros passariam a ser considerados pela sua posição no processo produtivo e não mais pela sua condição racial (BENTO, 1995, p. 480).

As colocações acima e os dados das tabelas 4 e 5 permitem apreender as consequências socioeconômicas que o racismo e a divisão sexual/racial do trabalho têm provocado historicamente para a população negra no país, independente do sistema econômico. Observam-se nitidamente as implicações dessas divisões ocupacionais no rendimento das pessoas negras, que mesmo sendo o segmento populacional mais ocupado, essa ocupação majoritária não se traduziu em rendimento igual ou maior que o da população branca; e se focarmos nas análises para as mulheres negras, veremos que os rendimentos são ainda piores, talvez por isto ainda consigam estar ocupadas.

Em relação ao mercado de trabalho das mulheres negras, Cida Bento (1995) salienta que pesquisas desenvolvidas nos anos de 1990 atestaram que as mulheres negras eram as que experimentavam a maior precariedade no mercado de trabalho no país, todavia, os estudos relativos à perspectiva de gênero raramente consideravam a variável raça/cor e, por consequência, acabavam homogeneizando a força de trabalho e invisibilizando o fator gênero e raça enquanto diferenciador de direitos e/ou como marcadores que afetam as mulheres negras. Esses estudos também evidenciaram que a trabalhadora negra “é a que mais precocemente ingressa no mercado de trabalho e a que mais tempo nele permanece, e o segmento que mais investe na escolarização e a que menos retorno tem do aumento de sua qualificação” (BENTO, 1995, p. 481).

Também na década de 1990, a socióloga Márcia Lima, em seu artigo “Trajetória educacional e realização socioeconômica das mulheres negras”, traz à tona alguns dados e análises sobre a distribuição ocupacional no Brasil por sexo e cor; e apresenta subsídios sobre a inserção ocupacional de homens e mulheres brancos e negros a partir dos dados do IBGE/PNAD-1990, presentes

na tabela 6. Importante ressaltar que a classificação ocupacional registrada na tabela 6 resulta “de um conjunto extenso de ocupações elaborado pelo IBGE para o PNAD-1990. Esse agrupamento parte da homogeneidade de certas ocupações a partir das possibilidades socioeconômicas e do *status* que elas proporcionam” (LIMA, 1999, p. 153).

Em referência à tabela 6 abaixo, a ocupação não manual alta se refere às ocupações de nível superior, como médicos, dentistas, advogados, enfim, funções administrativas e executivas. No extrato não manual baixo estão as ocupações que não exigem curso superior, como funções de escritório. Já no extrato manual estão os trabalhadores da indústria, serviço doméstico e mercado informal, enfim, trabalhadores sem qualificação e com baixos rendimentos, conforme abaixo:

TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS POR SEXO E COR BRASIL/1990

Distribuição das pessoas ocupadas por sexo e cor Brasil/1990								
Ocupações	Homens (63,8%)				Mulheres (32,2%)			
	Branco	Preto	Pardo	Total	Branca	Preta	Parda	Total
Não manual alta	12,1	3,2	4,1	8,3	12,5	2,4	4,8	9,1
Não manual baixa	21,4	11,5	13,6	18,0	28,5	14,6	18,8	24,3
Manual	41,9	52,4	45,1	43,7	47,2	70,1	59,8	53,0
Rural	24,5	32,8	37,2	19,8	11,8	12,9	16,6	13,6

Fonte: Tabulações oficiais do PNAD-1990, citadas em Lima (1999)

Ao analisar os dados da tabela 6, especificamente os referentes às mulheres negras, observa-se como eram díspares as possibilidades de elas ocuparem posições privilegiadas na distribuição ocupacional, e se tratando do extrato não manual alto, essa desvantagem é ainda mais acentuada, acarretando o acesso limitadíssimo aos rendimentos mais altos da estratificação socioeconômica e ao *status* ocupacional que proporciona. De acordo com as palavras de Márcia Lima, “quanto mais alto o *status* ocupacional, maiores as diferenças entre negros e brancos” (LIMA, 1999, p. 154).

Importante destacar que na década de 1990 houve a expansão do trabalho feminino no país e, em decorrência disso, aumentou o percentual de ocupação das mulheres no estrato não manual baixo, tanto para as brancas como para as negras, inclusive apresentando percentuais maiores em relação aos homens. Mas ao analisar os dados das mulheres negras desse segmento ocupacional em expansão de mão de obra, veremos que, mesmo com a feminização do emprego na década de 1990, mais uma vez elas se encontravam em desvantagem, pois não obtiveram percentuais de ocupação iguais ou maiores que as mulheres brancas (LIMA, 1999).

À luz dessa problemática, na qual as mulheres negras vivenciavam desigualdades e desvantagens ocupacionais, convém destacar os dados das ocupações manuais (tabela 6) relativos às pessoas negras, tendo em vista que é, coincidentemente, o único segmento ocupacional em que a população negra tinha maior presença no PNAD de 1990, no qual os homens brancos, pretos e pardos possuíam, respectivamente, 41,9%, 52,4% e 45,1%, enquanto as mulheres brancas, pretas e pardas tinham, respectivamente, 47,2%, 70,1% e 59,8%. Assim, ao analisarmos os dados das mulheres negras (pretas e pardas) no segmento ocupacional manual no PNAD/1990, fica explicitada a incidência da divisão sexual e racial do trabalho que, como já vimos, determina o tipo e quem ocupará determinados trabalhos desde a escravização no país.

Não é por acaso que as mulheres negras na tabela 3 tenham percentuais elevados na ocupação manual e percentuais ínfimos na ocupação não manual alto (mulheres brancas, pretas e pardas tinham, respectivamente, 12,5%, 2,4% e 4,8%). Diante desse cenário, Márcia Lima ressalta que “esses dados demonstram que os negros, além de terem uma maior presença nas ocupações manuais, se concentram dentro desse estrato num setor mal remunerado e, no caso feminino, possivelmente à margem da regulamentação do mercado de trabalho” (1995, p. 155).

Ao avançarmos para dados recentes, ainda é possível visualizar o que Márcia Lima ressaltava há trinta anos, pois os dados do IBGE/PNAD-2022 (tabela 7), ao interseccionarem sexo e raça/cor, mostram que as mulheres negras na distribuição ocupacional de empregados são as que têm o menor percentual de carteira assinada, pois os homens brancos, negros e as mulheres brancas têm, respectivamente, 41,4%, 38,2% e 39,0%, enquanto as mulheres

negras só alcançam 33,5%. Ainda dentro do quadro de distribuição ocupacional de empregado (tabela 7), vê-se que as mulheres negras e os homens negros possuem os maiores índices nessa ocupação sem carteira assinada, já que os homens brancos, negros e as mulheres brancas têm, respectivamente, 13,3%, 20,2% e 15,6%, à medida que as mulheres negras têm 15,6%.

E mesmo no trabalho doméstico, que historicamente e socialmente foi construído no Brasil como o “lugar” ocupacional da mulher negra, os percentuais de pessoas sem carteira de trabalho assinada são mais elevados para as mulheres negras (12,4%) em comparação com as mulheres brancas (6,4%). Nessa linha, vale recuperar Biroli (2018), quando descreveu que a divisão sexual do trabalho é uma forma de opressão contra as mulheres, que afeta as mulheres enquanto grupo, pois há uma exploração de fato, tanto que o trabalho doméstico é realizado pelas mulheres, por mais que esse trabalho/exploração não seja feito da mesma forma por mulheres brancas e negras, conforme podemos conferir nos dados da tabela 7, abaixo:

TABELA 7 – PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE OCUPADAS

Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência								
Distribuição percentual, por posição na ocupação (%)								
Características selecionadas	Empregado		Trabalhador doméstico		Militar e servidor estatutário	Conta própria	Empregador	Trabalhador familiar auxiliar
	Com carteira de trabalho assinada	Sem carteira de trabalho assinada	Com carteira de trabalho assinada	Sem Carteira de trabalho assinada				
	38,1	15,9	1,5	4,4	8,0	26,1	4,2	1,8
Sexo								
Homem	39,6	17,2	0,3	0,6	6,3	29,8	5,1	1,1
Mulher	36,1	14,1	3,1	9,5	10,3	21,2	3,0	2,6
Cor ou raça								
Branca	40,3	12,9	1,2	3,1	9,0	26,0	5,8	1,6
Preta ou parda	36,3	18,3	1,7	5,5	7,2	26,2	2,9	1,9

Sexo e cor ou raça								
Homens brancos	41,4	13,3	0,3	0,4	7,0	29,5	7,2	0,9
Homens pretos ou pardos	38,2	20,2	0,4	0,6	5,7	30,0	3,5	1,3
Mulheres brancas	39,0	12,5	2,4	6,4	11,5	21,7	4,2	2,4
Mulheres pretas ou pardas	33,5	15,6	3,7	12,4	9,3	20,7	1,9	2,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022 (acumulado de quintas visitas)

Nota: (1) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça

Dada essas condições, chama-se a atenção para a figura 2²¹ (abaixo), que consta numa compilação dos dados do IBGE/PNAD-Contínua (segundo semestre de 2023) relativos à inserção da população negra no mercado de trabalho. Os dados revelam que a população negra, mesmo correspondendo a mais da metade da população brasileira (56,1%) em 2023, é a maior em situação de desemprego. Somado a isso, por mais que seja o segmento populacional mais ocupado (54,5%), ainda permanece entre a maioria dos trabalhadores informais, como podemos conferir na figura 2:

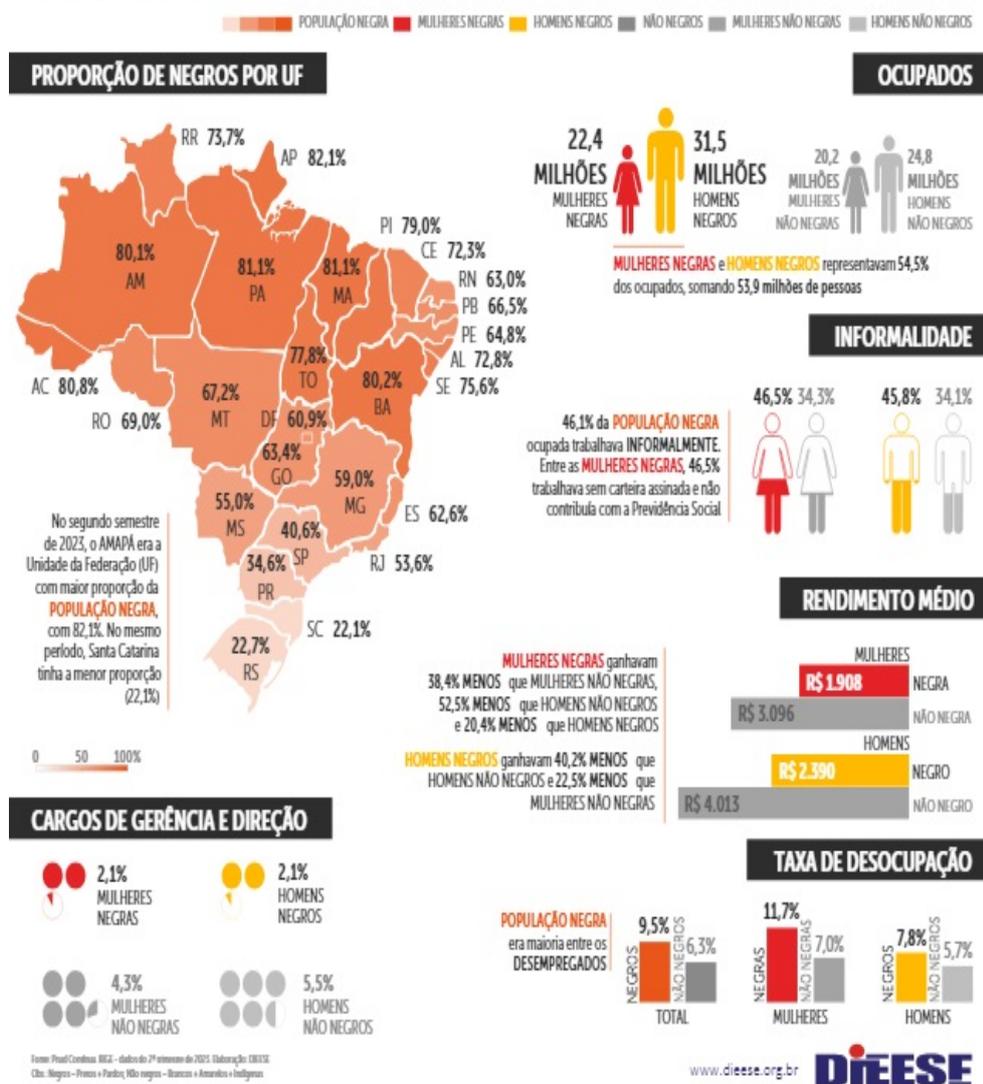
²¹ Figura retirada do site www.dieese.org.br – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

FIGURA 3 – INSERÇÃO DAS PESSOAS NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO

BRASIL

A inserção da população negra no mercado de trabalho

Dados do segundo trimestre de 2023, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE, revelam que a **POPULAÇÃO NEGRA** correspondia a **56,1%** da população brasileira. **MULHERES NEGRAS** e **HOMENS NEGROS** eram maioria entre ocupados, trabalhadores informais e desempregados.



Ao considerarmos o conjunto de dados apresentados na figura 2, apreende-se como a interseção de gênero e raça/cor foram historicamente e socialmente manipulados no Brasil, a ponto de o percentual de rendimento médio das mulheres negras ser o mais baixo na estratificação de rendimentos dentre os grupos pesquisados. As informações que compõem a figura 2 mostram que o rendimento médio da mulher negra em 2023 ficou em R\$ 1.908, enquanto os homens brancos, negros e as mulheres brancas foram respectivamente de R\$ 4.013, R\$ 2.390 e R\$ 3.096.

Assim, os dados da figura elaborada pelo DIEESE apontam que as mulheres negras ganham 38,4% a menos que as mulheres brancas, 52,5% a menos que os homens brancos e 20,4% a menos que os homens negros. Portanto, ao observar a média de rendimento das mulheres negras, mais uma vez, é possível verificar as consequências socioeconômicas que o racismo e a divisão sexual e racial do trabalho provocaram e provocam historicamente nessas mulheres, tanto que é possível notar que as mulheres negras também possuem as maiores taxas de informalidade e desocupação em 2023.

No que tange à taxa de informalidade, 46,5% delas trabalhavam informalmente, sem carteira assinada e não contribuíam com a Previdência Social, enquanto as mulheres brancas, os homens brancos e negros as taxas foram de, respectivamente, 34,3%, 34,1% e 45,8%. Em relação à taxa de desocupação, a mulher negra também teve o pior percentual, pois emplacou 11,7%, enquanto as do homem branco, negro e mulher branca foram, respectivamente, de 5,7%, 7,8% e 7,0% em 2023.

Para finalizar esse percurso de análise, é preciso destacar que não é por acaso que o menor percentual de participação das mulheres negras exibido na figura do DIEESE esteja nos cargos de gerência e direção (2,1%), inclusive empatado com os homens negros, enquanto os homens e as mulheres brancas foram, respectivamente, de 5,5% e 4,3%. Essa segmentação racial ínfima de 2,1% de mulheres negras em cargos de gerência e direção pode ser traduzida pelo fato de essas ocupações terem salários mais altos e por sugerir atividades consideradas de mais prestígio, que acabam sendo destinadas preferencialmente para os homens brancos e, quando preenchidas por mulheres, estão reservadas às brancas e amarelas (BENTO, 1995).

Como observa Gonzales (2020), o racismo passa a ser um dos critérios mais importantes para garantir a manutenção e o recrutamento das ocupações na estrutura de classe e nos sistemas de estratificação social das sociedades capitalistas, sendo as pessoas negras as mais prejudicadas com a manutenção desse “critério”. Assim, ao analisar os dados apresentados, torna-se factível que o racismo enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas determina estruturalmente a divisão racial do trabalho, influenciando todas as formações socioeconômicas e multirraciais contemporâneas (GONZALES, 2020).

Desta forma, diante dos estudos empreendidos até aqui e das análises feitas sobre a divisão racial e sexual do trabalho, é possível observar que as construções sociais determinaram e determinam desde a colonização/escravização tipos e condições de trabalho para as mulheres negras. De tal modo que o lugar ocupacional delas está demarcado até hoje no imaginário social como lugar de subalternização e da realização de atividades manuais, como ficou demonstrado em vários dados trazidos aqui.

Ao analisar os dados do IBGE/PNAD-1990, 2020, 2022 e de 2023, é possível apreender que a divisão sexual do trabalho não produz somente gênero, mas como já mostrei, também produz racismo, tanto que as mulheres racializadas como negras possuem as piores taxas relativas à informalidade, à desocupação, ao rendimento médio e à ocupação em cargo de gerência e direção. Assim, no que tange às mulheres negras, observa-se como são díspares as possibilidades de elas ocuparem posições privilegiadas na distribuição ocupacional e, em se tratando de cargos de gerência e direção, como vimos acima, essa possibilidade é ainda mais difícil.

Neste sentido, percebe-se que mesmo havendo inúmeros avanços em relação à igualdade racial e de gênero no país, ainda é preciso um crescimento qualitativo e quantitativo no que tange à participação das mulheres negras no mercado de trabalho para que ocorram mudanças estruturais e culturais. Percebe-se que a divisão racial e sexual do trabalho ainda determina privilégios para uns e desvantagens para outros, produzindo separações e hierarquias raciais e sexuais nas ocupações, e que oneram de forma agravante e desproporcional as mulheres negras.

3.2 – Mulheres negras, educação e mobilidade sócio-ocupacional

Para os estudiosos dos processos de mobilidade e estratificação socioeconômica, a educação é uma variável decisiva no processo de mobilidade sócio-ocupacional e na obtenção de *status* ocupacional no país. Assim, ao trabalharmos com mulheres negras, educação e mobilidade sócio-ocupacional neste subitem, pretendemos investigar o que ocorre ao relacionarmos investimento educacional e realização ocupacional com a variável gênero e

raça/cor, especificamente no que tange às mulheres racializadas como negras no país.

Ao começarmos a pesquisa bibliográfica sobre raça/cor, gênero e educação para investigar como essa interseção se apresenta na mobilidade sócio-ocupacional das mulheres negras, decidimos primeiramente buscar textos que tivessem dados históricos, especialmente os de alguns PNADs da década de 80 e 90, relativos à realidade educacional das mulheres negras, para posteriormente analisar os dados mais recentes do PNAD relativos à temática pesquisada.

Iniciando os estudos referentes ao tema, nos deparamos com o artigo intitulado “Raça e Oportunidades Educacionais no Brasil”, de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (1990). No texto, os autores descrevem que na década de 80 havia uma negligência das pesquisas na área da educação em abordarem a questão racial e seus efeitos na distribuição de oportunidades educacionais, tanto que várias pesquisas e levantamentos foram feitos, como o de Zaia Brandão, sobre evasão e repetência no ensino de primeiro grau no Brasil, sem que a variável raça/cor fosse abordada. Os autores frisam que essas negligências ocorriam “como se o Brasil fosse uma sociedade racialmente homogênea ou igualitária, onde os grandes vilões da história, em termos de acesso diferenciado à educação, fossem as desigualdades de classe e *status* socioeconômico” (HASENBALG; SILVA, 1990, p. 73).

De acordo com Hasenbalg e Silva (1990), uma das poucas pesquisas sobre educação e a questão racial foi realizada em 1986, pela Fundação Carlos Chagas (FCC) e financiada pela Fundação Ford, intitulada “Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardas) no Estado de São Paulo”, solicitada pelo Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo, com a finalidade de conhecer a situação dos(as) alunos(as) negros(as) das escolas do estado de São Paulo.

Ao versar sobre o protagonismo do Conselho da Comunidade Negra do estado de São Paulo em reivindicar pesquisas na área da educação sobre a questão racial, é importante destacar o que a antropóloga e pedagoga Nilma Lino Gomes traz em sua obra *O Movimento negro educador.*, segundo a autora:

muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo

desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento (GOMES, 2017, p. 16).

Considerando a reivindicação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo em conhecer a situação dos(as) alunos(as) das escolas de São Paulo, o resultado da pesquisa mostrou que (1) a escolarização das pessoas negras era inferior à dos brancos, (2) os brancos apresentavam maiores índices no que se refere a crianças sem atraso escolar e, além disso, (3) constatou uma maior proporção de alunos negros frequentando escolas que disponibilizavam cursos com menor carga horária (ROSEMBERG, 1986; HASENBALG; SILVA 1990).

Assim, em termos práticos, a pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas (FCC) reflete o que Hasenbalg e Silva (1990) diziam ao salientar que apenas com o tangenciamento de educadores e de ativistas do movimento negro pesquisas educacionais começaram a abordar a temática racial e os efeitos do racismo no sistema formal de ensino, sobretudo relativo ao prejuízo na formação da identidade racial positiva das pessoas negras, tendo em vista que no currículo escolar não havia sequer menção à história da África e do negro no Brasil (HASENBALG; SILVA, 1990).

Os autores ressaltam ainda que na década de 80 os dados oficiais já mostravam a desigualdade de oportunidades educacionais entre brancos e negros e as consequências da discriminação racial para as pessoas negras. Segundo eles:

os dados oficiais disponíveis sobre os níveis de instrução atingidos pela população brasileira segundo a cor são mais do que eloquentes para caracterizar a desigual apropriação das oportunidades educacionais por parte de brancos e não brancos e os efeitos cumulativos da discriminação racial no âmbito da educação formal. Em 1980 a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 a 64 anos de idade era de 14,5% entre os brancos e 36,5% para negros (pretos e pardos). No extremo oposto da pirâmide educacional, 4,2% de brancos e apenas 0,6% de negros tinham obtido um diploma de nível superior. Em resumo, não só a taxa de analfabetismo dos negros é mais de duas vezes maior do que dos brancos, como os membros do último grupo contam com probabilidade sete vezes maior de completar estudos universitários (HASENBALG; SILVA, 1990, p. 74).

Em busca de compreender a dinâmica de acesso a oportunidades educacionais no país, Hasenbalg e Silva (1990) estudaram os dados da

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizada em 1982²² e apontaram que as chances de acesso à educação entre brancos e negros eram desiguais, e que essas desigualdades não eram explicadas somente por fatores regionais ou por circunstâncias socioeconômicas, tanto que mesmo com o crescimento da indústria e a modernização da estrutura social do país os efeitos do racismo como critério de seleção social e agente de desigualdades sociais não cessaram, de tal maneira que essas desvantagens eram perceptíveis na área da educação (HASENBALG; SILVA, 1990)

Para visualizarmos os dados de acesso a oportunidades educacionais e compreendermos as consequências da discriminação racial para as pessoas negras no que tange à educação formal, trouxemos um panorama da estrutura educacional das pessoas brancas e negras (pretas e pardas), extraído dos dados PNAD/1982. Nesse panorama constam os dados dos anos de escolaridade completados pela população entre 7 e 24 anos de idade, segundo a raça/cor em 1982, conforme podemos observar na tabela 8, abaixo:

TABELA 8 – ANOS DE ESCOLARIDADE COMPLETADOS PELA POPULAÇÃO DE 7 A 24 ANOS DE IDADE, POR RAÇA/COR – 1982

Anos de escolaridade completados pela população de 7 a 24 anos de idade, segundo a cor-Brasil, 1982 (%)									
Anos de instrução	7 A 14 ANOS			15 A 19 ANOS			20 A 24 ANOS		
	BR	PR	PA	BR	PR	PA	BR	PR	PA
Sem inst. e menos de 1 ano	31,9	49,7	50,0	5,5	17,5	17,3	5,1	15,4	14,4
1 a 4 anos	55,2	46,1	44,9	31,8	45,8	44,7	27,2	37,0	37,1
5 a 7 anos	11,6	4,2	5,1	31,0	25,9	25,1	14,7	19,2	17,2
8 anos	0,3	-	-	12,7	5,9	6,2	10,7	9,7	8,7
9 a 11 anos	-	-	-	18,1	4,6	6,4	28,5	16,9	19,6
12 anos e mais	-	-	-	0,8	0,1	0,1	13,6	1,6	2,8
S/	-	-	-	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: PNAD-1982

²² Foram considerados para esses dados os grupos de cor branca, preta e parda, excluindo-se da análise o grupo de cor amarela, os sem declaração de cor e os sem informação, que representam 0,6% do total de casos.

Ao nos debruçarmos sobre a tabela 8, é possível apreender a disparidade de acesso à educação formal das pessoas ao colocarmos a variável raça/cor na análise dos dados. Enquanto as pessoas brancas tinham 13,6% de acesso ao ensino superior, as pessoas pretas e pardas tinham, respectivamente, 1,6% e 2,8%, e quase três vezes mais probabilidade de continuarem sem instrução. Esses dados revelam não somente a desigualdade de acesso a oportunidades de escolarização entre brancos e negros, mas também as possíveis consequências dos anos de escolarização e/ou a falta deles na fase adulta, o que muito provavelmente se traduz em oportunidades e rendimentos dessemelhantes para os diferentes grupos raciais.

Considerando o exposto, nota-se a partir da tabela 8 (PNAD-1982) que, nesse período, as pessoas brancas tinham mais chances de frequentar o ensino superior em comparação com as pessoas negras e, conseqüentemente, de alcançarem a realização educacional no nível mais elevado da estratificação socioeducacional. Diante disto, esses dados, além de revelarem que a formação universitária no país era privilégio das pessoas brancas, também apontaram que os melhores espaços ocupacionais estavam reservados às pessoas brancas.

Nesse cenário, merece destaque o artigo de Hasenbalg e Silva (1999), “Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil”. No texto, os autores descrevem a funcionalidade da discriminação racial como ferramenta utilizada para desqualificar pessoas negras no âmbito da concorrência por vantagens materiais e simbólicas, resultando em benefícios para as pessoas brancas. Numa outra escala de análise, Hasenbalg (1985) avalia os dados do PNAD de 1976, observando a mobilidade social das pessoas brancas e negras a partir do

padrão global de mobilidade ocupacional intergeracional; da forma como a posição social dos pais influi nas realizações educacionais dos entrevistados; e a forma como a educação adquirida pelos entrevistados condiciona o preenchimento de posições na hierarquia ocupacional (HASENBALG; SILVA, 1999, p. 218).

Considerando a análise do PNAD de 1976 por Hasenbalg, concluiu-se que as pessoas negras tinham

um déficit considerável de mobilidade social ascendente, o que permite rejeitar a hipótese de igualdade de oportunidades para os diferentes grupos de cor. Os padrões de mobilidade intergeracional mostraram que entre as pessoas nascidas no estrato mais baixo, de ocupações rurais, os brancos têm uma pequena vantagem nas chances de ascensão social. Contudo, os diferenciais inter-raciais de mobilidade ascendente passam a ser maiores ao considerar as pessoas nascidas nos estratos ocupacionais mais elevados. Além disso, não só os diferenciais de mobilidade ascendente crescem ao se passar para os estratos mais altos, como também os não-brancos estavam expostos a probabilidades muito mais elevadas de mobilidade social descendente, como era evidente nos nascidos nos dois estratos mais elevados (médio superior e alto). No que se refere a conversão da posição social de origem em educação, a constatação mais notória foi que os entrevistados não-brancos mostram uma distribuição educacional mais concentrada na base, qualquer que seja o estrato de origem que se adote como referência da comparação (HASENBALG, 1999, p. 218).

Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva ainda apontaram no livro *Estrutura Social, Mobilidade e Raça* (1988) que as pessoas negras e brancas, mesmo que tivessem a mesma origem social, possuíam diferentes níveis de escolaridade, sendo que as pessoas negras apresentavam níveis de escolaridade inferiores aos dos brancos. Já em relação à conversão do investimento educacional em renda e realização na hierarquia ocupacional, eles observaram que as pessoas negras, independentemente do nível de escolaridade, se concentravam mais nos estratos ocupacionais inferiores, e que as diferenças nas distribuições ocupacionais se agravavam ao atingirem níveis educacionais mais altos. De acordo com Hasenbalg (1988), as pessoas negras no país

sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social individual. Suas possibilidades de escapar às limitações de uma posição social baixa são menores que as dos brancos da mesma origem social, assim como são maiores as dificuldades para manter as posições já conquistadas (HASENBALG, 1988, p. 177).

Ainda sobre investimento educacional e realização ocupacional, especificamente no que tange às mulheres racializadas como negras, é de suma importância trazeremos mais uma vez o trabalho *Trajetória educacional e*

realização socioeconômica das mulheres negras, da socióloga e professora da Universidade de São Paulo (USP) Marcia Lima. No artigo, a autora enfatiza que, nas discussões sobre mobilidade, estratificação social e realização socioeconômica, a educação é apontada como decisiva no processo de mobilidade social e *status* ocupacional, sendo o retorno do investimento em educação altamente discriminatório, particularmente se for colocada as variáveis gênero e raça/cor (LIMA, 1999).

Na discussão empreendida por Lima (1999), é levantada a seguinte indagação: “Qual o quadro que pode ser construído a respeito da situação da mulher negra no mercado de trabalho levando-se em conta seus ganhos educacionais?” (LIMA, 1999, p. 152). No texto, Lima analisou a relação educação e *status* ocupacional a partir do quadro de distribuição ocupacional²³ no Brasil por sexo e raça/cor direcionada para as pessoas com 12 anos ou mais de escolaridade, de acordo com os dados do PNAD-1990. Nesse panorama de análise, Lima (1999) pondera que o fato de os grupos raciais/cor possuírem a mesma bagagem educacional permitiria o exame dos processos de realização ocupacional, como na tabela 9 abaixo:

TABELA 9 – DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS COM 12 ANOS E MAIS DE ESCOLARIDADE, POR SEXO E RAÇA/COR

Distribuição das pessoas ocupadas com 12 anos e mais de escolaridade, por sexo e cor. Brasil, 1990								
Ocupações	Homens (63,8%)				Mulheres (3,2%)			
	Branco	Pretos	Pardos	Total	Branca	Pretas	Pardas	Total
Não manual alto	51,4	43,8	41,5	49,9	43,4	20,5	38,9	42,3
Não manual baixo	37,4	35,8	42,2	37,7	48,8	62,7	50,8	49,4
Manual	8,1	20,4	13,9	8,9	7,4	16,8	10,0	8,1
Rural	3,1	0,0	2,4	2,4	0,4	0,0	0,3	0,5

Fonte: Tabulações oficiais do PNAD-1990, citado em Lima (1999)

²³ Como já mencionado no subitem anterior, a classificação ocupacional seguiu um conjunto de ocupações elaboradas pelo IBGE para o PNAD-1990, no qual o agrupamento faz parte da “homogeneidade de algumas ocupações a partir das possibilidades socioeconômicas e *status* que elas proporcionam” (LIMA, 1999, p. 153).

As informações apresentadas na tabela 9 mostraram que, mais uma vez, as mulheres negras (pretas e pardas) estão em desvantagem em relação a todos os grupos analisados no que tange ao estrato não manual alto. Essa desvantagem pode ser observada quanto aos homens negros, pretos e pardos que, respectivamente, apresentaram o percentual de 43,8% e 41,5%; já os homens e as mulheres brancas os percentuais foram de, respectivamente, 51,4% e 43,4%, enquanto as mulheres pretas apresentaram 20,5% e as pardas, 38,9%.

Esses dados revelam que mesmo as mulheres negras investindo em educação e atingido níveis altos de escolaridade, elas não avançavam na estrutura sócio-ocupacional. De acordo com Lima, os dados exibidos na tabela 9 permitem constatar a desvantagem vivenciada por essas mulheres, tendo em vista que:

O fato de 48% das mulheres pretas e 30,5% das mulheres pardas estarem no serviço doméstico é sinal de que a expansão do mercado de trabalho para essas mulheres não representou ganhos significativos. E quando esta barreira social é rompida, ou seja, quando as mulheres negras conseguem investir em educação numa tentativa de mobilidade social, elas se dirigem para empregos com menores rendimentos e com menos reconhecimento no mercado de trabalho (LIMA, 1999, p. 157).

Perante o exposto, os dados do PNAD, agora da década de 90, demonstram, mais uma vez, que o investimento em educação e a realização ocupacional não ocorrem da mesma forma para todos os grupos sociais. Ficou evidente que as restrições à mobilidade sócio-ocupacional são mais contundentes ao interseccionar gênero e raça/cor, especialmente no caso das mulheres negras. Neste sentido, os dados do PNAD-90 em análise reafirmam os *modus operandi* racista e sexista da divisão sexual/racial do trabalho nos processos de mobilidade sócio-ocupacional.

Ainda sobre investimento educacional e realização ocupacional, especificamente no que tange às mulheres negras, é preciso trazer, dados mais atuais e, quem sabe, futuramente fazer uma pesquisa que Marcia Lima na década de 1990 ressaltou como urgente. Segundo a socióloga, é preciso “investigar se as mulheres negras que estão atingindo o nível universitário estão se dirigindo às carreiras de menor *status*, enquanto as mulheres brancas já começaram a ingressar em ocupações de maior prestígio” (LIMA, 1999, p. 157).

Neste sentido, como a conclusão do Ensino Superior é uma das condições primordiais para se obterem maiores rendimentos, *status* ocupacional e realização ocupacional, traremos alguns dados mais atuais sobre a distribuição das mulheres negras neste nível educacional ao longo das últimas décadas para traçarmos um panorama de como vem sendo dinamizado o investimento educacional de nível superior dessas mulheres. A análise desse panorama é de extrema importância para também conhecermos como se dinamizam os outros grupos sociais em detrimento das mulheres negras no acesso ao nível mais elevado da estratificação socioeducacional.

Para este intuito, utilizaremos de modo especial o trabalho *O que mudou para a população negra no acesso à educação brasileira? quais os (novos) desafios?* (2019), resultado da pesquisa realizada por Amélia Artes e Danielle Oliveira. Serão usadas as tabelas elaboradas pelas autoras, a partir dos dados do IBGE, BME, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010 (tabelas 10 e 11); e os dados do Censo da Educação Superior-2022 (Inep)/PNAD Contínua-2022 (figura 3-elaborada pelo IBGE).

Os dados das tabelas 10 e 11 tratam dos percentuais de pessoas que concluíram o Ensino Superior e frequentavam o Ensino Superior, por sexo e raça/cor, entre 1991 e 2010, conforme consta abaixo:

TABELA 10 – ENSINO SUPERIOR CONCLUÍDO POR SEXO E RAÇA/COR

Ensino Superior concluído por sexo e raça/cor. Brasil			
	1991	2000	2010
Homem Branco	41,8	39,4	32,8
Mulher Branca	42,5	44,8	40,7
Homem Negro	7,8	7,3	11,3
Mulher Negra	7,9	8,5	15,2

Fonte: Dados do IBGE, BME, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010 organizados por Artes e Oliveira, citados em Artes e Oliveira (2019)

Ao considerar o conjunto de dados apresentados na tabela 10, vê-se a diferença dos percentuais das pessoas que concluíram o Ensino Superior por sexo e raça/cor, entre 1991 e 2010, em que o grupo racial branco, independente de gênero, sempre se manteve com percentuais altíssimos em comparação ao

grupo racial negro, chegando a ter, em algumas décadas, percentuais quatro vezes maiores de concluintes nos cursos de graduação.

Ainda com base na tabela 10, pode-se notar que, independentemente da raça/cor, as mulheres entre 1991 e 2010 se mantiveram com percentuais maiores se comparadas aos homens do seu grupo de raça/cor, indicando que elas passaram a ter mais formação universitária que eles. Entretanto, é importante ressaltar que, mesmo a mulher negra tendo esse crescimento nos índices de conclusão do ensino superior em comparação aos homens negros, esse crescente não foi suficiente para serem maiores ou pelo menos iguais aos dos homens e das mulheres brancas. Por fim, ao examinar a tabela 10, percebemos alguns pontos de convergência com a tabela 11, como veremos na sequência.

TABELA 11 – PESSOAS QUE FREQUENTAM O ENSINO SUPERIOR POR SEXO E RAÇA/COR

Pessoas que frequentam o Ensino Superior por sexo e raça/cor. Brasil			
	1991	2000	2010
Homem Branco	37,1	35,0	28,2
Mulher Branca	42,6	45,0	35,9
Homem Negro	9,0	8,4	14,8
Mulher Negra	11,3	11,6	21,1

Fonte: Dados do IBGE, BME, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010 organizados por Artes e Oliveira, citados em Artes e Oliveira (2019)

A análise realizada da Tabela 11 revela uma disparidade entre os grupos sociais que frequentam os cursos de graduação, especificamente ao colocarmos a variável raça/cor. Analisando o intervalo entre 1991 e 2000, percebem-se a distância e a estabilidade entre os grupos raciais/cor, nos quais as pessoas brancas continuaram tendo os maiores índices de conclusão e na frequência do Ensino Superior, enquanto os homens e as mulheres negras, continuaram na base da estratificação socioeducacional do país, indicando que o acesso ao Ensino Superior teria uma marca racial sendo privilegiada.

Por outro lado, ao compararmos a Tabela 10 com a Tabela 11, os dados indicam uma convergência, no intervalo entre 2000 e 2010, no que tange à população negra. Ao analisarmos as duas tabelas, nota-se um crescimento de pessoas negras, tanto na conclusão do Ensino de Graduação como na frequência do Ensino Superior. Importante ressaltar que entre 2000 e 2010 ocorreram vários acontecimentos no âmbito das relações étnico-raciais no país e de políticas públicas voltadas ao ensino superior, que de forma direta ou indireta foram decisivas e/ou contribuíram para as várias mudanças ocorridas.

Primeiramente, é importante destacar que foi a partir dos anos 2000 que o Movimento Negro Brasileiro intensificou o processo de ressignificação e politização da raça. Também foi nesse período que ele atuou na preparação e durante a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatadas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul (GOMES, 2017).

A participação do Brasil na Conferência de Durban garantiu que o país fosse signatário do Plano de Ação de Durban e reconhecesse internacionalmente a existência do racismo no país, gerando um comprometimento do Estado em construir ações para a superação do racismo, dentre elas, as ações afirmativas na educação e no trabalho. Já em 2003 foi criada a Secretaria de Política da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que desenvolveu várias ações em prol da população negra; somado a isso, algumas universidades públicas começaram a implementar ações afirmativas no acesso de alunos, como, por exemplo, a política de cotas raciais (GOMES, 2017).

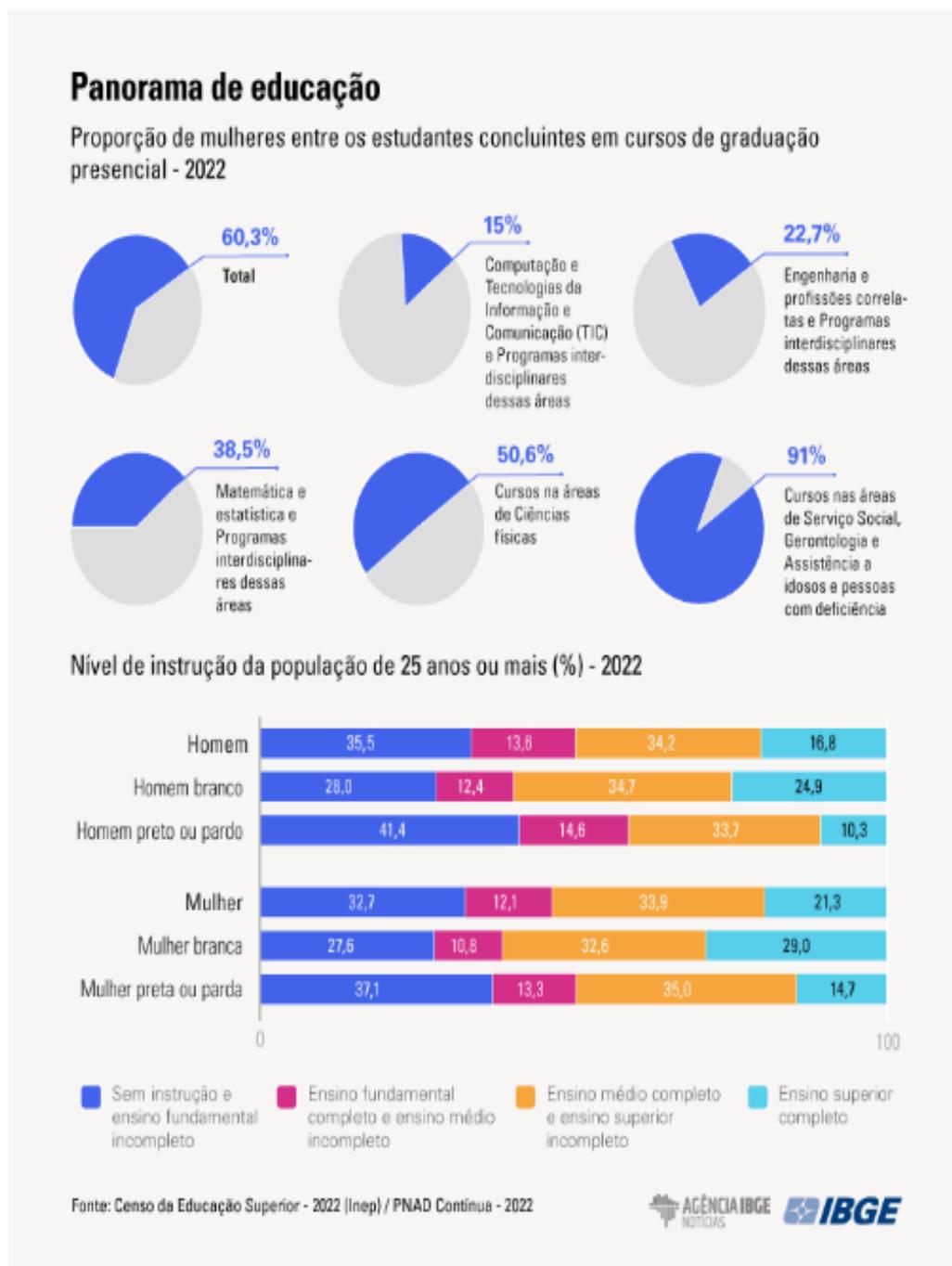
No âmbito acadêmico em 2000 ocorreu a fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), que passou a realizar o Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE) e a problematizar cada vez mais a Universidade *versus* população negra; e ainda em 2003, a partir de uma demanda antiga do Movimento Negro, foi sancionada a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, sendo mais tarde alterada pela Lei 11.645/08, incluindo a temática indígena (GOMES, 2017). Estes são alguns exemplos de ações que ocorreram entre 2000 e 2010, seja por iniciativa do Movimento Negro, e/ou de representantes do Estado brasileiro, que

contribuíram para o avanço do acesso de pessoas negras e, em particular, de mulheres negras ao Ensino Superior no país.

Somado a isso, Márcia Lima (2012) destaca que “há efeitos da expansão geral do acesso ao ensino superior, mas há um efeito específico sobre as desigualdades raciais” (p.16), pois de acordo com a socióloga algumas mudanças não teriam ocorrido sem a política de Ações Afirmativas nas instituições públicas, mas também nas instituições privadas dada a sua magnitude na estrutura do ensino superior no país. Lima (2012) também destaca outras políticas de acesso ao ensino superior público que não são políticas afirmativas, mas que foram importantes para expandir o acesso do ensino superior as pessoas negras, especialmente as mulheres negras, como a política de ampliação de vagas, como o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), tendo em vista que o programa previu, além do aumento de vagas, a abertura de cursos noturnos. Em 2010 também teve a criação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que buscou unificar o processo de acesso às vagas oferecidas nas instituições federais, a adesão de grande parte das instituições públicas e privadas ao ENEM, a criação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), concluem o rol das mais importantes iniciativas do governo federal para o sistema de ensino superior (Lima, 2012).

Avançando a análise em termos temporais, é oportuno trazer subsídios do grau de instrução da população de 25 anos ou mais com base no Censo da Educação Superior - 2022 (INEP/PNAD - Continua-2022) para avaliarmos dados mais atuais sobre a distribuição das mulheres negras no Ensino Superior no país.

GRÁFICO 5 – PANORAMA DA EDUCAÇÃO-2022



Fonte: Censo da Educação Superior-2022 (Inep/PNAD Contínua-2022)

Ao analisar a figura 3, em primeiro lugar, chama a atenção que a população negra de 25 anos ou mais tem os maiores percentuais do indicador sem instrução e ensino fundamental incompleto, independente de gênero, sendo que os homens e as mulheres negras, respectivamente, apresentaram 41.4% e 37.1%, enquanto os homens e as mulheres brancas exibiram, respectivamente, 28% e 27.5%. Em segundo lugar, o que também chama a atenção é que, mesmo

tendo um equilíbrio entre os grupos raciais nas taxas do indicador ensino médio completo/ensino superior incompleto, esse equilíbrio não se manteve no indicador ensino superior completo e está abaixo da representatividade no conjunto da população negra, que em 2022 alcançou 55,5% no país, de acordo com o IBGE/Censo-2022.

As informações que compõem a Figura 3 apontam para a persistência da desigualdade ao fazermos o recorte racial nos dados das pessoas que concluíram o Ensino Superior. As mulheres e os homens brancos continuam atingindo os maiores percentuais de conclusão dos cursos de graduação, alcançando, respectivamente, 29.0% e 24.9%, enquanto as mulheres e os homens negros chegaram, respectivamente, a 14.7% e 10.3%. As implicações práticas ao se fazer o recorte racial fica evidente, pois se observarmos somente os dados de mulheres e homens concluintes do Ensino Superior, que são, respectivamente, 16.8% e 21,3%, acreditaríamos que a desigualdade educacional de nível de graduação não seria tão grande e correríamos o risco de reduzir a problemática para a questão de gênero, sem interseccionar com a raça.

Desta forma, a análise dos dados da Figura 3 corroboram com as análises feitas anteriormente (tabelas 10 e 11), pois mostram que há mais de quarenta anos os grupos raciais brancos em comparação com os grupos raciais negros, independente de gênero, têm percentuais altíssimos de concluintes de Ensino Superior. Assim, ficam evidentes a persistência da desigualdade racial e a existência de um padrão racial sendo privilegiado ao longo das décadas no que tange ao Ensino Superior e, conseqüentemente, na realização ocupacional e na mobilidade sócio-ocupacional.

Diante de todos esses dados estarrecedores, é preciso destacar que, mesmo com a persistência da desigualdade racial no país, a resistência do movimento negro nunca cessou como ator político e educador, tanto que houve um crescimento de pessoas negras, especialmente de mulheres negras, acessando e concluindo os Cursos de Graduação nas últimas décadas. Ademais, o movimento negro seguiu tensionando o Estado para que as demandas se efetivassem por meio de políticas públicas e ações institucionais (GOMES, 2017), resultando em aprovação de leis em prol da população negra, tanto na área educação, especialmente no que tange ao ensino superior, como

também na área ocupacional, conforme podemos ver em alguns exemplos abaixo:

Lei Federal 12.288 de 2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial; aprovação do princípio constitucional da ação afirmativa pelo Supremo Tribunal Federal, no dia 26 de abril de 2012; a sanção pela presidenta da República, Dilma Rousseff, da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre cotas sociais e raciais para ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de Nível Médio; a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola-Parecer CNE/CEB 16/12 e Resolução CNE/CEB 08/12 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE); e a sanção da Lei 12.990 de 9 de junho de 2014, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União (GOMES, 2017, p. 37).

Em síntese quanto ao que se discutiu neste capítulo, pode-se dizer que a realização educacional impacta na dinâmica ocupacional e na possibilidade de mobilidade sócio-ocupacional e mudança de *status* social. No entanto, como ficou demonstrado, a relação investimento educacional e realização ocupacional ainda é extremamente seletiva e discriminatória no país, especialmente ao se inserirem as variáveis raça, gênero e classe. Feitas essas considerações, passaremos no próximo capítulo a discutir sobre mobilidade sócio-ocupacional e Mulheres Negras na Fronteira-Brasil/Uruguai.

CAPÍTULO 4 – MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL: MULHERES NEGRAS NA FRONTEIRA-BRASIL/URUGUAI

Este capítulo tem como tema central a (i) mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras na fronteira, especificamente as originárias da Comunidade Quilombola Vila da Lata/Aceguá-Brasil, com a finalidade de apreender a dinâmica da vida ocupacional dessas mulheres e contribuir na construção de dados sobre raça/cor e mobilidade. Cumpre salientar que a produção de dados oficiais referente à raça/cor da população brasileira sofreu diversos desfalques ao longo do tempo, especialmente os relativos à mobilidade ocupacional. Portanto, este capítulo também busca colaborar na análise de dados voltados à história da estratificação sócio-ocupacional de mulheres negras rurais fronteiriças.

Diante disto, trarei dados empíricos a partir do trabalho de campo realizado com mulheres negras originárias da Comunidade da Lata, as descendentes da família da Sra. Gleci e da Sra. Neusa Maria; ambas já haviam participado no trabalho de campo do mestrado em 2009 e 2010, sendo consideradas guardiãs da Vila da Lata que estavam vivas durante o trabalho de campo do doutorado. A análise da (i) mobilidade sócio-ocupacional das suas filhas, netas e sobrinhas permite detectar gerações distintas de mulheres negras de uma mesma família e/ou originárias da mesma comunidade negra rural e fronteiriça. Além disso, mostra como a interseção de raça, gênero e classe contribui ou não para a (i) mobilidade sócio-ocupacional dessas mulheres.

Para alcançar este objetivo, será realizada uma breve contextualização da estratificação racial e social da região fronteiriça de Aceguá-Brasil/Uruguai; na sequência será discutida a mobilidade social e a interseção de raça, gênero e classe; e posteriormente se fará uma análise da (i) mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras de diferentes gerações da Vila da Lata-Aceguá para desvelar as estratégias utilizadas por elas para conseguirem se mover ou não na estrutura sócio-ocupacional da região.

4.1 – Aceguá: Uma história de estratificação racial e social na região fronteiriça Brasil/Uruguai

Para analisar a (i)mobilidade de mulheres negras originárias da Comunidade Quilombola Vila da Lata e apreender quais foram as estratégias mobilizadas por elas para se moverem na estrutura sócio-ocupacional fronteiriça, torna-se imprescindível conhecer, mesmo que de forma breve, alguns aspectos primordiais da região fronteiriça de Aceguá/RS, especialmente sobre a sua história e geografia. Ressalto que não pretendo fazer uma abordagem exaustiva do processo histórico, mas uma análise que permita mostrar a gênese da estruturação racial e social da referida região fronteiriça.²⁴

O atual Município de Aceguá se encontra na fronteira do Rio Grande do Sul, a 60 km de Bagé (Brasil) e de Melo (Uruguai), e a 420 km de Porto Alegre (Brasil) e de Montevideu (Uruguai). A área geográfica de Aceguá pertencia ao Município de Bagé, tendo-se emancipado em 16 de abril de 1996, porém, o início da gestão administrativa do município começou em 01 de janeiro de 2001 (JOSEPH, 2010). Atualmente, o município está dividido em quatro distritos, sendo eles: Aceguá (sede), Rio Negro, Minuano e Colônia Nova e, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2020, a cidade conta com 4.981 habitantes em uma área de 1.551,339 km².

A ocupação jesuítica do Município de Bagé, que abrangia a região do atual Município de Aceguá, é datada em 1681, quando os padres jesuítas migraram das reduções guaraníticas e fixaram-se no sul do Rio Grande do Sul, especialmente no ponto mais extremo da Estância de São Miguel, no posto de Santa Tecla, para conseguirem fazer a guarda e o pastoreio do rebanho (FAGUNDES, 2005; SALIS, 1956). No que tange ao caminho percorrido das Reduções do Alto Uruguai para as Serras de Aceguá, o memorialista de Aceguá, que se intitula “crioulo de Aceguá”, Ricardo Wilians Tadeu, responsável por escrever a história do município de Aceguá na *Enciclopédia dos Municípios do Rio Grande do Sul: O Resgate da História dos Municípios do Rio Grande do Sul*, relatou em entrevista concedida em 2009 que

existia um caminho natural chamado Chilha Grande, que vem de Montevideu, passa por Aceguá, vai até Santa Maria. Tu vais só

²⁴ Neste capítulo a questão indígena não será o foco, mas considero que é um ponto relevante para ampliar e aprofundar a discussão em outros estudos.

por divisor de águas por cima das coxilhas até chegar nas missões, as missões do Rio Grande do Sul, Santo Ângelo, todas ela. Tu não atravessa rio, é um caminho natural e por esse caminho natural tu chega nos Sete Povos das Missões, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo (Sr. Ricardo Wilians Tadeu, Aceguá, outubro de 2009).

Na entrevista dada em 2009, na ocasião da pesquisa de mestrado, Ricardo Wilians Tadeu relatou que provavelmente os padres jesuítas cursaram essa passagem natural por inexistir outro caminho artificial para trazer o gado e os Guarani-missioneiros das Missões para povoar o atual território de Aceguá. De acordo com Costa e Silva (2009), esses índios,²⁵ ao chegarem a Aceguá, se depararam com os Charrua, Minuano, Guenoa que os jesuítas pretendiam catequizar. Importante ressaltar que os povos nativos da região, inimigos dos Guarani-missioneiros, entraram em disputa pelo território e tentaram destruir a Redução de Santo André dos Guenoas que fora erguida pelos missioneiros (COSTA E SILVA, 2009, Joseph 2010).

Já em 1750, em virtude dos conflitos territoriais entre Portugal e Espanha, foi firmado entre os dois países o Tratado de Madrid, no qual os portugueses ficaram com a fronteira oeste do atual Rio Grande do Sul e a Espanha, com a Colônia de Sacramento (PORTO, 1954), de tal modo, que a região do atual município de Aceguá, por possuir uma posição geográfica estratégica, passou a ser alvo de disputa entre portugueses, espanhóis e indígenas. Em 1752, quando o exército português e o espanhol chegaram ao atual município para delimitar as suas fronteiras, foram repelidos pelos indígenas Charruas, que eram predominantes na região (Bagé, 2008, Joseph, 2010).

Interessa sublinhar que, na impossibilidade de resolver conflitos militares e diplomáticos sobre a demarcação de fronteiras entre Portugal e Espanha, passou-se a utilizar o princípio do *uti possidetis*, no qual as terras cabiam ao monarca com os seus vassallos que as ocupassem, sendo nessas circunstâncias que os portugueses começaram a povoar a região do Rio Grande do Sul (BARCELLOS, 2004, Joseph, 2010).

²⁵ A expressão *yace-guab*, em tupi-guarani, que deu origem ao nome do município de Aceguá, revela a influência indígena no município fronteiriço (Aceguá, 2001).

Ao versar sobre o começo da ocupação do território do Rio Grande de São Pedro pelos portugueses, Barcellos (2004), salienta que esse período se definiu como uma

política de povoamento para a atração de imigrantes dos Açores para instalá-los nas terras ambicionadas pelos portugueses. Tratava-se de estabelecer povoados açorianos em áreas fronteiriças, de forma a legitimar a pretensão portuguesa em tal região, assim como utilizá-los como contingente militar em eventuais conflitos armados (BARCELLOS, 2004, p. 31).

A partir da descrição de Barcellos e com os dados encontrados através de pesquisa bibliográfica e documental²⁶ realizada em 2010, é provável que a política de povoamento açoriana instaurada pela Coroa portuguesa tenha chegado à área fronteiriça de Aceguá e beneficiado João Antônio Martins,²⁷ proprietário da Estância denominada “Lata” – onde provavelmente se situa Vila da Lata hoje – pois além de ele ser procedente do Velho Império, nascido no povoado de Cabração, no Minho, em Portugal, também era proprietário de várias estâncias localizadas na área fronteiriça de Aceguá (JOSEPH, 2010; FONTTES; VIEIRA, 2005).

Importante abrir um parêntese para sublinhar que em relação à designação Vila da Lata, durante o trabalho de campo realizado no mestrado entre 2019 e 2010, alguns moradores mais velhos diziam que a denominação está vinculada à existência de um armazém antigo construído de lata que tinha próximo à comunidade. O senhor Ari Fernandes (*in memoriam*), que hoje estaria com 90 anos, viúvo de Ide Fernandes, neta de mulher negra escravizada que morava na Lata (Figura 4), afirmou que: “Antigamente tinha só uma casa de lata que era um armazém que tinha ali em cima, entendeu? Que era de lata e demais era tudo rancho de palha e botaram o nome da Vila de Lata por causa desse armazém de lata” (Sr. Ari, Vila da Lata/Aceguá, fevereiro de 2010).

²⁶ Inventário de João Antônio Martins que se encontra no Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

²⁷ João Antônio Martins era procedente do Velho Império, nascido no povoado de Cabração, em Portugal. Conquistou e comprou algumas áreas por volta de Piratini, Bagé e Uruguai. Suas fazendas chegavam ininterruptamente desde Candiota (braço do rio Jaguarão) até o Departamento de Cerro Largo, no Uruguai, sendo uma delas denominada “Lata” (VIEIRA; FONTTES, 2005, p. 24). Em entrevistas com alguns interlocutores, somado a documentos, constatamos que possivelmente a Comunidade Negra Rural Vila da Lata originou-se da fazenda “Lata”.

Figura 4 – Ide Fernandes, esposa de Ari Fernandes, e seus dois filhos na Vila da Lata



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Ari Fernandes

Entretanto, o Relatório de Capacitação da Comunidade Quilombola, elaborado pelo Centro de Tecnologias Alternativas Populares – CETAP, em conjunto com o Centro Memorial de Matriz Africana 13 de Maio, vinculado à Coordenação Nacional de Entidades Negras – CONEN, verificou que a denominação foi estabelecida a partir do material utilizado na construção das casas, pois eram erguidas de palha Santa Fé e revestidas com lata de azeite (JOSEPH, 2010), como podemos ver na figura 5.

Figura 5 – Dona Neusa Maria na frente de sua casa de palha e lata em 2009



Fonte: Crédito meu, fevereiro de 2009, Aceguá

Por outro lado, alguns relatos da formação da Comunidade Quilombola Vila da Lata associam-na à trajetória do fundador Eustáquio da Costa Fernandes. De acordo com alguns moradores, Eustáquio era um vendedor castelhano que construiu um loteamento para vender lotes e casas de palha para pessoas negras, especialmente para mulheres negras ex-escravizadas das fazendas e também às suas descendentes. Outros mencionam que Eustáquio mantinha uma aliança com fazendeiros da região fronteira, particularmente com proprietários das estâncias da família Silveira, descendentes de Gaspar Silveira Martins, neto de João Antônio Martins, antigo proprietário da estância denominada “Lata”. Através da aliança com os fazendeiros, Eustáquio

intermediava o trabalho de mulheres negras com os fazendeiros para que elas pudessem comprar dele lotes de terras e/ou casas de palha na Vila da Lata.

Figura 6 – Antiga casa de palha abandonada na Vila da Lata



Fonte: Crédito meu, outubro de 2009, Aceguá

Retomando a discussão sobre os conflitos na região, é importante salientar que, mesmo com a política de povoamento de açorianos na fronteira e com a demarcação, a região continuou alvo de combates e disputas, pois os proprietários das extensas áreas de terra aliavam a sua força econômica, política e militar para liderar conflitos contra o Império (JOSEPH, 2010). Tanto que em 1835, na região fronteira, os gaúchos guerrearam entre si por ideais republicanos e imperialistas, resultando na Revolução Farroupilha (1835 a 1845), entre farroupilhas, designados como liberais e/ou republicanos, e os imperiais, denominados de legalistas e caramurus (PENSAVENTO, 1990).

Os farrapos eram considerados liberais e admiradores do pensamento iluminista, porém os seus discursos não condiziam com uma prática de mobilidade sócio-ocupacional para as pessoas negras escravizadas, tendo em

vista que a luta dos ideais da elite branca estancieira²⁸ não contemplava mudanças estruturais de cunho racial e social, tanto que se uma pessoa escravizada pelos legalistas fosse capturada pelos farroupilhas, estes ofereciam aos escravizados “legalistas” a liberdade em troca de serviço militar na guerra, colocando-os literalmente de escudo com a sua própria vida para defender os ideais da elite branca estancieira (FLORES, 2004).

Os principais líderes farroupilhas, como Bento Gonçalves e Domingos de Almeida, mantiveram o contingente de pessoas escravizadas ao longo da guerra civil e até mesmo depois. De tal modo, que durante o período em que os farroupilhas estiveram no poder, seja no governo da Província, seja na administração da República Riograndense, eles admitiram e permitiram a escravização de pessoas negras, mesmo que fossem adeptos do pensamento iluminista e dos movimentos liberais que em 1789 aprovaram, na França, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (VOGT, 2014). Portanto, a luta da elite branca estancieira nesse período não acabou de fato com a escravização de pessoas negras, pois como muito bem salienta Vogt,

A Revolução Farroupilha não provocou transformações na estrutura econômica e social existentes desde o período colonial. Os farrapos nunca aboliram a escravidão na República constituída. República instaurada possuía uma semelhança muito grande ao que tinha sido adotado pelo Império do Brasil e era uma extensão do antigo regime português (2014, p. 14).

De tal modo, que ao terminar a Revolução Farroupilha firmaram-se tratados que mantiveram a estrutura racial, social, ocupacional e, conseqüentemente, econômica que favoreciam a elite branca fronteiriça do Rio Grande do Sul, com o objetivo de impedir que se voltassem contra o Império. De acordo com Costa e Silva, “a elite da fronteira do estado teve de apoiar as intervenções do Governo Imperial nas ofensivas contra outros países [...] àqueles que se destacaram naqueles combates, o Império concedeu título de nobreza” (COSTA E SILVA, 2009, p. 56).

²⁸ “São chamados de estancieiros os grandes proprietários de campos do sul do Brasil, criadores de gado extensivo e que possuem uma trajetória ascendente tanto econômica quanto politicamente, em que seus integrantes passam a ocupar os principais postos de mando da política nacional e da burocracia do Estado” (LOVE, 1975; PICCIN, 2012, p. 212-220).

Possivelmente, João Antônio Martins²⁹ tenha recebido o título de Dignatário, como fruto de honraria do Império pelos seus serviços militares na fronteira, pois, de acordo com Carlos Fonttes e Yara Vieira, João Antônio Martins “foi quem mais ajuda forneceu ao Império, para a Campanha Cisplatina, hospedou todos os generais do Exército Brasileiro [...] Caxias, Osório, Canabarro, Neto e Bento Gonçalves [...]. Também hospedou Rivera e Lavallejas” (FONTTES; VIEIRA, 2005, p. 24).

Esses dados evidenciam o quão intensamente João Antônio Martins participava dos conflitos territoriais fronteiriços entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Provavelmente a sua colaboração não se resumiu a somente hospedar generais, mas possivelmente em colocar pessoas negras escravizadas na linha de frente dos confrontos para defender ideais políticos e econômicos da elite branca (JOSEPH, 2010).³⁰ Sob tais circunstâncias, podemos afirmar que essa dinâmica de utilizar pessoas negras escravizadas para defender os ideais da elite branca fronteiriça se traduziu em poder político e econômico para as famílias brancas da região, além de heranças materiais e simbólicas para suas gerações, das quais pessoas negras escravizadas e suas gerações não usufruíram. Como muito bem destaca Cida Bento:

fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas [...]. É urgente fazer falar o silêncio, refletir e debater essa herança marcada por expropriação, violência e brutalidade para não condenarmos a sociedade a repetir indefinidamente atos anti-humanitários similares (BENTO, 2022, p. 23).

Trazer, mesmo que de forma breve, alguns elementos da Revolução Farroupilha num estudo sobre mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras oriundas da Vila da Lata torna-se primordial para vislumbrarmos como foi constituída historicamente a estratificação racial e social da região onde muitas delas estão inseridas até hoje.

²⁹ Antigo estancieiro da “Lata”.

³⁰ Sobre uso de pessoas negras escravizadas na Revolução Farroupilha, ler *Negros na Revolução Farroupilha-Traição em Porongos e farsa em Ponche Verde* de Moacyr Flores (2010).]

Já em 1893, eclodiu outro conflito, a Revolução Federalista (1893-1895³¹), liderada por Gaspar Silveira Martins, neto de João Antônio Martins. A Revolução foi instaurada pelo grupo de Silveira Martins, tendo em vista que não aceitavam a ascensão dos republicanos ao poder. Essa disputa e a defesa dos interesses da elite branca fronteiriça liderada pelo neto de João Antônio Martins, Gaspar Silveira Martins, nos remetem mais uma vez às reflexões feitas por Cida Bento sobre herança escravocrata branca e o pacto da branquitude. Segundo a autora,

o herdeiro branco se identifica com outros herdeiros brancos e se beneficia dessa herança, seja concreta, seja simbolicamente; em contrapartida, tem que servir ao seu grupo, protegê-lo e fortalecê-lo. Este é o pacto, o acordo tácito, contrato subjetivo não verbalizado: as novas gerações podem ser beneficiárias do que foi acumulado, mas têm que se comprometer “tacitamente” a aumentar o legado e transmitir para as gerações seguintes, fortalecendo seu grupo no lugar de privilégio, que é transmitido como se fosse exclusivamente mérito. E no mesmo processo excluir os outros grupos “não iguais” ou não suficientemente meritosos (BENTO, 2022, p. 24, 25).

No âmbito dessa defesa geracional dos Martins por seus privilégios políticos e econômicos na região fronteiriça, algumas mulheres negras da região de Aceguá, que concederam entrevistas em outubro de 2009, relataram lembranças da Revolução Federalista, como a senhora Leôncia Falleiro Pereira (Figura 8),³² com 97 anos na época, nascida na Comunidade Quilombola da Tábua, em Aceguá:

Foi aqui em Aceguá que mataram o meu pai [...] O Pica-Pau era lenço azul e o que era Maragato era lenço... Eles vinham aqui, os milicos vinham aqui, os guerreiros vinham e pum, pum, pum [imita o som de tiro com a boca] e abriam as porteiras e levavam tudo que achavam pela frente, cavalo, boi, comida e homens, os meus tios dormiam no ambu, em cima do ambu para não ir para a guerra, porque tudo que é home eles levavam pra guerra e nós [se referindo às mulheres] se enfiava tudo debaixo da cama, porque se não eles faziam o diabo, se tinha home em casa eles levavam tudo, eu ouvia os barulho dos canhão daqui, por isso que te digo eu não tenho a idade que dizem que eu tenho, eu tenho muito mais [...]. Eu já disse: eu não tenho a idade que tá

³¹ De acordo com Costa e Silva (2009, p. 57), “a ascensão dos republicanos ao poder feriu pontos do ‘pacto imperial’, que consistia em um acordo tácito entre o poder do Império e os estancieiros da Campanha, sobretudo os da fronteira que, na contrapartida da manutenção do limite jurídico do estado, tinham suas atividades de contrabando de gado toleradas pelo poder central”.

³² Segundo os documentos oficiais da Dona Leoncia Falleiro Pereira, hoje ela teria 102 anos, por mais que ela salientasse que tinha bem mais, tendo em vista que foi registrada tardiamente.

aí nesse papel, eu tenho muito mais (Sra Leôncia Falleira Pereira, Aceguá, outubro de 2009).

Figura 7 – Leôncia Falleira Pereira



Fonte: Crédito meu, outubro de 2009, Aceguá

Segundo Leôncia, o pai era africano e a mãe, indígena. Seu pai morreu na Revolução Federalista e sua mãe índia tinha o corpo todo queimado de água quente em decorrência dos castigos infligidos por sua “senhora”, chamada Eufrásia. Na carteira de identidade de Dona Leôncia consta ter nascido em 1913, mas durante a entrevista frisava ter bem mais idade, pois, segundo ela, na Carteira de Identidade a data de nascimento estava errada (JOSEPH, 2010). Outros moradores da Comunidade Vila da Lata, descendentes de pessoas negras que foram escravizadas, também relataram que o território foi alvo de conflito, e que pessoas ex-escravizadas e seus descendentes acabaram sendo recrutadas de forma forçada para defender os ideais da elite branca estancieira na Revolução Federalista. De acordo com o Sr. Elautério Soares:

Eles falavam muito dessa guerra, meu pai mesmo foi baleado na guerra, eles vieram aqui e levaram ele, mas quando ele foi baleado, ele se atirou na água e se escapou, outro homem que

levaram com ele mataram, nessas épocas ninguém se governava, era assim, por exemplo: se a senhora morava nessa casa aí, se eles chegassem aí, a senhora só tinha que se escapar dali, tinha que pegar e pular a janela e se escapar, não tinha essa eu não quero, eu não vou, ali no saladeiro ali, eles vieram para essa volta aí e mataram não sei quantos baianos que chegaram com sono, mataram tudo (Aceguá, outubro de 2009).

Com base no exposto, percebe-se o quão necessário é analisar dados históricos para refletir sobre os atuais processos de estratificação racial e social e suas heranças na região fronteira de Aceguá até os dias atuais. Através dos relatos, é possível vislumbrar como as pessoas brancas historicamente foram privilegiadas em face dos processos de estratificação racial, social e ocupacional na região fronteira, a começar pelas concessões de terras feitas pela Coroa portuguesa, que privilegiou e possibilitou que portugueses brancos viessem a ser estancieiros, pecuaristas, enfim, grandes proprietários de terras, como foi o caso de João Antônio Martins e de seus descendentes, em detrimento das pessoas negras que foram inseridas na região como objeto nas relações de produção, sendo escravizadas; e como se não bastasse, também recrutadas forçosamente para defender os interesses políticos e econômicos dessa mesma elite branca que os escravizava.

Deste modo, percebemos que a constituição da região fronteira de Aceguá, especialmente a atual região da Vila da Lata, foi desde o período da demarcação da fronteira pelos açorianos cercada por interesses e disputas políticas e econômicas, políticas estas que sempre privilegiaram a elite branca de forma geracional em detrimento das pessoas negras. Assim, enquanto os privilegiados da política de povoamento de terras foram as pessoas brancas migrantes – portugueses açorianos –, a inserção das pessoas negras migrantes – africanas –, adveio do trabalho forçado como escravizadas, sendo desprovidas de qualquer direito, principalmente de apropriações territoriais. Nesse sentido, a gênese do povoamento da região fronteira de Aceguá se constitui a partir da estratificação racial e social entre pessoas brancas estancieiras e de pessoas negras escravizadas.

Desta forma, desde a política de povoamento foi se constituindo na região fronteira uma estratificação racial, social, ocupacional e conseqüentemente econômica, na qual as pessoas negras escravizadas foram colocadas

forçosamente na base dessa estratificação, acarretando a sua imobilidade sócio-ocupacional. Essa estratificação racial e social benéfica para a elite branca se perpetuou através da herança branca de forma geracional, como podemos perceber na família Martins, pois tanto João Martins (Revolução Farroupilha) como Gaspar Silveira Martins (Revolução Federalista) usaram pessoas negras para defender os seus ideais políticos, que se traduziram em privilégio político, enriquecimento econômico e em mobilidade sócio-ocupacional das suas gerações em detrimento da imobilidade sócio-ocupacional das pessoas negras, submetidas ao trabalho forçado e não remunerado.

Importante ressaltar que a presença de pessoas negras no atual Rio Grande do Sul, especificamente na região fronteira de Aceguá, se deu no século XVII, com o início da colonização portuguesa. Com a colonização, os portugueses passaram a trazer pessoas negras para serem escravizadas no novo território, mas foi só em 1780, com a necessidade de produção em larga escala de charque, que o polo escravista aumentou significativamente na região. Portanto, foi no século XVIII que o tráfico negreiro dirigido para o Rio Grande do Sul tomou maiores proporções, pois, com a exploração de minério em Minas Gerais, aumentou a demanda por carne, que era utilizada pelos escravagistas brancos para alimentar a escravaria negra e animais de carga e transporte (MAESTRI, 1993).

Alguns estudos desenvolvidos sobre a evolução da pecuária para a indústria apontam que com o início do trabalho agrícola houve uma nova configuração da estrutura ocupacional das pessoas negras escravizadas. conforme Laytano:

As charqueadas de Pelotas e Porto Alegre e as plantações de trigo de Bagé e Piratini precisaram de braços para o trabalho bruto [...] nos mais fortes serviços da indústria saladeril, bem como o plantio e a colheita de vastas regiões de trigais não podiam ser atendidos pela escassa população [...] Então se apelou para o negro, que sustentara e sustentava a economia brasileira (1980, p.13).

Neste sentido, ficou destinado às pessoas negras o trabalho pesado que as pessoas brancas não quisessem realizar, tocando aos escravizados negros as atividades de carneadores, graxeiros, salgadores, tripeiros, entre outras (FAUSTINO, 1991).

De tal modo que a partir do primeiro levantamento demográfico da população sulina datado em 1780, é possível apreender a dimensão secular dessa estruturação ocupacional escravista no Brasil Meridional. É possível vislumbrar na tabela 12 os dados da população sulina no intervalo de 1780 e 1887, sendo que na primeira coluna constam os anos em que foram realizados os levantamentos demográficos; na segunda coluna, aparece o número de pessoas negras escravizadas por ano; na terceira, consta o número total de habitantes por ano; e na última coluna, o percentual de pessoas negras escravizadas.

TABELA 12 – POPULAÇÃO RIO GRANDE DO SUL – 1780-1887

Ano	Escravo	Total	%
1780	5.102	17.923	28.47
1803	36.721
1808	+50.000
1814	21.445	70.653	30.35
1846	30.846	147.846
1858	71.911	285.444	25.19
1859	70.880	282.547	25.09
1860	76.109	309.467	24.59
1861	77.588	344.227	22.54
1862	75.721	276.446	27.39
1863	77.419	392.725	19.71
1872	67.748	434.818	15.59
1874	98.450	462.542	21.28
1883	62.138	700.000	8.80
1887	8.430	944.616	0.89

Fonte: Weimer (1991, p. 33) citada em Maestri (1993, p. 29)³³

Os dados da tabela 12 permitem perceber que o número de pessoas negras escravizadas teve três movimentos distintos. Inicialmente percebe-se que entre 1780 e 1858 houve um crescimento expressivo de pessoas negras escravizadas, tendo em vista que o número passou de 5.102 para 71.911 nesse intervalo de tempo. Na sequência, entre 1858 e 1874, que consideramos o segundo momento, é possível perceber uma estabilidade em relação ao número total de pessoas negras escravizadas, mesmo que em dois momentos apresente oscilações, especialmente em 1872 e 1874.

³³ “Estes dados devem ser tomados num sentido indicativo, devido às deficiências dos levantamentos estatísticos do século 18 e 19” (1993, p. 29).

A partir da década de 1880, percebe-se um declínio expressivo no percentual de pessoas negras escravizadas, pois de 1883 a 1887 passou de 8.80% para 0.89%. A hipótese para esse declínio é de que as leis abolicionistas promulgadas a partir de 1850 foram determinantes, dentre elas: a Lei Eusébio de Queirós (1850),³⁴ Lei do Ventre Livre (1871),³⁵ Lei do Sexagenário (1884)³⁶ (JOSEPH, 2010). Nessa mesma linha, Rubens Neis salienta que as campanhas abolicionistas alavancadas em todo o país surtiram efeitos no Brasil Meridional, tanto que, desde 1884, em todo o Rio Grande do Sul, “passou-se a libertar os escravos, chegando ao número de 40.000 libertos, só em Porto Alegre foram 1.500, enquanto em Pelotas somaram-se 4.000” (NEIS, 1991, p. 27).

Junto com isso, o atual Rio Grande do Sul, por sua posição geográfica, provavelmente foi influenciado pelas disposições legais sobre o tráfico de escravos e o processo de abolição da escravatura do país vizinho fronteiro, o Uruguai, particularmente, pelas leis abolicionistas promulgadas em 1842 e 1846. Sob essas circunstâncias, cabe frisar que no atual Rio Grande do Sul houve um amplo processo de concessão de alforrias de pessoas negras escravizadas, mas é importante sublinhar que essas alforrias comumente eram condicionadas a algum pagamento aos seus senhores brancos.

Deste modo, pessoas negras escravizadas tinham que efetuar pagamentos, prestar bons serviços ou trabalhar gratuitamente para os senhores brancos por tempo determinado, conforme previsto nas Cartas de Liberdade. Como muito bem pontua Maestri, “o trabalhador escravizado desempenhou um importante papel na economia sulina até 1884 quando, através das alforrias com cláusulas de prestação de serviços, os senhores gaúchos tentaram prolongar, ainda por alguns anos [...] a exploração dos cativos” (1991, p. 29). Convém destacar que as alforrias também foram aproveitadas pelos senhores brancos para maximizar ainda mais os seus lucros, pois, ao utilizá-las, os senhores de pessoas escravizadas não pagavam mais impostos sobre elas. Segundo Neis,

³⁴ Legislação Brasileira do segundo reinado, que proibiu o tráfico interatlântico de escravos.

³⁵ Lei Rio Branco, mais conhecida como Lei do Ventre Livre. A lei estabelecia que todos os filhos de escravos nascidos a partir da data da mencionada lei estariam livres.

³⁶ Lei Saraiva-Cotegipe, mais conhecida como Lei dos Sexagenários, esta lei tinha como objetivo libertar os escravos com mais de 60 anos, mediante compensações financeiras aos seus proprietários.

“os senhores davam baixa dos escravos na coletoria, não pagavam mais impostos sobre eles, mas continuavam a usar-se deles como escravo” (p. 27).

Ao pesquisar extratos de Cartas de Liberdade concedidas por proprietários de estâncias da região fronteira-Brasil/Uruguai, encontrei algumas aferidas pelo Dignatário João Antônio Martins, proprietário da Estância denominada “Lata”, sendo a maioria delas concedida a mulheres negras, como, por exemplo, a conferida à escravizada Joaquina Delfina, que condicionava a sua liberdade à prestação de bons serviços a ele, conforme pudemos aferir no extrato da carta disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, março de 2010):

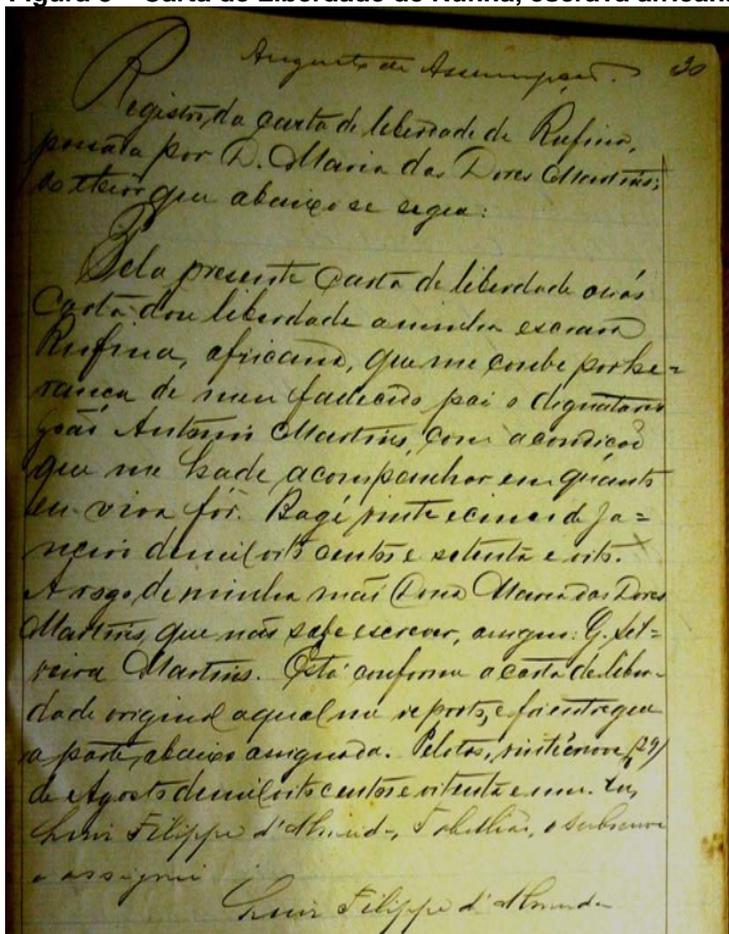
Joaquina Delfina; Benguela; Sr. João Antônio Martins; dt. conc. 16-12-45 ; dt .reg. 17-12-45 (Livro 2, p. 4r). Desc.: A carta foi concedida ‘em atenção aos bons serviços que me tem prestado’ (Pelotas, Subfundo-2º Tabelionato/Livro Notarias de Transmissão e Notas; Livro 2-1845 a 1847-p. 4 r).

É preciso destacar que muitas cartas de liberdade na região fronteira foram concedidas por famílias brancas escravocratas a mulheres negras, especialmente por membros da família Martins, como as concedidas por João Antônio Martins, como vimos acima, e as concedidas por sua filha e herdeira, Maria das Dores Martins; Maria era mãe do senador Gaspar Silveira Martins. É preciso notabilizar, aqui, o relato do Sr. Reovaldo Rodrigues, sobrinho da Sra. Neusa Maria, que vinculou a presença de pessoas negras escravizadas na Comunidade fronteira da Vila da Lata às estâncias dos descendentes de João Antônio Martins, isto é, a família Silveira Martins. Segundo Reovaldo:

Os negros lá da Lata são tudo descendente dos escravos da família Silveira Martins, aquela região era tudo estância dos Silveira Martins, tanto do lado uruguaio, como do lado brasileiro, por isso que eles estão tudo lá até hoje, tu não vê que tem uns até que são Silveira e uns que são Martins? É por isso [se referindo à família Silveira Martins] (Vila da Lata, setembro, 2009).

Na figura 8 consta a Carta de Liberdade concedida por Maria das Dores à africana chamada Rufina, condicionando a liberdade da escravizada à prestação de serviço até a sua morte.

Figura 8 – Carta de Liberdade de Rufina, escrava africana



Fonte: Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

Ainda sobre a pesquisa documental das cartas de liberdade concedidas por João Antônio Martins, encontrei a que foi concedida à escravizada chamada Lina. O Dignatário Martins concedeu liberdade a Lina sob a condição de ela realizar o pagamento de 300 pesos de prata, conforme consta no extrato da referida carta:

Sr. João Antônio Martins; dt.conc. 15-12-42; dt. reg. 07-05- 45; da Vila de Melo, República Oriental (Livro 1, p. 60 r). Desc.: A carta foi concedida mediante pagamento, pela escrava, de 300 pesos de prata. A escrava era nascida em casa do outorgante em o Brasil.

As cartas de liberdade³⁷ concedidas por João Antônio Martins e Maria das Dores Martins foram conferidas em maior número a mulheres negras escravizadas. Este dado é consoante com os dados de outras localidades brasileiras do período colonial e imperial, que também atestam que as mulheres

³⁷ As Cartas de Liberdade encontradas em 2010 no Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

negras tinham mais probabilidade de receber as alforrias, como foi o caso da Bahia (século XIX), Rio de Janeiro (1807-1831) e São João Del Rei (1774-1831), de acordo com os estudos de Katia de Queiroz Mattoso, Mayra Karasch e Scheila de Castro Farias, respectivamente (PEIXOTO, 2022).

A perspectiva empreendida por alguns historiadores acerca das mulheres negras serem alforriadas em maior número por cartas de liberdade se concentra em vários argumentos, dentre eles: de que a família escravizada investia na alforria das mulheres, pois assim a liberdade da próxima geração estaria garantida, tendo em vista que a liberdade era transmitida aos filhos e às filhas (FARIA, 1989; EISENBERG, 1989). Também há o argumento de que as mulheres negras, por viverem na intimidade com os senhores e envelhecerem mais rápido, faziam com que seus preços fossem inferiores (MATTOZO, 1972). Além disso, pesquisadores sustentam que “a resistência física e menor produtividade” (MATTOZO, 1972, p. 27) explicariam esse maior número de alforrias para as mulheres negras.

Importante destacar que uma boa parte das mulheres negras escravizadas da região fronteira Vila da Lata utilizava várias estratégias para adquirir as cartas de liberdade, o que significava o início da sua mobilidade sócio-ocupacional, pois a alforria mesmo “sob condição inscrevia o escravo em outro patamar” (PEIXOTO, 2022, p. 131). Assim, ao analisar algumas cartas de liberdade concedidas por integrantes da família Martins a mulheres negras, é possível apontar prováveis estratégias de mobilidade sócio-ocupacional adotadas por essas mulheres para receberem as cartas de liberdade, dentre elas: a prestação de bons serviços e a paciência.³⁸ Importante ressaltar que a noção de estratégias se tornou central nos estudos das ciências sociais. Pierre Bourdieu, por exemplo, mostra que a estratégia coletiva é o “produto de uma combinação das estratégias dos agentes interessados que tende a conferir aos seus respectivos interesses o peso correspondente à sua posição no momento considerado na estrutura das relações de poder dentro da unidade doméstica” (1980, p. 312).

Com base nisto, acentua-se que as estratégias das mulheres negras, historicamente no Brasil, se inscreviam como necessárias para manter uma

³⁸ Slenes (1997), no seu trabalho, trata das estratégias de paciência realizadas por pessoas escravizadas.

relação “estável” com o senhor e para que não houvesse a quebra da condição imposta nas cartas de liberdade, garantindo o acesso a um novo *status* social, como libertas. Além das estratégias da paciência e da prestação de bons serviços, também é possível extrair das cartas de liberdade que algumas mulheres negras acessavam moedas estrangeiras (prata) e que almejavam ascender socialmente, pois faziam economias de pratas para comprar a sua liberdade.

Em 2009, em uma conversa realizada com Basílio Silveira aos 79 anos (*in memoriam*), reconhecido na época pela comunidade como guardião da memória coletiva (Figura 9), foi relatado que Eustáquio ofereceu os serviços de sua mãe, Joana Silveira, nas estâncias do Uruguai, após ela ter manifestado interesse na compra de uma casa de palha na Vila da Lata. Joana teve que ir morar no Uruguai e realizar serviços domésticos por quase quatro anos na fazenda da família Silveira para conseguir pagar Eustáquio e tornar-se proprietária da sua moradia e, assim, deixar de viver como agregada nas estâncias, local onde exercia as suas atividades ocupacionais. Numa outra entrevista realizada com Basílio Silveira em fevereiro de 2010, ele relatou que:

De primeiro, nos vivia esparramado nas estâncias, nos vivia como agregados nas estâncias, propriedade eu não tinha, era alugada, então ela se empregou [refere-se à sua mãe] pra comprar esse terreno, então o dono do campo disse pra ela que, se ela ia se empregar, que ele ia fechar o terreno, fazia uma casa e ia até onde ela estava pra entregar a chave para ela. Bueno [...], Quando daí de um ano e pouco o home foi lá entregar a chave, a casa tava pronta e o terreno tava fechado. Ela pagou ele, teve que trabalhar mais dois anos e veio embora, porque ela dizia que tinha que se emprega só para pagar a casa [...] o dono do terreno aqui era o Eustaquio Fernandes, um castilhana que vendia e fazia as casas, ele era dono de tudo isso aí. Nós tinha que fazer as casa tudo de palha, porque o terreno não prestava para fazer de torrão. Bueno [...], ele fez um loteamento e vendia, uns comprava dois, outros compravam um, nessa época, ele vendeu o terreno, tapo, fez o arame e a casa e foi lá cobrar, entendeu? acabou cobrando 100 pesos, nessa época há mais de setenta anos atrás. Bueno, hoje 100 pesos é 10 reais. Quando a gente comprou a casa aqui, tinha um monte de casas, agora que não tem mais nada, tinha muito mais de 100 moradores (Basílio Silveira, Aceguá/Brasil, fevereiro de 2010).

Figura 9– Basílio Silveira na frente da sua casa em 2010



Fonte: Crédito meu, janeiro de 2010, Aceguá

Essas estratégias também aparecem em conversas com Sra. Gleci Lima Diogo (Figura 10), filha caçula de Isolina Lima³⁹ que comprou um lote de terra na Vila da Lata, de Eustáquio da Costa Fernandes. Sra. Gleci também afirmou que as mulheres negras trabalhavam nas estâncias da região, seja no Uruguai, ou no Brasil, com o objetivo de quitarem o pagamento da compra dos lotes na comunidade.

Ela [Isolina Lima] comprou aquele terreno, porque veio trabalhar aqui, nas estâncias, mas ela nem parava aqui, passava trabalhando nas estâncias de cozinheira das estâncias, ela ia de empregada e eu também, eu trabalhava num serviço cuidando das crianças, ia atender as casas, eu ia com 10, 11 anos, aí com essa idade eu também já comprei o meu terreno aqui na Lata, eu já trabalhava nas estâncias (Sr^a Gleci, Aceguá, fevereiro de 2010).

³⁹ Importante salientar que após pesquisa cartorial encontramos a certidão de nascimento de Isolina Lima, constando que ela nasceu no dia 6 de setembro de 1884, no distrito de Aceguá, no lugar denominado “Lata”.

Este relato da Sra. Gleci reafirma o modo pelo qual o trabalho nas estâncias foi uma estratégia para as mulheres negras da comunidade comprarem as suas terras e casas para moverem-se, mesmo que de forma limitada, na estrutura social e assim deixarem de viver como agregadas das estâncias. Também mostra os condicionamentos desiguais que as crianças negras da Vila da Lata passavam e passam na infância, impedindo um futuro profissional para alcançarem índices mais altos de mobilidade sócio-ocupacional; em virtude das oportunidades desiguais, são obrigadas a se inserirem precocemente em subcontratações de atividades domésticas.

Figura 10 – Dona Gleci Lima Diogo no cemitério da Vila da Lata acendendo uma vela no Dia de Finados para a sua mãe, Isolina Lima



Fonte: Crédito meu, novembro de 2009, Aceguá

Para além das estratégias já mencionadas, durante o trabalho de campo em 2010, Sr. Reovaldo mencionou que provavelmente Eustáquio da Costa Fernandes concedia lotes de terras e casas de palha também para as mulheres negras com as quais ele mantinha relacionamento amoroso. Segundo ele:

Eu, pra mim, esse Eustáquio Fernandes era um cara muito bem de vida, aproveitador e vivia com 4 ou 5 mulheres lá e teve filhos com várias e acabou dando uma casinha para cada uma, eu entendo que foi assim, os estancieiros faziam isso, os negrinhos para escravo e as negrinhas para mulher, eles tinham filho pra tudo que era lado lá (Sr. Reovaldo, Aceguá, fevereiro de 2010).

Aqui, é importante observar como a sexualidade da mulher negra era também vista, em certa medida, como um recurso para a mobilidade social. Essas mulheres vivenciavam múltiplas explorações; além do trabalho braçal, também possivelmente eram submetidas a trocas de favores sexuais ou estupros, reforçando os estereótipos e os estigmas relacionados à hipersexualidade das corporeidades negras. Como já mencionado, não eram as escolhidas para o casamento, mas sim para trabalhar, e em alguns casos para favores sexuais em troca de alguns benefícios econômicos para atender a algumas de suas necessidades cotidianas, tendo em vista que esses favores não foram necessariamente eficazes para saírem das condições de precariedades vivenciadas por elas e suas famílias. Tais experiências também mostram a tática e a lógica de relações de poder e de dominação perversa de raça, gênero e classe pelas quais algumas dessas mulheres negras provavelmente foram submetidas.

Essas múltiplas estratégias ocupacionais de mobilidade social também foram importantes para que algumas dessas mulheres conseguissem usufruir de sua liberdade, sem depender e viver como agregadas nas estâncias, tendo em vista que a necessidade das famílias dos estancieiros por mão de obra leal e barata criou um sistema de dependência, fazendo com que elas se mantivessem como agregadas nas próprias estâncias e em casas de família, mesmo após a Abolição.

Neste sentido, mensurar a mobilidade sócio-ocupacional das mulheres negras da Vila da Lata, a partir da dimensão sócio-ocupacional da filha em relação ao estrato materno, é imprescindível para se terem dados mais fidedignos e entender melhor a (i)mobilidade dessas mulheres, tendo em vista

que a possibilidade de conseguir comparar as ocupações pelo fato de serem mulheres é maior. Nesse ínterim, a análise das ocupações ocorrerá a partir da primeira ocupação da filha em relação à mãe (ocupação da mãe quando a filha tinha 15 anos) e para o trabalho atual da filha em relação à condição materna. Adotarei a mesma lógica entre sobrinha e tia, neta e avó, para que possamos mensurar as mudanças sócio-ocupacionais de diferentes gerações de mulheres negras originárias da Vila da Lata.

Outro ponto importante a ressaltar é a continuidade desse processo de (i)mobilidade social através da Sra. Gleci Lima Diogo, que com 11 anos de idade já trabalhava como “cuidadora de crianças” nas estâncias para comprar lote de terra. Este fato mostra um ciclo de imobilidade sócio-ocupacional entre as mulheres negras da comunidade, que se caracterizava pela entrada precoce na estrutura ocupacional e que, em decorrência disso, acabavam sem acessar os bancos escolares, interferindo diretamente na sua mobilidade ocupacional ascendente.

Para essas mulheres, trabalhar nas estâncias da região fronteira e morar como agregadas no local de trabalho foram durante muito tempo as únicas estratégias e possibilidades de elas se tornarem proprietárias da sua terra e casa, e passarem a trabalhar na sua própria terra para garantir uma economia de subsistência e, assim, moverem-se, mesmo de forma limitada, na estrutura sócio-ocupacional, tendo em vista que no pós-Abolição o Estado brasileiro não implementou nenhuma política reparatória referente ao período de escravidão, e muito menos políticas de acesso à terra e casa para a população negra, uma realidade bem diferente das pessoas migrantes brancas e europeias que aqui chegaram.⁴⁰

Feitas estas considerações, chega-se a um fecho que aponta para algumas raízes da estratificação racial e social da região fronteira de Aceguá, que culminou em processos desiguais de mobilidade sócio-ocupacional entre pessoas brancas e negras. Em suma, pessoas brancas de descendência portuguesa foram de forma geracional privilegiadas pelo poder político e

⁴⁰ A Carta Régia de 23 de setembro de 1811 permitiu que o Império concedesse terras para o estabelecimento de uma colônia irlandesa no Rio Grande do Sul. O Decreto de 16 de maio de 1818 estabelece as condições para o assentamento de uma colônia suíça formada por 100 famílias no Rio de Janeiro, através das ofertas de pagamento de despesas de viagem para toda a família, além do alojamento provisório para sua instalação (SILVA, 2020, p. 27-28).

econômico, a começar pelas concessões de terras, em detrimento de barreiras geracionais de mobilidade impostas às pessoas negras, especialmente ao introduzi-las na região como escravizadas.

Em síntese sobre o que se discutiu neste item, foi possível apreender como é primordial analisar a história da estratificação racial e social da região fronteira de Aceguá, mesmo que de forma breve, para avançarmos na análise da constituição da (i)mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras na região fronteira de Aceguá, especialmente as oriundas da Vila da Lata. Neste sentido, pensando no modo como se articulam os processos de (i)mobilidade sócio-ocupacional na contemporaneidade com as mulheres negras da comunidade, no item seguinte será feita uma análise sobre a (i)mobilidade sócio-ocupacional e a interseção de raça, gênero e classe.

4.2 – Mobilidade sócio-ocupacional: interseccionalidade de raça, gênero e classe

Este item focará na abordagem interseccional das categorias raça, gênero e classe. Neste sentido, farei uma discussão sobre mobilidade sócio-ocupacional no Brasil para analisar como a estrutura opressora que articula raça, gênero e classe se reproduz no contexto da mobilidade de mulheres negras para chegar ao estudo dos dados empíricos das mulheres negras originárias da Vila da Lata, que serão cruciais para aprofundar as avaliações críticas.

Ao iniciar este item primeiramente apresento as seis mulheres negras originárias da Vila da Lata que são interlocutoras-chave nesta pesquisa⁴¹. Começo a apresentação com as que são consideradas guardiãs da comunidade. Depois de alguns meses planejando a entrevista com a Sra. Neusa Maria Larrosa Silveira, no dia 23 de abril de 2024, rumei de Pelotas a Bagé, pernoitei na cidade e no outro dia pela manhã fui à comunidade da Vila da Lata/Aceguá

⁴¹ Como já mencionado anteriormente, para assegurar a privacidade de suas identidades e experiências, por minha opção, com exceção das guardiãs da comunidade Sr. Gleci e Neusa Maria utilizo nomes fictícios para as demais mulheres negras originárias da Vila da Lata que são interlocutoras-chave nesta pesquisa. A escolha dos nomes fictícios é uma homenagem as mulheres que se destacaram na luta quilombola, como Dandara Palmares, Esperança Garcia, Anastácia Mahin e Tereza de Benguela.

para encontrá-la. Na figura 11, mostro um trecho da estrada que percorri para chegar à Vila da Lata e, na figura 12, destaco a entrada da comunidade.

Figura 11 – Estrada que liga o Município de Aceguá/BR à Vila da Lata



Fonte: Crédito meu, abril de 2024, Aceguá

Figura 12 – Entrada da Comunidade Quilombola Vila da Lata



Fonte: Crédito meu, abril de 2024, Aceguá

Quando cheguei à Vila da Lata, fui direto à casa de Neusa Maria para encontrá-la depois de quatorze anos da última entrevista realizada com ela.⁴² Quando cheguei na casa da Neusa, percebi que a residência estava diferente, era de alvenaria (Figura 13). Em 2010 a casa era revestida de lata, barro e palha santa-fé. Ela explicou que no inverno e no período de chuva estava ficando difícil dormir na casa antiga, pois não encontrava mais palha para revestir o telhado, dificultando a permanência ali em período de chuva, pois entrava muita água pelo telhado.

Figura 13 – Eu com a Sr.^a Neusa Maria no interior de sua casa nova



Fonte: Crédito meu, abril de 2024, Aceguá.

Sra. Neusa Maria me convidou para entrar na casa nova para conhecê-la e tomar um chimarrão. Ela relatou que, depois de muitas reivindicações, o governo financiou a construção de casas novas na comunidade para quem

⁴² Em seguida da última visita que fiz na comunidade em 2010 para fazer entrevistas, defendi a Dissertação de Mestrado em Pelotas e fui morar na cidade do Rio de Janeiro; na sequência, passei um período em Paris/França. Em 2015, fixei residência em Macapá/Amapá e retornei ao Rio Grande do Sul em 2020 em plena Covid-19, retornando a Aceguá em julho de 2022, após amenizarem os efeitos da pandemia. Salienta-se que mesmo morando fora do Rio Grande do Sul, frequentemente era acionada, por questões ligadas à comunidade, seja pelo INCRA, EMATER, pesquisadores da UNIPAMPA, vereadores, secretarias do Município de Aceguá, dentre outros, para que eu pudesse ajudá-los em seus trabalhos em prol da comunidade.

quisesse. O valor da casa, segundo ela, foi de R\$ 2.000, pago em quatro parcelas de R\$ 500. Em suas palavras, a nova casa tem banheiro com vaso e pia, cozinha, o seu quarto e um outro quarto para receber visitas e seus bisnetos.

Ao pesquisar dados sobre as construções das casas na Vila da Lata, encontrei-os uma reportagem relativa à entrega para as famílias da comunidade, que a construção ocorreu através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR).⁴³ Abaixo consta a figura 14 relativa à casa antiga da Sra. Neusa Maria e a figura 15, que registra a casa nova. Elas foram tiradas, respectivamente, em fevereiro de 2009 e abril de 2024 na Vila da Lata/Aceguá.

Figura 14 – Casa antiga



Fonte: Crédito meu

Figura 15 – Casa nova



Fonte: Crédito meu

⁴³ Sobre a reportagem, está disponível em: <https://kn.org.br/oq/2014/04/15/quilombolas-de-acegua-recebem-habitacoes-numa-parceria-do-estado-com-uniao/>. Acessado em 10/11/2024.

A Sra. Neusa Maria, 85 anos, salienta que a idade que consta na sua Carteira de Identidade não é verdadeira e que tem bem mais. Começou a trabalhar aos 10 anos de idade nas estâncias da região fronteira, fazendo de tudo, desde construção de açude à peoa de estância. Atualmente mora sozinha na Vila da Lata e se recusa a sair da comunidade para morar com os filhos em Bagé. Nas palavras dela, “quero morrer aqui na Lata” (Neusa Maria, Vila da Lata/Aceguá, abril de 2024).

Durante o período do trabalho de campo de doutorado, entre fevereiro de 2022 e janeiro de 2024, tentei agendar entrevista com a Sra. Gleci Lima Diogo, que tinha 78 anos (na Carteira de Identidade), mas como estava acamada e bem debilitada, achei prudente não me encontrar com ela, pois quando falei com a filha dela sentia que estava muito preocupada com a saúde da mãe. Portanto, optei por entrevistar as sobrinhas-netas e a neta da Sra. Gleci, além de reanalisar as entrevistas que havia feito com ela em 2009 e 2010 na ocasião da pesquisa de campo do meu mestrado.

A Sra. Gleci era aposentada, viúva e teve a sua primeira ocupação aos 11 anos de idade como babá nas estâncias da região para conseguir pagar o seu terreno na Vila da Lata. De acordo com as sobrinhas, ela se recusava a sair da comunidade para morar com as filhas na cidade de Bagé, mas em 2021, durante a pandemia, ficou doente e acabou indo para esta cidade para ter melhor acesso ao Sistema de Saúde Pública, no entanto, veio a falecer em junho de 2024, em Bagé.

Anástacia, Dandara e Esperança nasceram na Vila da Lata e saíram de lá ainda crianças com seus familiares para buscar uma vida melhor fora da comunidade. O meu encontro com Dandara ocorreu por intermediação da Mara, ex-secretária de Cultura do Município de Aceguá e professora de português da rede estadual de educação em Bagé. Mantenho interlocução com a Mara desde 2009, por ocasião da minha pesquisa de campo do mestrado em Aceguá. Ao avisar à Mara em 2022 que estava indo em julho para Aceguá para entrevistar mulheres negras originárias da Comunidade Quilombola Vila da Lata, ela comentou:

Tenho uma joia rara para te apresentar então, o nome dela é Dandara, faz estágio de português comigo na escola, ela é da Vila da Lata e está fazendo Letras na UNIPAMPA, será muito bom se fizeres entrevista com ela, ela fala bastante e saberá te

contar muitas coisas, podem conversar aqui em casa se precisarem (Mara, Bagé, junho de 2022).

Agendei uma entrevista com a Dandara em julho de 2022, na residência da Mara, local em que ficaria hospedada em Bagé para a primeira etapa do trabalho de campo. Dandara, 55 anos, é mãe de dois filhos, casada e empregada doméstica. Saiu da Vila da Lata com pai, mãe, irmãos e irmãs para uma estância na região fronteira de Aceguá e, posteriormente, foram para Bagé. Seu pai queria que seus filhos estudassem em Bagé, mas, chegando lá, teve que começar a trabalhar para complementar a renda familiar. A sua primeira inserção ocupacional foi aos 15 anos como babá. Atualmente, Dandara atua como trabalhadora doméstica com carteira assinada na cidade de Bagé e é discente do Curso de Licenciatura em Letras na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), tendo acessado o curso pelas políticas de ações afirmativas voltadas para pessoas negras. Nas palavras dela:

Para estudar não foi fácil, mas consegui fazer um técnico em contabilidade, não consegui trabalho na minha área, não consegui trabalho, né? A princípio eu vou ser bem sincera, eu queria fazer magistério, mas a minha mãe não tinha como comprar material, então eu fui fazer o técnico, até porque eu não tinha condições de ir pra faculdade, não tinha universidade federal aqui na época, então eu ficava muito triste, mas eu não desisti, eu nunca parei, sempre fazendo cursos, fazendo cursinhos, fazendo cursos no SENAC, eu nunca parei, entendeu, sempre tentando, tentando melhorar, mas nunca consegui trabalho na área, um trabalho assim que não fosse de doméstica nunca consegui, era sempre babá e doméstica. Aqui na cidade não oferecem chances, depois mudou um pouco ou tu trabalhas no mercado ou de doméstico, depois mudou mais um pouco, ou tu faz magistério, trabalha no mercado ou de doméstica, só que para fazer magistério tinha que ter um pouco de dinheiro para comprar os materiais, só que da minha trajetória de doméstica eu consegui formar o meu filho engenheiro na UNIPAMPA e o outro está estudando Computação também na UNIPAMPA, por isso que te digo eu sigo sempre na batalha, eu chegava do trabalho e dizia pra eles: vamos estudar, vamos fazer os temas, eu carregava eles para a escolinha, para a creche, eu sempre fui assim, saio para trabalhar com eles embaixo do braço para já deixar na escolinha, voltava do trabalho e pegava eles. Passei muito trabalho com eles, mas nunca desisti deles, sempre incentivei eles a estudarem, e agora o meu filho se formou, eu não queria para eles o que eu tinha conseguido, que era o emprego de doméstica, eu queria que eles fossem para frente, e como tinha a oportunidade da universidade federal aqui, era o momento deles estudarem, eles

não podiam perder essa oportunidade, e outra, eu trabalhava, eu podia comprar sapato e roupa para eles irem para a faculdade, coisa que minha mãe não podia, eu podia pagar o ônibus para ele ir para a faculdade, coisa que a minha mãe também não podia, meu pai sempre falava: tem que estudar, tem que estudar, então, para ele ter oportunidade melhor, emprego melhor, tem que estudar. (Dandara, Bagé, julho de 2022).

Já o meu encontro com Anastácia ocorreu em abril de 2024 por intermediação da Dandara, que havia entrevistado em julho de 2022 e em abril de 2024, por indicação da Mara. Para entrevistar Anastácia, fui até a cidade de Bagé, pois depois que ela saiu da Vila da Lata para morar na cidade há mais de quarenta anos, nunca mais voltou a morar na comunidade. O encontro ocorreu na casa do seu patrão, pois ele estava viajando e autorizou a realização da entrevista na residência. Segundo ela: “como ele é professor da UNIPAMPA, ele entende a importância de fazer pesquisa, ele disse que, se quiséssemos, podíamos ficar no escritório dele”, mas optei por ficar na sala e não entrar no ambiente de trabalho do patrão da Anastácia.

Anastácia, 52 anos, é mãe de três filhos, solteira e atualmente trabalha como empregada doméstica com carteira assinada. Saiu da Vila da Lata com mãe, pai, irmãs e irmãos para tentar uma vida melhor, primeiramente, em uma estância em Aceguá e, após um ano, foram para Bagé. Nesta última cidade, com 13 anos de idade, cursava o ensino fundamental pela manhã e trabalhava em “casa de família” à tarde como babá para complementar a renda familiar. Recentemente, ela entrou no Curso de Licenciatura em História, na Faculdade UNINA, e sua única filha mulher é pedagoga formada pelo Centro Universitário da Região da Campanha (URCAMP), que cursou através da bolsa PROUNI, atualmente trabalha como professora de educação infantil na Cidade de Santa Maria.

O meu encontro com Esperança ocorreu em julho de 2022 na casa onde eu estava hospedada na cidade de Aceguá para realizar o trabalho de campo. Conheci Esperança por indicação da sua mãe, Neusa Maria, mas como a Mara também a conhecia, me levou no Restaurante España, na Avenida Internacional, em Aceguá/Brasil, para falar com ela e saber da sua disponibilidade para entrevistá-la. Como tinha disponibilidade, o encontro foi realizado no mesmo dia, logo após ela finalizar a faxina que estava fazendo no restaurante.

Esperança, 45 anos, mãe de quatro filhos. Ela saiu da Vila da Lata aos 12 anos com a promessa de morar em “casa de família” na sede do Município de Aceguá para estudar, mas, ao chegar, era para trabalhar como empregada doméstica sem carteira assinada em “casa de família” em duas cidades, em Aceguá e em Bagé. Passou uma boa parte de sua vida trabalhando como trabalhadora doméstica, mas nos últimos anos mudou a sua ocupação para trabalhar como faxineira e cozinheira autônoma, fazendo comida, bolos e pães para vender. Nas palavras dela, “agora estou livre, não tenho mais ninguém para me mandar, trabalho por conta própria”. Ela tinha o ensino fundamental incompleto e sonhava em fazer supletivo para concluir o ensino fundamental e o médio.

O encontro com Tereza ocorreu na minha ida à comunidade em abril de 2024. Eu a conhecia desde 2009, por ocasião da pesquisa de campo do mestrado realizada entre 2009 e 2010 e, desde então, passei a ter interlocução com ela e com os avós dela, a Sra. Glecia e o Sr. Gines. Tereza, 25 anos, é casada, mãe de dois filhos e com o ensino médio incompleto. Começou a trabalhar com 7 anos nas hortas da família e cuidando dos animais que tinham, como: galinha e ovelha para garantir a sua subsistência e de seus avós; atualmente ela tem a sua horta e alguns animais, mas está desempregada e recebendo bolsa família.

Ainda criança, Tereza, foi morar com os avós na comunidade, pois sua mãe casou-se e foi trabalhar no Uruguai, deixando-a aos cuidados dos avós. Desde então ela nunca mais saiu do local, diz que a comunidade está se esvaziando, pois não tem mais emprego na região. Nas palavras dela: “hoje em dia só plantam soja e arroz, isso não dá emprego para nós, mas daqui eu não saio, eu quero ficar aqui, o que adianta ir para Aceguá, Bagé e Uruguai sem estudo, vou passar trabalho, então fico aqui que tenho a minha casa” (Tereza, Vila da Lata, abril de 2024). Abaixo estão os registros fotográficos realizados em 2009 com Tereza e seus avós, a Sra. Gleci Lima Diogo e o Sr. Genis Diogo (Figura 16) e o registro feito em abril de 2024 na Vila da Lata com Tereza e eu (Figura 17).

Figura 16– Sra. Gleci, o Sr. Genis e Tereza



Fonte: Crédito meu, fevereiro de 2009, Aceguá

Figura 17 – Tereza e eu



Fonte: Crédito meu, abril de 2024, Aceguá

Após apresentar Neusa Maria, Gleci, Anástácia, Dandara, Esperança e Tereza, a partir das suas experiências de vida como mulheres negras, pretendo relacionar o conceito de interseccionalidade com as questões que pulsam em suas (i)mobilidades sócio-ocupacionais. Neste sentido, trago no quadro 2 o perfil dessas seis mulheres negras com as quais realizei as entrevistas:

Quadro 2 – Perfil das entrevistadas

Nome	Raça/cor	Gênero	Principal ocupação/Renda/Classe	Escolaridade	Idade	Moradia
Neusa Maria	Negra	Mulher	Trabalhadora rural/Aposentada/1salário-mínimo	Analfabeta	85 anos	Vila da Lata
Gleci	Negra	Mulher	Trabalhadora rural/Aposentada/1salário-mínimo	Analfabeta	78 anos	Vila da Lata/Bagé
Anastácia	Negra	Mulher	Empregada Doméstica/Universitária/1salário mínimo	Ensino Superior Incompleto	52 anos	Bagé
Dandara	Negra	Mulher	Empregada Doméstica/Universitária/1salário-mínimo	Ensino Superior incompleto	55 anos	Bagé
Esperança	Negra	Mulher	Empregada doméstica-Diarista/Cozinheira autônoma	Ensino fundamental incompleto	45 anos	Aceguá/Brasil-Sede
Tereza	Negra	Mulher	Trabalhadora rural/Desempregada/Bolsa família	Ensino Médio incompleto	25 anos	Vila da Lata

Fonte: Elaboração da autora da tese

O quadro 2 apresentado fornece informações importantes sobre o perfil das mulheres negras originárias da Comunidade Quilombola Vila da Lata de diferentes gerações. Na pesquisa foram entrevistadas seis mulheres negras, sendo duas trabalhadoras rurais/aposentadas, duas empregadas domésticas com carteira assinada, sendo estas duas universitárias, uma diarista/cozinheira autônoma e uma trabalhadora rural/desempregada, tendo elas entre 25 e 85 anos de idade; todas se autodeclararam negras.

Os locais escolhidos para as nossas conversas foram sugeridos por elas para que se sentissem à vontade para conceder as entrevistas. Neusa Maria, Gleci e Tereza optaram por fazerem em suas próprias casas. Anastácia, como estava sozinha na casa de seu patrão, preferiu fazer no horário de trabalho para “render” o tempo; nas palavras dela, “o tempo é muito corrido”. Já Dandara e Esperança preferiram ir ao meu encontro nos lugares onde eu estava hospedada em Bagé e Aceguá para fazermos as entrevistas. O quadro-perfil das entrevistadas busca neste primeiro momento sistematizar as interseções de raça, gênero e classe que atravessam essas mulheres negras, além de trazer alguns subsídios para compreendermos mais adiante os mecanismos de opressão que recaem sobre elas em situação de (i)mobilidade sócio-ocupacional na fronteira-Brasil/Uruguai.

Pensando no modo como o processo de mobilidade social de mulheres é muitas vezes propagado em nosso país, começo a reflexão teórica sobre o tema trazendo a obra do sociólogo Carlos Antônio Costa Ribeiro *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil* (2003), que se propõe a apresentar os padrões de mobilidade social no Brasil entre 1973 e 1996 para refletir. O autor faz uma discussão acerca da mobilidade social das mulheres, mercado de trabalho e casamento, e salienta que há uma lacuna nas suas análises, tendo em vista que não houve um exame dos padrões de mobilidade social das mulheres; no entanto, o autor pede que a crítica a essa lacuna seja feita com cautela, pois, segundo ele:

grande parte das mulheres entre 25 e 64 anos de idade não está no mercado de trabalho e, portanto, tem sua posição de classe definida por outros membros de sua família ou por sua última ocupação. Mesmo as mulheres que estão no mercado de trabalho de forma consistente costumam se casar com homens que têm posições de classe com *status* socioeconômico mais alto do que as suas. Portanto, a posição de classe de cada família pode, na maior parte dos casos, ser definida a partir da posição de classe dos homens (RIBEIRO, 2003, p. 209).

Essa maneira de analisar a mobilidade social das mulheres, típica de diversos países industrializados do Norte Global, chamada de “visão convencional”, construiu uma corrente sociológica que entendia que a melhor forma de pesquisar a mobilidade das mulheres consistia em analisar a relação entre a classe social de seus pais e a de seus maridos (GOLDTHORPE, 1993). Para adeptos dessa visão convencional, como, por exemplo, Scalon (1999),

Erickson (1993) e Goldthorpe (1993), a mobilidade das mulheres deveria ser analisada através do casamento e não pela entrada no mercado de trabalho. Eles entendiam que os estudos de estratificação social e desigualdade deveriam ser a família e não o indivíduo, ficando nítida a noção da mulher como sujeito único e vinculada ao casamento. Portanto, para essa corrente, a família e não o indivíduo, deveria ser a unidade de análise dos estudos de desigualdade e estratificação social.

No entanto, com o crescimento das mulheres brancas no mercado de trabalho, a partir da década de 1960, os estudos de gênero passaram a criticar fortemente essa “visão convencional”, pois entendiam a necessidade de estudar as atividades das mulheres dentro e fora das unidades familiares, até porque os estudos que utilizavam os homens (o pai ou o marido) para pesquisar a estrutura ocupacional⁴⁴ das mulheres restringiam as análises, pois inúmeros aspectos da estratificação deixavam de ser observados, como, por exemplo, as desigualdades de gênero (RIBEIRO, 2003).

Ao pesquisar a mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras, devemos nos atentar para o fato de que durante muito tempo perdurou a ideia da mulher como sujeito único, na qual os movimentos feministas hegemônicos⁴⁵ construíram pautas de lugares únicos, levantando reivindicações como se contemplassem todas as mulheres. Um importante exemplo que podemos mencionar são as lutas feministas para a inserção de mulheres brancas no mercado de trabalho, pois ainda que fosse uma luta importante, não trazia o lugar de experiência e de fala das mulheres negras, que desde a escravização e no pós-Abolição já “trabalhavam”, inclusive de forma forçada e sem salário para os colonizadores e suas famílias brancas.

Deste modo, é importante refletir sobre os questionamentos que os feminismos negros trouxeram para a categoria de mulher como unicidade, pois deram destaque à categoria de raça/cor, sobretudo com a finalidade de mostrar as desigualdades que uma mulher negra vivência numa sociedade racista e

⁴⁴ Estrutura ocupacional diz respeito à ocupação dos indivíduos, enquanto a estrutura de classes refere-se às famílias que constituem as unidades básicas das posições de classe (RIBEIRO, 2003).

⁴⁵ Mulheres negras têm construído críticas teóricas aos feminismos hegemônicos, como, por exemplo, Angela Davis (2016), Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), Bell Hooks (2019, 2022), Audre Lorde, Sueli Carneiro (2011), Beatriz Nascimento (2021), Lelia Gonzalez (2020), dentre tantas outras intelectuais negras.

sexista, tanto que os feminismos negros acusam o racismo e o sexismo de colocarem estruturalmente a mulher negra em um lugar de subordinação. Esses questionamentos causaram várias indisposições, sejam por parte das feministas brancas, sejam por parte dos movimentos negros, pois a interseção das categorias de raça e gênero colocava e coloca as mulheres negras num lugar de sub-representação e opressão em ambos os casos (GONZALEZ, 2020; DAVIS, 2016; CRENSHAW 1989, 2002, 2019).

Pesquisar a condição das mulheres negras em (i)mobilidade sócio-ocupacional perpassa por entender que o atravessamento das categorias de raça, gênero e classe coloca essas mulheres num espaço de sub-representação e opressão, tanto que um dos temas mais discutidos pelos movimentos feministas negros gira em torno da desconstrução dos estereótipos de raça, gênero e classe que foram construídos acerca da representação social das mulheres negras, o que interfere até hoje na trajetória de vida e na mobilidade sócio-ocupacional ascendente dessas mulheres.

Na esteira dos estereótipos interseccionais relativos à raça, gênero e classe, torna-se oportuno citar Gilberto Freyre, que na sua obra *Casa Grande e Senzala* (1933, 2005) afirma que: “Branca é para casar, mulata para foder e negra para trabalhar” (FREYRE, 2005, p. 48). Lélia Gonzalez, ao analisar esta atribuição que Freyre fez às mulheres amefricanas (pardas e mulatas) salienta que atribuir a elas esses papéis “é abolir sua humanidade, seus corpos são vistos como corpos animalizados: de certa forma, são os ‘burros de carga’ do sexo [...] verifica-se como a superexploração socioeconômica se alia à superexploração sexual das mulheres amefricanas” (GONZALEZ, 2020, p. 149).

Ao analisar a descrição da mulher negra na “concepção” deste sociólogo branco e elitista, que teve forte influência “intelectual” sobre o Estado brasileiro (como vimos no capítulo 2), é possível apreender a genealogia da construção social que a elite branca deste país fez das mulheres negras. De tal modo que, ao construir o Quadro-Perfil interseccional de raça, gênero e classe das seis mulheres negras entrevistadas da Vila da Lata, verificamos que todas foram direcionadas a ocupações idealizadas por essa elite como pertencentes a elas, sendo espaços laborais de subserviência e de salários baixos.

Esta concepção da elite branca do período colonial, imperial e que vimos ser expressa na obra de Gilberto Freyre, que via/vê a mulher negra como força

de trabalho, fez parte da dinâmica ocupacional da região fronteira de Aceguá e da vivência das mulheres negras originárias da Vila da Lata, sendo possível tomar como exemplo o relato da Sra. Neusa Maria, considerada uma das anciãs da comunidade da Lata:

comecei a trabalhar com 10 anos, fazendo açude, carreteando, areando a terra, carregando lenha, cuidava de animal, tudo isso eu fazia, com uns 10 anos, no posto... posto é uma casa afastada da estância, era aonde nos trabalhava, eu também ficava de peão, cuidando de tudo que é tipo de animal, tudo era eu, em tempo de seca eu mudava os animal de um campo para outro, levava os animal para os outros campo, depois levava de volta, eu fazia de tudo, eu trabalhei como homem, no serviço braçal, cuidava cavalo, ia lá no Uruguai cuidar de cavalo, eu andava como um homem a cavalo para cuidar desses campo (Sra. Neusa Maria, Vila da Lata/Aceguá-Brasil, abril de 2024).

Outro relato que traduz esse estereótipo da mulher negra como força de trabalho é o de Esperança, filha da Sra. Neusa Maria, cujo trabalho foi apresentado ainda na sua infância. Esperança, como a sua mãe Neusa Maria, também começou a trabalhar ainda criança, com 12 anos de idade, como empregada doméstica, em troca de roupa usada, alimentação e moradia, sem direito à remuneração e à carteira assinada. Nas palavras dela:

Eu tinha quase 12 anos por aí quando aquela bruxa foi na Vila da Lata procurando alguém pra companhia dela pra estudar, pra vestir, calçar, coisa e tudo. Cheguei aqui (Aceguá) era outra coisa bem diferente. A minha mãe não tinha condições de me sustentar, aí ela pegou tá deixou.... aí cheguei aqui era pra limpar duas casas. Eu lavava, aspirava, subia num banquinho para cozinhar, era uma casa aqui em Aceguá e outra casa em Bagé, com 12 anos já fazia tudo, aprendi na marra, na marra, tinha que fazer, tinha que fazer [...] a roupa que ela me dava era tudo roupa usada, tudo rasgado e usado. A nora dela chegava na casa e dizia: Esperança, vamos estudar e a minha patroa dizia: a Esperança não está aqui pra estudar, ela está aqui pra trabalhar [...] eu só trabalhava, eu lavava, limpava, cozinava, fazia tudo, tinha que fazer com 12 anos, 13 anos já fazia tudo que tinha que fazer, tudo isso aí. Passava frio, passava de tudo, de tudo um pouco [...] Não conhecia a cor do dinheiro, só queria comprar uma bala, comprar alguma coisa pra mim, mas era só ir lá no campo, fazer as coisas no campo, ajudar ela no campo era escravidão, escravidão, escravidão, eu era escrava, escrava mesmo (Esperança, Aceguá, julho de 2022).

O relato da inserção “ocupacional” de Neusa Maria aos 10 anos, que trabalhava como “homem”, e o de Esperança aos 12 anos, que se via como escrava, revelam uma prática geracional imposta a essas mulheres negras, mesmo após a abolição no país, na qual é impossível pensar o “trabalho”

realizado por elas e de tantas outras mulheres negras da comunidade a partir de matrizes de pensamento único, como, por exemplo, a divisão sexual do trabalho, pois seria uma análise superficial de como se constituem as relações ocupacionais baseadas em raça, gênero e classe no Brasil (TEIXEIRA, 2021). Os relatos demonstram uma prática em que é impossível analisar a inserção ocupacional de Maria e Esperança e sua (i)mobilidade ocupacional pensando apenas na categoria de gênero, ou somente na categoria de raça ou classe.

Deste modo, torna-se imprescindível considerar o conceito de interseccionalidade e a sua correlação com os marcadores sociais de raça, gênero e classe, pois são categorias vivenciadas pelas mulheres negras originárias da Comunidade Quilombola Vila da Lata, sobretudo na sua (i)mobilidade sócio-ocupacional. Utilizaremos os trabalhos e/ou as reflexões de intelectuais negras, tais como: Sojourner Truth (1851), Crenshaw (1989, 2002, 2019), Collins e Bilge (2012, 2021) e Lélia Gonzalez (1984, 1988) para analisar o conceito de interseccionalidade.

Para discutir o conceito de interseccionalidade é imprescindível rememorar o discurso proferido em 1851 por uma mulher negra escravizada, chamada Sojourner Truth, “Eu não sou uma mulher?”⁴⁶

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoitamento também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

A partir do discurso de Sojourner Truth, é possível apreender como as mulheres negras são cotidianamente e historicamente subjugadas pelo racismo, tanto

⁴⁶ O discurso foi realizado em 1851, na Women’s Rights Convention, em Akron, Ohio, Estados Unidos. Em uma reunião discutiam os direitos da mulher, Sojourner interveio, após pastores afirmarem que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens, pois são frágeis e intelectualmente débeis, dentre outras menções que fizeram contra as mulheres. Para acessar todo o conteúdo do discurso, ver: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth>. Acessado em 15 de abril de 2023.

em situações corriqueiras, como subir em uma carruagem, como em situações complexas e inadmissíveis, como ver seus filhos serem vendidos para a escravização. Os questionamentos de Truth, em 1851, levantaram pontos que posteriormente o conceito de interseccionalidade sistematizaria, tendo em vista que foi se evidenciando como a trajetória de vida, as reivindicações, o trabalho e o tratamento dado às mulheres negras eram diferentes dos das mulheres brancas.

Em 1984, no Brasil, a antropóloga e filósofa Lélia Gonzalez escreveu no artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira” sobre a relação entre o sexismo e o racismo que até então eram vistos de forma fragmentada. Gonzalez fez uma abordagem relacional entre raça e gênero para analisar as noções da figura da mulata, da doméstica e da mãe preta para compreender o lugar da mulher negra no discurso de identificação do dominado e do dominador, em se tratando do caso brasileiro, de modo especial, em face do mito da democracia racial (analisado no capítulo 2).

A antropóloga, ao trazer reflexões sobre a sociedade brasileira e o mito da democracia racial a partir do discurso da identificação da figura da mulher negra, mostra que a construção desse mito tem o objetivo de ocultar a hierarquia e a estrutura das relações sociais do país, hierarquia esta que é invertida no carnaval, pois nesse período a mulata, a doméstica e a mãe preta estão “autorizadas” a virar Rainha, Rainha do Carnaval. Neste sentido, Gonzalez sustenta que, para compreender o fenômeno do dominado e do dominador no país, é necessário entender o racismo como uma neurose cultural brasileira, que, articulando-se com o sexismo, produz sequelas ainda mais cruéis e violentas para as mulheres negras.

Em 1988, Lélia Gonzalez aprofunda e avança ainda mais suas análises e descreve em seu texto “Por um Feminismo Afro-Latino-Americano” sobre o caráter triplo da discriminação – raça, gênero e classe – que as mulheres negras e indígenas sofrem, sustentando que isto as torna mais oprimidas e exploradas pelo sistema capitalista patriarcal-racista dependente. Segundo Gonzalez:

dentro da estrutura das profundas desigualdades raciais existentes no continente, a desigualdade sexual está inscrita e muito bem articulada. Trata-se de uma dupla discriminação de mulheres não brancas na região: as amefricanas e as ameríndias. O caráter duplo de sua condição biológica – racial

e/ou sexual – as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Precisamente porque esse sistema transforma diferenças em desigualdades, a discriminação que sofrem assume caráter triplo, dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano (2020, p. 145-146).

À esteira do que propõe Gonzalez (1984, 1988), percebe-se que seu pensamento sobre a formação social e cultural do país faz uma abordagem relacional entre os marcadores sociais de raça, gênero e classe, especialmente sobre a mulher negra na constituição e na sustentação do mito da democracia racial, mito que estrutura simbolicamente a sociedade brasileira. Portanto, ela articula as categorias de raça, gênero e classe antes de ser cunhado o termo da interseccionalidade.

De tal modo que, em 1989, o conceito de interseccionalidade foi sistematizado, no artigo “Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra a doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas”,⁴⁷ pela advogada, professora universitária e feminista afro-americana Kimberley Crenshaw. Neste texto, a autora se empenha em construir uma crítica feminista negra para expor a “consequência problemática da tendência de se tratar a raça e o gênero como categorias mutuamente excludentes de experiência e análise” (CRENSHAW, 2019, p. 54).

Para autora, as mulheres negras, por vezes, são excluídas da política antirracista e da teoria feminista, pois ambas fazem apreciações seletivas e, na maioria das vezes, não expressam com exatidão a interação entre raça e gênero. Esses problemas de exclusão não podem, segundo Crenshaw:

ser resolvidos simplesmente pela inclusão de mulheres Negras dentro de uma estrutura analítica já estabelecida. Como a experiência interseccional é maior do que a soma entre racismo e sexismo, qualquer análise que não leve em conta a interseccionalidade será insuficiente para abordar o modo particular pelo qual as mulheres Negras são subordinadas. Assim, para que a teoria feminista e o discurso político antirracista adotem as experiências e preocupações das mulheres Negras, toda a estrutura que tem sido usada como base para traduzir “a experiência das mulheres” ou “a experiência Negra” em agendas políticas concretas deve ser repensada e reformulada (2019, p. 55).

⁴⁷ Posteriormente, em 1991, Kimberlé utilizou novamente o conceito em seu artigo “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra as mulheres”.

Assim, ao sistematizar o conceito de interseccionalidade, Crenshaw analisa criticamente o lugar interseccional das mulheres negras e sua marginalização estrutural, e dá um salto teórico quando propõe a interseccionalidade como uma metodologia a ser usada no combate às causas e às consequências da violência contra as mulheres negras. De acordo com a intelectual, a interseccionalidade é

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Crenshaw, em seu texto intitulado “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero” (2002),⁴⁸ frisou a necessidade de utilizar a interseccionalidade como aporte metodológico, no qual propôs um modelo provisório para identificar as várias formas de subordinação causadas pela interação das discriminações de raça e gênero. A autora também sugeriu no documento um protocolo provisório com a finalidade de identificar casos de discriminação interativa.

Como salienta Crenshaw, se observarmos os pontos históricos e contemporâneos relativos aos direitos civis e às comunidades feministas, veremos uma resistência aos problemas da interseccionalidade. Para a autora, tanto os combates ao racismo como ao patriarcado perdem ao não darem destaque à interseccionalidade, visto que

a adoção de um quadro único para a discriminação não só marginaliza as mulheres negras dentro dos próprios movimentos que as reivindicam como parte do seu círculo, mas também faz com que o objetivo ilusório de acabar com o racismo e o patriarcado se torne ainda mais difícil de atingir (CRENSHAW, 1989, p. 71).

Numa outra escala de análise, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) levantam várias questões sobre a interseccionalidade e salientam que existem diversas acepções à terminologia. Segundo as autoras, ela

⁴⁸ Publicado no Brasil em 2002.

investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2021, p. 15-16).

A partir da definição acima, é possível compreender que as relações interseccionais de poder agem de forma mútua, não podendo ser analisadas de forma isolada. Assim, dimensões que abarquem, por exemplo, raça, gênero e classe não se revelam de forma separada e mutuamente excludentes, mas se manifestam de forma integrada, como é o caso do cotidiano das mulheres negras, no qual essas relações interseccionais acabam tendo consequências em todas as esferas da convivência social (COLLINS; BILGE, 2021).

Não podemos esquecer que no Brasil as pessoas tiveram e têm estruturas de oportunidades diferentes ao longo da vida e, em se tratando de pessoas negras, particularmente de mulheres negras oriundas da região rural fronteira de Aceguá que teve um processo histórico de estratificação racial e social violento,⁴⁹ essas estruturas de oportunidades são ainda mais desvantajosas. Como mostrado na apresentação das seis mulheres negras entrevistadas na pesquisa, todas elas, sem nenhuma exceção, começaram a trabalhar ainda criança, algumas sem conseguir ingressar nos bancos escolares, outras tendo que conciliar escola e trabalho, e teve as que tiveram que optar somente pelo trabalho, pois a sobrevivência falou mais alto e exigiu que apenas o trabalho prosseguisse, mesmo que muitas vezes fosse sem direito ao salário no final do mês. Assim, em relação a oportunidades desiguais que as mulheres negras enfrentam, trazemos o relato da Anastácia:

eu acho que as mulheres negras têm menos oportunidades de trabalho, de tentar um trabalho e não ser escolhida, por mais que tenha vaga, a gente sabe que nas entrevistas para um trabalho bom nunca somos escolhidas, mesmo tendo potencial, a gente não tem essa oportunidade, não dão essa oportunidade pra gente, pelo fato de sermos negras, de ter essa questão racial, é isso, envolve racismo, aí as mulheres negras não têm essa oportunidade, eles não dão (Anastácia, Bagé, abril, 2024).

⁴⁹ Este tema foi trabalhado na seção anterior, intitulada “Aceguá: Uma história de estratificação racial e social na região fronteira-Brasil/Uruguai”.

Outra fala que reforça que a experiência vivenciada pela Anastácia não é pontual, mas sim um ciclo geracional de oportunidades desiguais experimentadas no cotidiano das mulheres negras originárias da Vila da Lata, foi trazida por Dandara. Segundo ela:

o serviço de doméstica foi a única atividade que eu tive oportunidade, fiz vários cursos, fiz técnico em contabilidade, empacotador, auxiliar de farmácia, fiz até de frentista, fiz tudo que aparecia para trabalhar no comércio, deixava o meu currículo em tudo que era lugar, mas eu nunca fui chamada, aliás tive só uma oportunidade de sair do trabalho de doméstica que foi quando eu terminei o curso técnico em contabilidade, uma amiga me convidou para trabalhar numa loja como estagiária, mas fiquei com medo, porque tinha o meu emprego garantido como babá nessa época, fiquei com medo de sair e não dar certo, não me efetivarem, eu não quis arriscar, eu precisava de um suporte para eu arriscar e minha mãe e papai não podiam me dar (Dandara, Bagé, abril, 2024).

Ela segue e diz:

Sou uma pessoa aguerrida, eu vou em busca das coisas que eu quero, procuro ser uma pessoa honesta, eu procuro ser justa, caridosa, eu tento ser uma pessoa do bem, eu sempre tento ser uma pessoa boa [...] Tive muitas batalhas na vida, pra chegar até aqui, pra criar os meus filhos, sai da Lata aos 2 anos, fui pra campanha em Aceguá, depois vim pra cidade, não foi fácil vir pra cidade, entendeu? Muitas vezes a gente ficava sozinho, a minha mãe trabalhava, o meu pai trabalhava, a minha prima tinha que emprestar o sapato para eu ir pra escola, entendeu? Então você vê que sou uma pessoa aguerrida e que não desistiu [...] Eu lembro que antes de ir para a escola eu pegava o sapato da minha prima e na volta eu deixava para ela, para ela conseguir ir para escola [...] Eu não acho que sou coitadinha não, eu lutei para chegar até aqui (Dandara, Bagé, abril, 2024).

Segundo Dandara, seus filhos já têm outros horizontes de vida, por meio da educação eles têm uma mobilidade ascendente, inserindo-se em outros setores do mercado de trabalho e um nível educacional mais avançado em relação a ela:

tipo hoje os meus filhos têm esse suporte comigo, eles podem arriscar não gostar de um trabalho e ir para outro, coisa que minha mãe e meu pai na época não podiam me dar. Hoje mesmo o meu filho quer fazer mestrado, se ele passar, ele terá que ir todos os finais de semana para Pelotas, é lá no IFSUL que ele quer fazer, e eu já falei para ele que posso ajudar com o transporte e se precisar alugar um quarto em Pelotas, a gente vai ajudar (Dandara, Bagé, abril, 2024).

Ela mostra como os seus próprios filhos a incentivam a seguir estudando para ter um melhor emprego e, conseqüentemente, uma vida melhor, uma

realidade bem diferente daquela que Dandara teve e continua em certa medida tendo:

Eu e os guris sempre tivemos essa conversa em casa, sempre tivemos aquele incentivo, aquela conversa em casa, e eles sempre me dizem: mãe, eu preciso ter um trabalho bom, eu quero ter uma casa boa, eu quero ter um salário bom, eu quero ser professor, eu quero ensinar, mãe. Tanto que eu só fui para a universidade, fazer Enem por incentivo do meu filho, ele sempre dizia: vai estudar mãe, vai estudar, se tu queres ser professora, vai estudar, tudo isso são conversas que a gente tem em casa, o meu filho só fez a universidade por causa da UNIPAMPA. Ele fez engenharia de produção e, graças a Deus, ele passou, a gente só gastou com transporte, e o outro faz tecnológico na área de informática, esse da informática, hoje ele tem vários projetos e quer sair do país, ele me diz: “mãe, através da minha faculdade eu vou sair do país”, então eles seguem estudando. Então pra tu ver, eu, doméstica lá da Lata, tenho os meus filhos que vão fazer mestrado e doutorado, vou ser mãe de doutor [...] Eu tenho pra mim uma coisa, por mais humilde que tu for tem que incentivar os filhos a estudar, tu vê por mim, a minha mãe não incentivava tanto, o meu pai que incentivava, mas a minha mãe não muito, porque tinha que trabalhar, eu e as minhas irmãs a gente teve q se virar sozinha, porque a minha mãe era analfabeta não conseguia fazer os temas com a gente, a gente tinha que fazer sozinha, pra tu ver como a gente se virou, fiz fundamental, fiz médio, eu trabalhei de doméstica para poder estudar (Dandara, Bagé, abril, 2024).

Eu comecei a trabalhar nas férias do Ensino Fundamental, eu lembro que estava de férias e o meu tio trabalhava numa granja e disse que estavam precisando de uma babá, eu tinha uns 14 anos, aí eu fui, estava precisando comprar umas coisas, roupas, as minhas coisinhas, aí eu trabalhei nas férias, acabando as férias, eu voltei para a cidade, mas voltei com dinheiro, foi então que me matriculei no técnico em contabilidade, coisa e tal. Aí uma amiga minha me disse que tinha uma mulher precisando de uma guria para lavar a louça depois do almoço, aí como eu estudava de manhã, peguei e comecei a trabalhar à tarde nessa casa lavando as coisas, aí a minha prima que trabalhava com um fazendeiro me disse que estavam precisando de uma copeira, porque tu não vem trabalhar aqui, eles pagam direitinho com todos os direitos e carteira assinada, tu vai ter tudo INSS, todos os teus direitos, larguei a mulher e fui trabalhar de copeira. Aí comecei a estudar à noite para trabalhar nessa casa aqui em Bagé com todos os direitos garantidos, foi aí que terminei o meu Ensino Médio. Eu poderia ter me dedicado mais, porque eu não tinha muito tempo para estudar, porque olha aqui, eu saía de manhã de casa, trabalhava todo dia e depois ia pra aula, e eu ia e voltava da aula a pé, eu atravessava a cidade a pé, eu sempre a pé, a pé fiz todo esse tempo estudando, a pé daqui perto do hospital eu ia até o Castro Alves, eu atravessava a cidade a pé, eu trabalhava bem no centro no calçadão, aliás trabalho,

trabalho até hoje, trabalho há 31 anos na mesma casa (Dandara, Bagé, abril, 2024).

As palavras profundas sobre as trajetórias de Anastácia e Dandara demonstram o quanto as estruturas de oportunidades são desiguais com base no alinhamento às diferenças de raça, gênero e classe. No caso de Dandara, nem mesmo fazendo um investimento educacional, a estrutura racista e sexista do país permitiu que ela convertesse o seu capital educacional em capital ocupacional, e assim se mover na estrutura sócio-ocupacional. Ao concluir o curso Técnico em Contabilidade e vários cursos profissionalizante, a única oportunidade que teve, além da ocupação como doméstica, em mais de cinquenta anos de vida, foi a de estagiária no comércio. O estágio ofertado por sua amiga nem mesmo na área de contabilidade seria, o que poderia agregar conhecimento técnico na área da sua formação em contabilidade. Assim, torna-se evidente que essa estrutura racista e sexista oprime e impede que mulheres negras, mesmo com formação, tenham oportunidades iguais no acesso a ocupações de prestígio e de *status* social, de tal modo que sua mobilidade passa a ser dificultada por essa estrutura opressora, pois como muito bem observa Collins e Bilge:

diferenças de riqueza, origem nacional, raça, gênero e capacidade moldam padrões de oportunidades e desvantagens. Além disso, essas categorias não são mutuamente excludentes. Ao contrário, o modo como se cruzam determina quem chega, o nível de apoio que recebe e os tipos de experiência que se tem [...]. O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica mostra como essas e outras categorias de relações de poder se interconectam (2021, p. 20).

A partir do exposto, é oportuno retomar a discussão sobre mobilidade social no Brasil para analisar como a estrutura opressora que articula raça, gênero e classe dificulta a mobilidade de mulheres negras no país. Sobre os estudos de mobilidade sócio-ocupacional o país teve contribuições importantes de vários (as) pesquisadores (as), como: José Pastore (1979, 1993, 2000) e Nelson do Valle Silva (1981, 1988, 1999, 2000), que foram continuados por outros, como Carlos Hasenbalg (1988, 1999, 2005), Archibald Haller (1993), Maria Celi Scalon (1999), Angela Figueiredo (2012), Marcia Lima (1999), Carlos Antônio Costa Ribeiro (2003, 2019), dentre outros e outras.

Antes de qualquer análise sobre mobilidade social no Brasil torna-se necessário recuperar algumas questões que o sociólogo José Pastore trouxe em

seu livro *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil* (1979), visto que se tornou um clássico nos estudos de mobilidade ocupacional no país. Pastore descreve em seu livro que uma sociedade “sem mobilidade social é uma sociedade estagnada que simplesmente reproduz sua estrutura social ao longo do tempo e, por isso, pouco pode oferecer em termos de promoção humana” (p. 3). Portanto, a mobilidade também serve como termômetro do desenvolvimento social, sendo a mobilidade vertical a que melhor exerce essa função, tendo em vista que

relaciona a posição social presente com a do passado, procurando identificar de que modo os indivíduos vão-se distribuindo nos vários níveis da estrutura social através do tempo, qual o peso da herança social, dos recursos individuais e das oportunidades econômicas-sociais proporcionadas pela sociedade naquele período. Além disso, o estudo da mobilidade procura examinar os impactos dos movimentos individuais e grupais sobre a própria estrutura social, dedicando especial atenção à questão da diminuição e expansão das diversas camadas sociais (PASTORE, 1979, p. 3).

Deste modo, a mobilidade social reflete a dinâmica interna da sociedade, pois ao estudar a mobilidade intrageracional é possível apreender a mobilidade das pessoas durante a sua trajetória profissional, em que a sua origem seria o primeiro emprego e o destino, sua posição atual, enquanto a mobilidade intergeracional é avaliada a partir do *status* do pai em relação ao filho, sendo o estrato de origem o *status* do pai no momento em que o filho conseguiu o seu primeiro emprego, e o estrato de destino o *status* do filho no momento em que entrou no mercado de trabalho, permitindo, assim, um exame sobre as mudanças ocorridas na estrutura social de gerações (PASTORE, 1979; SCALON, 1999).

A mobilidade social está relacionada com a mudança de *status* social, podendo ser classificada como ascendente ou descendente, sendo ambas importantes para os estudos das dinâmicas sociais, pois impactam diretamente no acesso a oportunidades educacionais, econômicas e sociais. Os estudos sobre mobilidade social e estratificação social em grande parte entendem o *status* ocupacional como um espelho do *status* social, de tal modo que a mudança de *status* social depende, em grande medida, de mudanças de ocupação e cargo, e estas dependem de mudanças estruturais e individuais. Portanto, o *status* social é um conceito primordial no estudo da mobilidade social,

sendo considerado como “a posição que o indivíduo ocupa na hierarquia social de um dado sistema de estratificação social” (PASTORE, 1979, p. 9).

José Pastore e Archibald Haller frisam que o estudo da mobilidade social “baseia-se na comparação de *status* ocupacionais dos indivíduos com os de seus pais – mobilidade intergeracional – e também entre o *status* final e inicial do próprio indivíduo ao longo de sua carreira – mobilidade intrageracional” (1993, p. 28). Para fazerem o exame do *status* dos indivíduos e de seus pais, Pastore e Haller se basearam na “escala de posição social” das ocupações elaboradas por Nelson do Valle Silva (1974); esta escala também foi utilizada nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNADS).

De acordo com Pastore e Haller (1993), para Nelson do Valle Silva, a construção da “escala de posição social” ajustou as variáveis de ocupação, educação e renda, formando, a partir destas três variáveis, o *status* social do indivíduo. Assim, as ocupações foram sistematizadas em seis estratos ocupacionais, sendo eles: alto, médio-superior, médio-médio, médio-inferior, baixo-superior e baixo-inferior. No quadro 3, é possível visualizar a diferença das seis classes sociais com base nas ocupações.

Quadro 3 – Classes sociais com base nas ocupações

Classes Sociais	Rótulo Sintético	Principais ocupações
classe alta	“Elite”	É constituída de profissionais liberais de alta renda formada por industriais e proprietários de grandes fazendas; altos executivos de instituições financeiras, magistrados de tribunais, juizes, militares de altas patentes, ou seja, pessoas de alto poder econômico e com grande influência política.
classe média superior	Altos cargos	É formada por administradores de grandes empresas (públicas e privadas), proprietários de médio porte, professores e administradores universitários, representantes, corretores, isto é, uma classe de ocupações não manuais qualificadas. Comparada à elite, possuem menor poder econômico e influência social, mas desfrutam de certo prestígio social.

classe média-média	Chefes de escritório	É desenvolvida por chefes de escritório, agrupa ocupações não manuais qualificados, sendo eles: pequenos comerciantes, professores primários, militares da baixa patente, caixas de banco, trabalhadores autônomos, vendedores, viajantes, músicos, sendo que o poder de influência desta classe é extremamente limitado.
classe média-baixa	Operários qualificados	É formada por operários qualificados, isto é, por muitas ocupações manuais qualificadas, tais como: carpinteiros, mecânicos, eletricitas, pedreiros, motoristas, costureiras, padeiros, doceiras, dentre outras ocupações assalariadas e de baixo conteúdo educacional.
classe baixa-superior	Operários não qualificados	É constituída por operários não qualificados, isto é, por ocupações manuais não qualificadas da zona urbana, na qual se incluem tecelões, balconistas, entregadores e empregados domésticos.
classe baixa-inferior	Mão de obra rural	É formada por mão de obra rural não qualificada, na qual se incluem lavradores, pescadores, barqueiros, carregadores, garimpeiros.

Fonte: Pastore, 1979

Neste aspecto, importa sublinhar que Pastore, ao analisar estruturas sociais, utilizou estas seis classes sociais, formadas por um conjunto de *status* sociais e que refletem uma camada social mais ou menos homogênea. Salienta-se que as ocupações compõem a construção de cada *status* social, mas outros fatores também influenciam, como, por exemplo, sexo, renda e educação, e que também foram usados na construção dos *status* ocupacionais (PASTORE; HALLER, 1993).

Ao utilizar a “escala de posição social” para sistematizar as classes sociais com base nas ocupações atuais e/ou últimas das seis mulheres negras investigadas, percebemos que Dandara, Anastácia e Esperança, a partir da ocupação que desempenhavam/desempenham como empregada doméstica e faxineira, encontram-se na classe baixa-superior, enquanto Gleci, Neusa Maria e Tereza, por desenvolverem atividades rurais não qualificadas, fazem parte da classe baixa inferior, como pode ser visualizado no quadro 4, a seguir:

Quadro 4 – Classes sociais com base nas ocupações das Mulheres Negras originárias da Vila da Lata

Classes Sociais	Rótulo Sintético	Principais ocupações	Mulheres Negras entrevistadas
classe alta	“Elite”	É constituída de profissionais liberais de alta renda, formada por industriais e proprietários de grandes fazendas, altos executivos de instituições financeiras, magistrados de tribunais, juizes, militares de altas patentes, ou seja, pessoas de alto poder econômico e com grande influência política.	
classe média superior	Altos cargos	É formada por administradores de grandes empresas (públicas e privadas), proprietários de médio porte, professores e administradores universitários, representantes, corretores, isto é, uma classe de ocupações não manuais qualificadas. Comparada à elite, possuem menor poder econômico e influência social, mas desfrutam de certo prestígio social.	
classe média-média	Chefes de escritório	É desenvolvida por chefes de escritório, agrupa ocupações não manuais qualificados, sendo eles: pequenos comerciantes, professores primários, militares da baixa patente, caixas de banco, trabalhadores autônomos, vendedores, viajantes, músicos, sendo que o poder de influência dessa classe é extremamente limitado.	
classe média-baixa	Operário qualificado	É formada por operários qualificados, isto é, por muitas ocupações manuais qualificadas, tais como: carpinteiros, mecânicos, eletricitas, pedreiros, motoristas, costureiras, padeiros, doceiras, dentre outras ocupações assalariadas e de baixo conteúdo educacional.	
classe baixa-superior	Operário não qualificado	É constituída por operários não qualificados, isto é, por ocupações manuais não qualificadas da zona urbana, na qual se incluem tecelões, balconistas, entregadores e empregados domésticos.	Dandara Anastácia Esperança
classe baixa-inferior	Mão de obra rural	É formada por mão de obra rural não qualificada, na qual se incluem lavradores, pescadores, barqueiros, carregadores, garimpeiros.	Gleci Neusa Maria Tereza

Fonte: Pastore, 1979

O quadro 4 reafirma que há uma grande desigualdade de raça, gênero e classes na distribuição ocupacional das mulheres negras originárias da Comunidade Quilombola Vila da Lata, na medida em que elas se concentram em ocupações hierarquicamente mais baixas do setor rural e urbano, sem nenhuma exceção, e sendo constituídas por mulheres de três gerações diferentes.

Ao analisar a mobilidade intrageracional das seis mulheres negras entrevistadas, que é examinada entre o *status* ocupacional final e o inicial ao longo das suas carreiras/atividades ocupacionais, os dados da pesquisa mostraram que nenhuma das seis mulheres negras investigadas tiveram uma mudança de *status* ao longo da sua jornada ocupacional, pois Neusa Maria, Gleci e Tereza tiveram a sua primeira e última/atual ocupação como trabalhadoras rurais, enquanto Dandara, Anastácia e Esperança também não obtiveram mobilidade ao longo da carreira, pelo menos até o presente momento, pois se inseriram como trabalhadoras domésticas (babás, faxineiras e empregadas domésticas) e continuam nas mesmas ocupações.

No que tange às classes sociais com base nas ocupações das mulheres negras originárias da Vila da Lata (quadro 4), é oportuno trazer Hasenbalg (1999), tendo em vista que em relação à estrutura social e à mobilidade sócio-ocupacional de pessoas negras, o autor sustentava que as pessoas negras (pretos e pardos) encontram-se de forma desproporcional na base da estrutura, por conta das práticas discriminatórias e racistas perpetuadas em todas as fases da vida, fases estas que preparam e determinam a inserção no mercado de trabalho, como, por exemplo, a exclusão de oportunidades educacionais, sendo este o recurso primordial para mobilizar pessoas negras para outros espaços na estrutura ocupacional.

A partir das premissas trazidas por Hasenbalg (1999) relativas à estrutura social e à mobilidade sócio-ocupacional de pessoas negras, é importante ressaltar a fala da Tereza para iluminar empiricamente estas questões:

comecei a trabalhar junto com a minha avó aos 7 anos, plantando horta, areava terra, buscava lenha, cuidava das galinha, dos bichos, a gente criava ovelha; com 11 anos eu já fazia pão, fazia comida, já lavava roupa, tudo isso a minha avó que me ensinou para eu ter uma profissão e para aprender, para quando eu tivesse a minha família, soubesse o que fazer... eu ainda planto, eu tenho a minha horta para trabalhar... eu também fazia trabalho de homem, como virar terra, eu também faço corda, aprendi a fazer com a vó, eles dizem que é atividade de

homem, mas eu também faço, mas o que eu queria ser mesmo é fazer veterinária, eu queria ser veterinária, é que eu adoro bicho, mas tem muita dificuldade, por causa que aqui, depois que eu acabasse aqui (se referindo ao ensino médio), eu acho que teria que ir para Pelotas, né? na Universidade, mas teria que pagar a Universidade lá, até poderia morar no Campus, mas precisaria de dinheiro até para conseguir chegar lá (Tereza, Vila da Lata-Aceguá/Brasil, abril, 2024).

A fala de Tereza vai ao encontro do que sustenta Hasenbalg (1999) sobre a forma desproporcional com que pessoas negras se encontram na base da estrutura, em virtude de práticas racistas e discriminatórias que permeiam todas as inserções sociais, como a educacional e a ocupacional. Assim, por mais que Tereza tenha apenas 25 anos de idade, é perceptível como a estrutura opressora que intersecciona raça, gênero e classe foi moldando a sua (i)mobilidade sócio-ocupacional ainda criança, colocando-a numa “ocupação profissional” aos 7 anos, idade/fase da vida em que deveria estar começando a investir no seu capital educacional, sendo este, inclusive, um direito assegurado constitucionalmente para “todas” as crianças.

Essa estrutura opressora racista, misógina e classista colocou-a no lugar de aprendiz, mas não para investir no seu capital educacional capaz de fazê-la acessar o curso de Veterinária, mas para aprender a lavar roupa, fazer pão e comida; aprendiz de uma futura profissão que a coloca no lugar de subordinação, enfim, de uma profissão construída racialmente e socialmente como espaço laboral da mulher negra. Somado a isto, ainda tem a estrutura opressora sexista colocando-a no lugar de aprendiz de cuidadora da família, restringindo a sua figura familiar à de uma cozinheira que saiba fazer bolo, pão e comida. Essa estrutura opressora e sexista reforça a sua força ao negar que Tereza exerça profissões construídas socialmente como vinculadas ao gênero masculino, como fazer cordas e virar terra, reafirmando que o lugar ocupacional de Tereza é o lugar onde a interseccionalidade de raça, gênero e classe se conecta como espaço ocupacional.

Hasenbalg ainda frisa que, após o fim da escravatura, a população negra permaneceu majoritariamente vinculada à agricultura, e que nesse período a “transição do trabalho escravo para o trabalho formalmente livre não significou a generalização do trabalho assalariado na agricultura brasileira” (1999, p. 9). Sob essas circunstâncias, cabe frisar que Hasenbalg (1999) destacou que o trabalho

livre após a Abolição se distinguia do escravizado somente pela autonomia de recusar os afazeres, pois as relações de trabalho na agricultura do país se caracterizavam por pouco contratualismo e por formas não monetárias de remuneração.

Dandara se considerava uma escrava remunerada, pois era submetida a tratamento humilhante e sem carteira de trabalho numa “casa de família” em Bagé/Brasil. Nas suas palavras,

eu considero que a minha profissão, tu tá preso, as pessoas dizem que tu tá liberto, tá nada! na profissão de doméstico o trabalho é pesado, então tu ainda é escravo, só que tu passou a ser escravo remunerado, o trabalho é pesado, tu faz atividades pesadas, se tu trabalha numa casa de família, tu tem que aguentar muita coisa, eu quantas vezes tive que carregar lenha, é trabalho pesado, coisa pesada, tu tens que ficar lavando louça no inverno, naquela água bem gelada, limpando banheiro e vaso dos outros, cozinhando para os outros, limpando para os outros, as pessoas ficam te mandando, te humilhando, te humilham com palavras, tu tem que ficar todo tempo servindo os outros, sempre à disposição (Dandara, Bagé, julho de 2022).

Ela segue e diz:

muitas vezes eu sofri essas humilhações, mas como tinha que criar os meus filhos, manter o sustento da nossa família, claro eu e meu marido, eu suportava essas humilhações por conta disso, só por isso, por isso eu quero que eles tenham uma profissão, quero que eles entrem nos lugares para serem servidos, já disse para eles que se o branco pode ir lá, tu também vai, então eu digo para eles: tenham condições de frequentar qualquer lugar para que vocês não frequentem só os lugares que vocês possam, mas os lugares que vocês queiram [...] Tanto que os meus filhos se impõem, nunca deixaram se humilhar, eles se impõem (Dandara, Bagé, julho de 2022).

A partir da fala da Dandara, como numa das citações já mencionadas da interlocutora Esperança, relativas às práticas ocorridas no seu ambiente de “trabalho”, e que as faziam se ver como escravas, mesmo após um século do fim da escravização, é possível mensurar o quanto o trabalho manual e doméstico continuava/continua sendo o destino de várias mulheres negras e muitas vezes vinculado ao trabalho escravizado e sem regulamentação⁵⁰, contrastando, inclusive, com as teorias da modernização (FREIRE, 1933;

⁵⁰ Esses trabalhos informais como domésticas continuam sendo ofertados a muitas delas, mesmo após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 150 (2015) que regulamentou os direitos dos empregados domésticos,

PIERSON, 1945), que sustentavam que o crescimento econômico propiciaria a mobilidade sócio-ocupacional de segmentos racializados como negros na população.

No entanto, mesmo depois de tantos anos, Dandara continua nutrindo esperança numa mobilidade sócio-ocupacional, segundo ela, “eu daqui a um ano vou me aposentar como doméstica, mas vai nascer a professora”, referindo-se ao curso de Letras que faz na UNIPAMPA. O seu objetivo, daqui a alguns anos, é se tornar professora de Letras nas escolas em Bagé. A partir da fala de Dandara é possível vislumbrar como o Estado tem um papel fundamental na construção de políticas públicas que possibilitem a mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras e quilombolas, especialmente as originárias da Vila da Lata.

No caso de Dandara, é perceptível o impacto das políticas públicas na sua família, a começar por ela, que teve acesso ao Ensino Superior (Curso de Letras-UNIPAMPA), através da Lei de Cotas, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012⁵¹ implementada no país. Além disso, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) permitiu a expansão/interiorização das Universidades e que criou a Universidade Federal do Pampa, na cidade de Bagé, possibilitando que ela, seus filhos e tantas outras pessoas negras tivessem acesso ao Ensino Superior Público na cidade e na região. Também é importante ressaltar o impacto das políticas públicas na família de Anastácia, tendo em vista que sua filha, Mariele, se formou em Pedagogia pelo Centro Universitário da Região da Campanha (URCAMP), com bolsa integral pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI)⁵² e que atualmente é professora de Educação Infantil na cidade de Santa Maria. Nesse caso específico, é possível vislumbrar como as políticas públicas educacionais, especialmente as de Ensino Superior, pode ser um dos elementos primordiais para a mudança de status social e de mobilidade sócio-ocupacional ascendente de mulheres negras originárias da Comunidade Quilombola Vila da Lata.

⁵¹ Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, criando mecanismo de reserva de vagas para determinados grupos populacionais.

⁵² Programa do Governo Federal do Brasil com o objetivo de conceder bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior.

Sobre mobilidade sócio-ocupacional, o trabalho da socióloga e professora de Sociologia da USP, Márcia Lima⁵³, é crucial para a tese, pois foi um dos primeiros trabalhos, senão o primeiro trabalho que relacionou os marcadores de raça e gênero a partir dos dados do PNAD de 1990. A autora analisou os indicadores das taxas de distribuição ocupacional levando em conta diferenças regionais a partir das variáveis de raça e gênero para aferir, de forma quantitativa, o lugar de homens, mulheres, negros e brancos na estrutura ocupacional brasileira.

As implicações práticas da pesquisa de Márcia Lima (1999)⁵⁴ permitem identificar padrões e distinções raciais significativas de serem observadas, pois os resultados mostraram que a distribuição ocupacional entre os grupos raciais no Brasil é extremamente desigual, mesmo após cem anos da abolição formal da escravização de pessoas negras, demonstrando que a desigualdade racial, de gênero e de classe no país é persistente e se reflete na estrutura ocupacional, como também ficou demonstrado nos dados mais atuais apresentados no item 3.1, que tratou da divisão sexual e racial do trabalho.

Assim, nas tabelas 13, 14 e 15 é possível apreender várias dicotomias levantadas por Márcia Lima (1999) na década de 1990, dentre elas: entre homens e mulheres, entre pessoas negras e brancas, entre o Brasil rural e o urbano e do próprio meio rural, como podemos ver a seguir a tabela 13:

TABELA 13 – Brasil Urbano não metropolitano/ 1990 – Pessoas economicamente ocupadas por gênero e raça

Ocupações	Total	Homens			
		Br	Pr	Pardo	Total
Não-manual Alto	16,6	21,5	6,2	12,5	17,6
Não-manual Baixo	17,8	14,8	9,4	10,7	13,8
Manual	54,4	50,4	59,4	57,5	53,2
Rural	11,2	12,4	24,0	19,4	15,4

Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990 citado em Lima (1999)

⁵³ Atualmente Márcia Lima é Secretária de Políticas de Ações Afirmativas e Combate e Superação do Racismo do Ministério da Igualdade Racial e tem trabalhado intensamente na ampliação da PL das Cotas no Serviço Público que prevê a inclusão de quilombolas e indígenas.

⁵⁴ Estes dados são referentes ao PNAD de 1990. Como a pesquisa tratará de trajetória de vida de mulheres negras que trabalham desde 1954, utilizaremos dados oficiais que abarquem o período da trajetória laboral das interlocutoras desta pesquisa

Em relação aos dados da tabela 13, Lima (1999) chama a atenção para as desigualdades raciais entre os grupos de cor/raça, tendo em vista que os percentuais de pessoas negras, independente do gênero, superam a presença de pessoas brancas em ocupações manuais e rurais em regiões não metropolitanas, isto é, as mulheres e os homens negros eram majoritários na base da estrutura ocupacional na região não metropolitana na década de 1990.

Na Tabela 14, referente à estrutura ocupacional em região metropolitana, os dados apontavam para a presença significativa de homens brancos nas ocupações não manual alto, representando 26,8%, enquanto 8,4% de pretos e 10,4% de pardos ocupam esse mesmo estrato. Na mesma perspectiva, as mulheres desse mesmo estrato seguem a mesma tendência, visto que 19,8% das mulheres brancas estão presentes nessas ocupações, enquanto as pretas são 5,7 % e as pardas, 9,2%. Também é possível perceber através da tabela 14 que tanto as mulheres pretas (76,5%) e pardas (70,2%), como os homens pretos (72,2%) e pardos (69,5%), mais uma vez, são sobrerrepresentados no estrato manual (LIMA, 1999).

Tabela 14 – Brasil Urbano metropolitano/ 1990 – Pessoas economicamente ocupadas por gênero e raça

Ocupações	Total	Homens				Mulheres		
		Br	Pr	Par da	Tot al	Br	Pr	Parda
Não manual Alto	18,6	26,8	8,4	10,4	20,7	19,8	5,7	9,2
Não manual Baixo	24,0	22,7	14,8	17,9	20,6	34	17,3	20,4
Manual	56,8	49,6	72,2	69,5	57,5	45,9	76,5	70,2
Rural	0,8	1,0	1,7	2,0	1,4	0,1	0,3	0,2

Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990, citado em Lima (1999)

Em relação à análise da população rural economicamente ocupada por raça e gênero, a tabela 15 evidencia, por um lado, que as pessoas brancas, sejam homens ou mulheres, são majoritárias nas ocupações não manuais urbanas, além disso, os homens brancos também são majoritários nas ocupações rurais de maior prestígio; por outro lado, entende-se que a presença expressiva de pessoas negras, sobretudo dos pardos, fez com que a população negra se empregasse de forma mais expressiva nas duas ocupações mais

desvalorizada do setor rural, assumindo de forma majoritária a base da estrutura ocupacional rural do Brasil, que é caracterizada por baixos salários, falta de regulamentação das relações de trabalho e de contribuição previdenciária (LIMA, 1999).

TABELA 15 – BRASIL RURAL/ 1990 – PESSOAS ECONOMICAMENTE OCUPADAS POR GÊNERO E RAÇA

Ocupações	Total	Homens			Mulheres				
		Br	Pr	Pard	Total	Br	Pr	Pard	Total
URBANAS									
Não manual	7,1	11,1	3,2	4,4	5,5	12,7	7,8	10,2	11,2
Manual	22,3	19,2	20,4	15,3	17,3	33,4	42,2	35,7	34,9
RURAIS									
Prop. na Agropecuária	2,3	4,0	1,1	2,4	3,1	0,3	0,5	0,2	0,3
Téc., Administ. na agropecuária	1,9	3,0	2,8	2,2	2,6	0,1	-	0,1	0,1
Produtores Agrícolas Autônomos	20,0	30,0	19,8	25,4	27,3	3,9	7,3	6,8	5,5
Trabalhadores Manuais Rurais	45,3	37,2	52,7	50,3	44,2	49,5	42,6	47,0	48,0

Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990, citado em Lima (1999)

Ao analisar a tabela 15 e a partir das mulheres negras desta pesquisa, é possível identificar uma dicotomia racial em relação à ocupação não manual alta, pois pessoas brancas, independente de gênero, são majoritárias, o que significa que essas pessoas estão no topo da estratificação ocupacional rural.

Além disso, também é possível observar uma dicotomia do meio rural do Brasil, no qual a elite agrária branca detém historicamente a concentração de terras e o poder econômico (como vimos no item 4.1), enquanto os pequenos agricultores e trabalhadores manuais rurais, majoritariamente negros, encontram vários obstáculos para se moverem na estrutura sócio-ocupacional do campo, acarretando, dentre várias consequências, as mobilidades espaciais do meio rural para o urbano.

Essa mobilidade espacial em busca da mobilidade sócio-ocupacional se traduz ao analisarmos a mobilidade intergeracional das mulheres negras entrevistadas da Vila da Lata. Aqui abordo a mobilidade intergeracional a partir

de Pastore (1979) e Pastore e Archibald Haller (1993), com uma pequena adaptação, tendo em vista que faço a análise com base na primeira ocupação da filha em relação à mãe (ocupação da mãe quando a filha tinha 15 anos) e para o trabalho atual da filha em relação à condição materna, pois só assim será possível analisar as mudanças sócio-ocupacionais entre gerações diferentes de mulheres. Somado a isto, há maior possibilidade de ter dados mais fidedignos em relação à (i) mobilidade delas, pois a probabilidade de comparar as ocupações pelo fato de serem mulheres é maior. Segue o quadro 5 para análise da mobilidade intergeracional quanto às seis mulheres negras investigadas:

Quadro 5 – Mobilidade Intergeracional das Mulheres Negras Originárias da Vila da Lata

Mulheres negras entrevistadas	1ª Ocupação da Filha	Ocupação da Mãe (Filha com 15 anos)	Ocupação atual da filha/Última ocupação	Ocupação da Mãe/Última ocupação da mãe
Neusa Maria	Trabalhadora Rural	Trabalhadora Rural	Trabalhadora Rural	Trabalhadora Rural
Gleci	Trabalhadora Rural	Trabalhadora Rural	Trabalhadora Rural	Trabalhadora Rural
Dandara	Empregada doméstica (Babá)	Empregada doméstica	Empregada doméstica	Empregada doméstica
Anastácia	Empregada doméstica (Babá)	Empregada doméstica	Empregada doméstica	Empregada doméstica
Esperança	Empregada doméstica	Trabalhadora Rural	Empregada doméstica	Trabalhadora Rural
Tereza	Trabalhadora Rural	Empregada doméstica	Trabalhadora Rural/ desempregada	Empregada doméstica

Fonte: Elaboração da autora da tese

A mobilidade espacial que as mulheres negras da Vila da Lata experimentam de forma geracional verifica-se como estratégias de mobilidade sócio-ocupacional, que também podemos chamar de mobilidade limitada, tendo em vista que, para essas mulheres, a forma interseccional de como o racismo, o sexismo e a opressão de classe se conectam acaba limitando a mobilidade

dessas mulheres. Assim, ao analisar o quadro 5, é possível perceber que a mobilidade intergeracional das mulheres negras originárias da da Comunidade Quilombola Vila da Lata tem três perspectivas.

A primeira abarca Neusa Maria e Gleci. As experiências ocupacionais das anciãs e de suas respectivas mães foram de forma geracional como trabalhadoras rurais na Vila da Lata e em estâncias da região e, assim, a imobilidade sócio-ocupacional se manteve em relação a elas. A segunda perspectiva engloba Dandara e Anastácia, que saíram da Vila da Lata ainda crianças com as suas respectivas mães, todas se empregaram em Bagé como empregadas domésticas, e se mantiveram na imobilidade sócio-ocupacional, pois não mudaram de *status* sócio-ocupacional, mesmo morando na zona urbana, enquanto Esperança e Tereza tiveram movimentos opostos.

Esperança apresentou uma mobilidade sócio-ocupacional ascendente, pois ao trabalhar em Aceguá se empregou como trabalhadora doméstica, enquanto a sua mãe Neusa Maria ficou na Vila da Lata trabalhando como trabalhadora rural. Tereza experimenta a mobilidade sócio-ocupacional decrescente, pois continua morando na Vila da Lata e na ocupação de trabalhadora rural. A mãe da Tereza foi para o Uruguai trabalhar como empregada doméstica, assim experimentando a mobilidade sócio-ocupacional ascendente em relação à sua mãe, Sra; Gleci, avó da Tereza.

No caso da Dandara, ela relatou a experiência familiar em mobilidade espacial como uma busca da mobilidade sócio-ocupacional:

A família dos meus pais ficaram lá, e ficaram na mesma vida, já os meus pais saíram de lá com os filhos para próximo da cidade para dar educação, lá não oferece estudo, não oferece trabalho, lá não tinha muita perspectiva de melhora, de melhorar, depois que os políticos começaram a ir lá, levar escola, parece que levaram água de poço, mas tudo isso foi uma coisa política que foi atrás da comunidade por troca de votos, interesse de votos, mas não porque se preocuparam com a comunidade, foi só por causa de política que começaram a ir lá, eles nunca investiram numa escola que realmente eles pudessem ter uma boa educação, porque, isso sim, daria realmente conhecimento, faria eles crescerem, ou ficar lá, mas aplicar o conhecimento para o bem da comunidade, a comunidade precisa é de políticas públicas lá, ninguém tem interesse de ver as pessoas da Lata realmente crescerem (Dandara, Bagé, julho de 2023).

Nessa mesma direção, Anastácia destacou como a mobilidade sócio-ocupacional ascendente e a mobilidade limitada são intrínsecas à mobilidade espacial das mulheres negras originárias da Vila da Lata, sendo preciso sair da comunidade para mover-se minimamente/limitadamente na estrutura sócio-ocupacional. Nas palavras de Anastácia:

Eu nasci na Vila da Lata e daí meus pais tiveram que sair de lá por falta de emprego, eles precisavam trabalhar, o meu pai precisava trabalhar, arranjar um outro emprego, porque lá estava difícil, aí a gente foi para uma estância em Aceguá, o meu pai foi trabalhar de capataz, aí a gente morou nessa estância, ficamos um ano nessa estância, aí depois eu saí de lá, porque meu pai veio para Bagé, meu pai trouxe a gente para a cidade para poder estudar, aí a gente veio de lá para estudar, eu estudei, fiz o ensino fundamental, e fiz ensino médio trabalhando como babá e, apesar de eu ter estudado até o ensino médio, eu não fui crescendo como babá, eu fui para empregada doméstica, eu não evolui nada na questão do emprego, fiquei estacionada como doméstica, mesmo eu tendo ensino médio (Anastácia, Bagé, abril de 2024).

O relato de Anastácia mostra que o deslocamento dessas mulheres negras da Vila da Lata para residir em outras cidades não necessariamente garante uma mobilidade sócio-ocupacional significativa, pois, nessas novas localidades, elas também se deparam com a persistência de sistemas discriminatórios que estruturam lugares e espaços por questões de raça, gênero e classe, limitando a mobilidade sócio-ocupacional dessas mulheres. Por mais que no contexto da Vila da Lata a mobilidade espacial seja constitutiva da mobilidade sócio-ocupacional, ela não garante a ascensão social delas, tendo em vista que a mobilidade ocupacional para elas se apresenta de forma limitada, constituindo o que chamo de uma mobilidade ambígua, pois essa mobilidade pode não estar explicitamente definida em termos de escala de ocupações, permitindo, inclusive, outras análises, como por exemplo a mobilidade educacional que muitas tiveram em relação as suas mães.

Diante das questões discutidas até aqui, percebe-se que os estudos sobre mobilidade sócio-ocupacional no Brasil privilegiaram análises quantitativas, a partir de dados do PNAD, do IBGE, dentre outros dados oficiais. Logo, esta investigação sobre a (i)mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras oriundas da Vila da Lata permite outras análises e reflexões com base nas dinâmicas ocupacionais vivenciadas por mulheres negras na fronteira entre

Brasil/Uruguai, principalmente numa comunidade quilombola. Portanto, passadas três décadas desde a realização da pesquisa de Márcia Lima, as práticas vivenciadas pelas mulheres negras investigadas nesta tese desvelam a persistência da desigualdade de raça, gênero e classe na distribuição ocupacional, evidentemente tornando a mobilidade dessas mulheres negras limitada/restrita na região fronteira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese aqui apresentada investigou as dinâmicas e as estratégias de (l) mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras para compreender como se constitui a (i) mobilidade delas na estrutura social, a partir da experiência e da perspectiva de seis mulheres negras de gerações distintas e originárias da Comunidade Quilombola Vila da Lata, localizada em Aceguá, fronteira Brasil/Uruguai.

Na pesquisa, mostrei (Capítulo 1) como a construção da tese está relacionada com a minha própria trajetória pessoal e profissional, numa dimensão de múltiplas identidades, seja pela questão de raça e classe no meu cotidiano como mulher negra, especialmente sobre a ascensão social de pessoas negras e, igualmente, por ser pesquisadora/professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e por ter realizado a minha pesquisa de mestrado na Comunidade Quilombola Vila da Lata. Isto tudo permitiu que meu olhar fosse singular ao universo investigado, além de contribuir para a construção do problema de pesquisa, dos objetivos e, posteriormente, na minha inserção e imersão no trabalho de campo.

Por meio das análises realizadas neste trabalho, pôde-se observar que em diferentes épocas no país existiram grupos de intelectuais que pesquisaram o tema da mobilidade social negra (capítulo 2). Primeiramente, percebeu-se que houve uma “intelectualidade” branca forçando narrativas, romantizando *apartheids* ocupacionais, edificando ideologias racistas, naturalizando a divisão racial/sexual do trabalho e construindo estigmas racistas acerca do lugar ocupacional das pessoas negras. Esses intelectuais ao mesmo tempo em que construíam estigmas racistas em relação às pessoas negras, defendiam que não havia preconceito e discriminação racial no país e, sustentaram, inclusive, a existência da democracia racial (FREIRE, 1933; PIERSON, 1942). Além disso, sustentavam que a presença de mestiços e pretos, apesar de ínfima, na classe alta da sociedade brasileira demonstraria a ausência de barreiras raciais à mobilidade sócio-ocupacional de pessoas negras.

Assim, ao analisar alguns trabalhos desenvolvidos pela “intelectualidade” branca do país nas décadas de 1930 e 1940, foi possível observar que os

estudos sobre mobilidade social de pessoas negras estiveram centrados no padrão de referência e valores das pessoas brancas. A pesquisa mostrou que nesse período houve um esforço de relacionar raça e classe como sinônimo de mobilidade social, inclusive como construção ideológica, tanto que a literatura ergueu o mito simplista, racista e classista de que as pessoas negras que ascendessem socialmente assimilariam os valores das pessoas brancas, desconsiderando e deslegitimando o poder de agência e as estratégias das pessoas negras nos seus processos de mobilidade.

Tal lógica vinculou de maneira restrita a mobilidade ascendente de pessoas negras a noção de branqueamento, ficando evidente o esforço ideológico de atrelar a noção de riqueza às pessoas brancas, de pobreza e de miserabilidade às pessoas negras, construindo e introjetando socialmente verdadeiros *apartheids* socioeconômicos e ocupacionais no país. Além disso, constatou-se que nesse período essa intelectualidade, com os seus resquícios aristocráticos e patriarcais, não estava preocupada em desvelar e solucionar os problemas estruturais que abarcassem a questão de raça e classe para tornar a sociedade brasileira racialmente democrática, especialmente para as mulheres negras.

Numa outra escala de análise, entre as décadas de 1950 e 1960, a partir dos estudos de Oracy Nogueira, Costa Pinto e Florestan Fernandes, dentre outros intelectuais, a pesquisa evidencia um avanço nos estudos sobre o tema para a época, pois alguns autores se propuseram a desvelar o racismo, o preconceito racial e o mito da democracia racial no país, de tal modo que a mobilidade das pessoas negras, ao invés de ser analisada sob a ótica restrita da ideologia do branqueamento (Azevedo, 1955) e do “desajuste social” (Pierson, 1971) passou a ser estudada segundo a ótica do racismo e da desigualdade racial.

Também nesse período, essas novas abordagens apontaram a influência do racismo na (i) mobilidade social das pessoas negras, ressaltando como o *modus operandi* do racismo brasileiro restringiu direitos e diminuiu oportunidades de mobilidade dessas pessoas. Esse movimento de análise permitiu que alguns autores apontassem a existência de tensões raciais e do racismo quando pessoas negras começaram a ocupar espaços de prestígio social, pois estariam em dissonância com os lugares destinados racialmente como pertencentes a

elas, logo, desconstruindo a ideia limitada que alguns autores sustentavam de que, ao ascenderem socialmente, elas se tornariam brancas. Fernandes (2021) e outros autores ainda demonstraram que a mobilidade social vertical das pessoas negras não se explicava pela ausência de preconceito racial, pelo contrário, pois a mobilidade ocorria mesmo com a prática sistêmica do preconceito racial.

Analisando os estudos da mobilidade social de pessoas negras nas décadas de 1970 a 1990, averiguou-se que os autores/pesquisadores introduziram uma nova metodologia para focar o racismo na produção das desigualdades raciais no país, tendo em vista que consideravam raça como “um critério eficaz dentre os mecanismos que regulam o preenchimento de posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social” (HANSENBALG, 2005, p. 20). Considerando esta perspectiva, pesquisadores colocaram o racismo no centro do debate e passaram a utilizar dados estatísticos, como os do IBGE, PNAD, dentre outros, para mostrar a centralidade do racismo nas desigualdades raciais, especialmente no que tange à educação, à ocupação e à renda, impactando diretamente nos processos de (i)mobilidade social da população negra (PASTORE; SILVA, 2000; HASENBALG, 1988).

Outro ponto levantado pela pesquisa foi a mobilidade sócio-ocupacional das mulheres negras no país (capítulo 3), particularmente diz respeito à discussão sobre a divisão racial e sexual do trabalho, mostrando como essas divisões sociais determinaram e ainda determinam os espaços ocupacionais das mulheres racializadas como negras. Além disso, foi colocada em evidência a divisão racial/sexual do trabalho em consonância com a variável educação para compreendermos as implicações dessas conexões para a (i)mobilidade sócio-ocupacional das mulheres negras originárias da Comunidade Negra Rural Vila da Lata.

Por fim, no último capítulo, foi feita uma análise da (i)mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras na fronteira, especialmente as originárias da Comunidade Negra Rural Vila da Lata/Aceguá-Brasil, para verificar a dinâmica da vida ocupacional dessas mulheres. Os resultados da pesquisa evidenciaram que a estratificação racial e social da região fronteira de Aceguá teve origem no período da colonização/escravização na fronteira Brasil/Uruguai, influenciando até hoje as dinâmicas sociais da região (capítulo 4.1). Através da

análise de dados, de documentos e de relatos das pessoas entrevistadas, a pesquisa revelou que pessoas brancas historicamente foram privilegiadas em face dos processos de estratificação racial, social, econômico e ocupacional na região, a começar pelas concessões de terras feitas pela Coroa portuguesa a portugueses brancos, como provavelmente foi o caso de João Antônio Martins e de seus descendentes, em detrimento das pessoas negras que foram inseridas na região fronteira como objeto nas relações de produção, sendo escravizadas (capítulo 4.1).

O estudo mostrou como a estratificação racial e social na região se perpetuou como herança branca, sendo benéfica para a elite local, como foi possível vislumbrar na família Martins, não sendo por acaso que os dados trazidos na pesquisa evidenciam a persistência de uma dicotomia racial no meio rural da região fronteira e do país até hoje. Sob essa circunstância, a pesquisa mostrou que as pessoas brancas no país continuam de forma geracional no topo da estratificação racial-rural, pois, independentemente de gênero, são majoritários na ocupação não manual alta. Essa estratificação racial-rural confirma que a elite agrária-branca detém historicamente a concentração de terras e o poder econômico ao mesmo tempo em que pequenos agricultores e trabalhadores manuais rurais, majoritariamente negros, encontram vários obstáculos para se moverem na estrutura sócio-ocupacional do campo, acarretando, dentre muitas consequências, as mobilidades espaciais do meio rural para o urbano, como foi o caso de várias mulheres negras originárias da Vila da Lata.

Diante da discussão sobre a (i)mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras na fronteira, a pesquisa mostrou que essas mulheres desenvolveram estratégias geracionais de mobilidade na região fronteira de Aceguá e apontou que elas, mesmo no período da escravização, utilizaram-se de estratégias para adquirir as cartas de liberdade e alcançar um novo *status* social como libertas, significando o início da sua mobilidade social. Além das estratégias para adquirirem cartas de liberdade, através da prestação de bons serviços, economia de moeda estrangeira (prata), dentre outras, o estudo mostrou que as mulheres negras originárias da Vila da Lata tiveram que desenvolver precocemente estratégias para agenciar a sua própria mobilidade, pois não tiveram privilégios raciais, políticos e econômicos de forma geracional que lhes garantissem

propriedades rurais ou políticas públicas compensatórias em razão do trabalho escravizado que seus ancestrais tiveram que prestar na região.

Essas mulheres negras, especialmente as guardiãs da comunidade, estrategicamente se inseriram em trabalhos nas estâncias da região fronteira, algumas na infância, com o objetivo de romper com o ciclo de dependência que as fazia viverem como agregadas nessas propriedades e em casas de família, mesmo após a Abolição, como foi o caso da Sra. Gleci e da sua mãe Isolina que trabalhavam, respectivamente, como babá e cozinheira nas estâncias para comprar os seus lotes de terras e casas na Vila da Lata. Neste aspecto, a pesquisa demonstrou que em alguns casos, especialmente das guardiãs da Vila da Lata, essas estratégias se traduziram em mobilidades limitadas e ambíguas.

Mobilidade limitada porque os condicionamentos desiguais as colocaram em processos de mobilidade restrita, pois todas, sem exceção, foram alocadas em espaços ocupacionais construídos racialmente e socialmente como pertencentes a elas; e mobilidade ambígua, pois ao mesmo tempo em que entraram precocemente no mercado de trabalho, essa entrada precoce foi a única estratégia possível naquele momento para elas deixarem de viver como agregadas nas estâncias e passarem a ter suas casas e viverem “livres” dos olhos de seus patrões, impedindo um investimento educacional para alcançarem índices mais altos de mobilidade sócio-ocupacional no futuro.

As análises dos dados e das entrevistas mostraram que as mulheres investigadas enfrentam uma grande desigualdade na distribuição ocupacional com base no alinhamento de raça, gênero e classes, sendo predominantemente alocadas em ocupações hierarquicamente mais baixas do setor rural e urbano. Essa lógica ocupacional opressora promovida pelo racismo e sexismo vem segregando desde a colonização/escravização o tipo, como e quem ocupará determinados trabalhos, criando verdadeiros “guetos laborais racializados” atribuídos às mulheres negras. Com base nisso, acentua-se a racialização delas como ferramenta de um sistema que explora e reforça a estratificação racial e sexual do trabalho, limitando as possibilidades de mobilidade ocupacional e colocando-as em condições severas de trabalho, sendo muitas vezes obrigadas a se inserirem em subcontratações de atividades domésticas, e sem acesso a direitos trabalhistas e à plena cidadania.

Neste sentido, analisar a mobilidade das mulheres negras originárias da Vila da Lata a partir das interseções de raça, gênero e classe foi fundamental para responder às questões centrais da (i)mobilidade sócio-ocupacional das mulheres investigadas. Mostrou-se evidente que a racialização das mulheres originárias da Vila da Lata exerce um papel crucial na manutenção e no recrutamento das ocupações na estrutura racial e social da região fronteiriça. Essas mulheres enfrentam em suas trajetórias condições rígidas de trabalho e superexploração, em que o acesso ao primeiro trabalho é caracterizado como trabalho infantil, interferindo no seu desenvolvimento e na capacidade de frequentar a escola regularmente, além de ser física, psíquica e socialmente prejudicial, o que as torna vulnerabilizadas. Somado a isto, a pesquisa mostrou que as mulheres negras de nosso estudo ainda lidam com discriminações e maus-tratos no ambiente laboral, associados à raça, ao gênero e à classe, sendo alvos em alguns casos de humilhações, pagamento indevido, assédio moral e sexual, racismo, injúria racial, dentre outras situações adversas.

Essas discriminações baseadas em raça, gênero e classe reforçam a necessidade da análise interseccional para apreender as dinâmicas da (i)mobilidade dessas mulheres, pois os dados da pesquisa mostram que, nem mesmo fazendo investimento educacional, essas mulheres conseguem converter o seu capital educacional em capital ocupacional em igualdade de condições com as pessoas brancas, e assim se moverem na estrutura sócio-ocupacional. Esse cenário aponta para o fato de que a estrutura racista e sexista oprime, impede e limita que elas, mesmo com formação, mudem de *status* social.

Interessa destacar a necessidade de utilizar a “escala de posição social” para sistematizar as classes sociais com base nas ocupações de mulheres, especialmente de mulheres negras, para termos dados mais fidedignos em relação à mobilidade intrageracional e intergeracional, como foi realizado com as seis entrevistadas. Investigar a mobilidade intrageracional reforça o quanto a estrutura social no país é racista, sexista e rígida, pois as análises apontaram que nenhuma das seis mulheres investigadas teve uma mudança de *status* social ao longo da sua vida ocupacional. As experiências de Neusa Maria e Gleci e Tereza iluminam esta questão, visto que elas tiveram a sua primeira e última/atual ocupação como trabalhadoras rurais, enquanto Dandara, Anastácia

e Esperança se inseriram e estão até hoje no trabalho doméstico como babás, faxineiras e empregadas domésticas, pelo menos até o presente momento.

A pesquisa ainda apontou que em relação à mobilidade intergeracional as mulheres negras originárias da Lata apresentaram três perspectivas. A primeira relativa às anciãs da comunidade, a Sra. Neusa Maria e Gleci e suas respectivas mães. Ambas foram trabalhadoras rurais na Vila da Lata e em estâncias da região fronteira durante a sua vida ocupacional, experimentando a imobilidade sócio-ocupacional, pois ficaram nas mesmas ocupações que suas mães. A segunda perspectiva engloba Dandara e Anastácia, que saíram da Vila da Lata, e suas respectivas mães, inserindo-se, todas sem exceção, no trabalho doméstico em Bagé, mantendo a ocupação que suas mães e, conseqüentemente, na imobilidade sócio-ocupacional até o presente momento, embora morando na zona urbana.

A terceira perspectiva é a de Esperança e Tereza, que tiveram movimentos distintos. Tereza experimenta a mobilidade sócio-ocupacional decrescente, pois exerce a ocupação de trabalhadora rural/desempregada, enquanto a sua mãe foi para Uruguai trabalhar como empregada doméstica. É possível observar também que a mãe de Tereza, em relação à sua mãe, Sra. Gleci (avó da Tereza), experimenta a mobilidade sócio-ocupacional ascendente. Já Esperança apresentou uma mobilidade sócio-ocupacional ascendente, pois, ao ir trabalhar em Aceguá, se empregou como trabalhadora doméstica, enquanto a sua mãe, Neusa Maria, ficou na Vila da Lata como trabalhadora rural. A experiência de Esperança e de outras mulheres negras da Vila da Lata mostrou como a mobilidade ascendente é ao mesmo tempo limitada e intrínseca à mobilidade espacial, pois ainda é preciso sair da comunidade Vila da Lata para mover-se limitadamente na estrutura sócio-ocupacional, tendo em vista que a forma interseccional de como o racismo, o sexismo e a opressão de classe se conectam acaba limitando a mobilidade dessas mulheres.

O estudo também revelou a necessidade de novos desdobramentos da pesquisa, especialmente no que tange a mobilidade sócio-ocupacional de mulheres negras de outras comunidades quilombolas para que o Estado brasileiro possa desenvolver políticas focalizadas que levem em conta as relações interseccionais entre raça, gênero e classe, e assim contribuir na mobilidade sócio-ocupacional das mulheres negras quilombolas no país, que

desde o processo escravagista foram submetidas à precariedade sócio-ocupacional. Essas políticas com foco na equidade racial, de gênero e classe são de suma importância para a inserção ocupacional de mulheres negras, especialmente quilombolas, para que tenhamos de fato uma democracia ocupacional no país que garanta o acesso delas aos mais diversos espaços ocupacionais. Assim, essas políticas também se tornam cruciais para garantir efetivamente o acesso e a permanência dessas mulheres nos diferentes níveis educacionais, visto que a educação tem um papel fundamental para garantir a mudança de *status* e mobilidade sócio-ocupacional dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

ACEGUÁ, Secretaria Municipal de Educação. Aceguá, 2001.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de quilombo, terra de indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. In: Os Movimentos Sociais. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

ARTES, Amélia; OLIVEIRA, Danielle. O que mudou para a população negra no acesso à educação brasileira? Quais os (novos) desafios? Revista da ABPN • v. 11, Ed. Especial - Caderno Temático: Raça Negra e Educação 30 anos depois: e agora, do que mais precisamos falar? • abril de 2019, p.32-64.

AZEVEDO, Thales de. As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social. São Paulo: Editora Nacional, 1955.

AZEVEDO, Thales de. Cultura e situação racial no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

ÁVILA, Maria Betânia. Divisões e tensões em torno do tempo do trabalho doméstico no cotidiano. Revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, Brasília, p. 67-72, 2010.

BAGÊ. História. 2008. Disponível em: <://www.bage.rs.gov.br/historia.php>. Acesso em 24 de jan. 2008.

BARCELLOS, Deise. *Comunidade Negra de Morro Alto: Historicidade, identidade e territorialidade*. Porto Alegre: Ed da UFRGS; Fundação Cultural Palmares, 2004

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil, 2008.

BENTO, Maria Aparecida Silva. O Pacto da branquitude. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A Mulher Negra no Mercado de Trabalho. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, jan. 1995, p. 479-488. Disponível em: <https://antigo.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16466/15036>. Acessado em: 23 de maio de 2023

BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018

Bourdieu, Pierre. Le sens pratique. Paris: Editions de Minuit, 1980.

Burke, Peter & Pallares-Burke, Maria Lúcia. Repensando os trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre. São Paulo, Ed. Unesp, 2009.

CARBY, Hazel. Mujeres blancas, ¡escuchad! El feminismo negro y los límites de la hermandad femenina. In: JABARDO, Mercedes, et al. *Feminismos Negros. Una Antología*. Madri, 2012. Disponível em: <<https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Feminismos%20negros-TdS.pdf>>. Acesso em 31 jan. 2019.

Castro, R. D., Lino, R. T., Gonzaga, P. R. B., & Mayorga, C. (2017). Raça, gênero e classe: Notas a partir da experiência de mulheres negras de classe média na UFMG. *Interfaces Científicas: Humanas e Sociais*, 6(2), 99-100. doi: 10.17564/2316-3801.2017v6n2p99-110.

COLLINS, Patricia Hill. *Interseccionalidade*. 1ª Ed. São Paulo: Biotempo, 2021.

COSTA e SILVA, Fabiane. *Tramas territoriais na campanha gaúcha: processo de transformações na área de Aceguá*. Porto Alegre: UFRGS; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Programa de Pós-Graduação em Administração, 2009. (Dissertação de Mestrado em Administração).

CRENSHAW, Kimberlé. Tradução: mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. In Ana Claudia A. Martins & Elias Ferreira Veras (Orgs.), *Corpos em aliança: diálogos interpretativos sobre gênero, raça e sexualidade*, 2020, p. 23-98.

_____. Tradução: Desmarginalizando a intersecção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina da antidiscriminação, da teoria feminista e da política antirracista. In Maria Manuel Baptista & Fernanda de Castro (Orgs), *Gênero e performances: Textos essenciais*, 2020, p. 53-89

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>

_____. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero, 2012. Disponível em: < <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> >

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

EISENBERG, Peter L. *Ficando livre: as alforrias em campinas no século XIX*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 175–216, 1987.

FARIA, Sheila de Castro ; “Damas mercadoras: as pretas minas no Rio de Janeiro (sec.XVIII-1850)” in Mariza de Carvalho Soares (org.); *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2007.

FAUSTINO, Gitibá Guichard. *O negro gaúcho e suas origens*. In: Vera RIUMPHO (org) *Rio Grande do Sul: Aspectos da Negritude*. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1991.

FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos: as ideias políticas da revolução farroupilha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

FERNANDES, Florestan. *A integração do Negro na sociedade de classes*. 6ª ed. Editora. São Paulo: Contracorrente, 2021

FONTES, Carlos; VIEIRA, Yara. *As Estâncias Contam a História. Projeto Prómémoria histórica das propriedades rurais de Bagé, 1*. Santa Maria: Pallotti, 2005.

FREYRE, Gilberto. "Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal". São Paulo: Global, 2005

_____. *Sobrados e mucambos*. 15. ed. São Paulo: Ed. Global, 2004.

GAMA, Andréa de Sousa. Trabalho e responsabilidades familiares no Brasil: reflexões sobre os direitos do trabalho. *Revista Em Pauta*, n. 30, v. 10, p. 149-168, 2012.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flávia (org.); LIMA, Márcia (org.). *Por um FeminismoAfro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 25-44.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flávia (org.); LIMA, Márcia (org.). *Por um FeminismoAfro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c. p. 139-149

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flávia (org.); LIMA, Márcia (org.). *Por um FeminismoAfro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p. 158-170.

GONZALEZ, Lélia. E a Trabalhadora Negra, Cumé que Fica? In: GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flávia (org.); LIMA, Márcia (org.). *Por um FeminismoAfro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c. p. 217-219.

HASENBALG, Carlos. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice, 1988.

HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora UFMG/IUPERJ/Ucam), 2005.

HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle “Educação e Diferenças Raciais na Mobilidade Ocupacional no Brasil”, in C. Hasenbalg, N. V. Silva e M. Lima (eds.), *Cor e Estratificação Social*. Rio de Janeiro, Contracapa, 1999.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007

JANNUZZI, Paulo de Martino. As ocupações brasileiras segundo a CBO 2002: caracterização empírica com base no Censo 2000. *Revista da ABET*, v. 4, n. 2, 2004

JOSEPH, Francine Pinto da Silva. *Territorialidade e Direito Étnico na Comunidade Negra Rural Vila da Lata - Aceguá, Fronteira Brasil/Uruguai*. Pelotas: UFPEL; Universidade Federal de Pelotas; Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2010. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais)

LIMA, Marcia “Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras”, in C. Hasenbalg, N. V. Silva e M. Lima (eds.), *Cor e Estratificação Social*. Rio de Janeiro, Contracapa, 1999.

LIMA, Marcia “Aspectos regionais do mercado de trabalho no Brasil”, in C. Hasenbalg, N. V. Silva e M. Lima (eds.), *Cor e Estratificação Social*. Rio de Janeiro, Contracapa, 1999.

LIMA, Márcia. “Acesso à universidade e mercado de trabalho: o desafio das políticas de inclusão”. In Martins, Heloisa & Collado, Patricia. *Trabalho e sindicalismo no Brasil e Argentina*. São Paulo: Hucitec; Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, pp. 91-111, 2012.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-75

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MAESTRI, Mário. *O Escravo Gaúcho: resistência e trabalho*, Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1993.

MAIO, Marcos Chor. “A questão racial do pensamento de Guerreiro Ramos”. In: *Raça, ciência e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil/ Editora Fio Cruz, 1995.

_____. “O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, out. 1999.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. A propósito das cartas de alforrias, Bahia 1779-1850. In: Anais de História, Assis. n.4, p. 36, 1972.

MINAYO, Maria Cecília. O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa e Saúde. 7ª. Ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 2008.

_____. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

NOGUEIRA, Oracy. Tanto preto, quanto negro: estudo de relações raciais. São Paulo: Queiroz Editor, 1985.

NEIS, Rubens. A Igreja e a Abolição da Escravatura. In: TRIUMPHO, V. (Org.) *Rio Grande do Sul: aspectos da negritude*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

PASTORE, José. Desigualdade e mobilidade social no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

PASTORE, José; HALLER, Archibald. O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil? In: VELLOSO; João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti (Org.). *Pobreza e Mobilidade Social. As bases do Desenvolvimento Moderno: Fórum Nacional*. São Paulo: Nobel, 1993. p. 25-49.

Pastore J. & Valle Silva N. “Mobilidade Social no Brasil”. São Paulo: Editora Makron Books, 2000.

PENSAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. 4 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

PEIXOTO, Moisés Soares. *Mulheres escravas: trabalho, alforria e mobilidade social (Piedade de Iguaçu e Santo Antônio de Jacutinga, Rio de Janeiro, 1780-1870)*. Curitiba: Appris, 2022

PINTO, L. A. Costa. O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

PIERSON, Donald. Raça e status social. In: Brancos e Pretos na Bahia. São Paulo: Editora Nacional, 1971, pp. 213 – 272. (1ª Edição 1945)

PORFÍRIO, Tamis. A cor das empregadas: a invisibilidade racial no debate do trabalho doméstico remunerado. Belo Horizonte: Letramento; Temporada, 2021.

PORTO, A. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954. Vol. III e IV.

Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil. Bauru, São Paulo: Edusc, 2007.

ROSEMBERG, Fúlvia. PINTO, Regina, NEGRÃO, Esmeralda. Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1986.

SANTOS, Genivalda. Relações raciais e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2009

SCALON, Maria Celi. Mobilidade Social no Brasil: Tendências e Perspectivas. Rio de Janeiro: Revan, 1999

SILVA, Karine de Souza. 2020. "A mão que afaga é a mesma que apedreja": Direito, imigração e a perpetuação do racismo estrutural no Brasil". *Revista Mbofe*, Salvador, 1(1): 20-41

TEIXEIRA, Juliana Cristina. Trabalho Doméstico São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

VIANA, Oliveira. Evolução do povo brasileiro. 2ª ed., São Paulo; Companhia Editora Nacional, 1933.

VOGT, P.O. O liberalismo farroupilha e a escravidão na república RioGrandense. *Revista Desenvolvimento Regional (REDES)*, Santa Cruz do Sul, v.19, s/n, p.153-168, 2014.